

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GABRIEL ARAUJO PINHEIRO

**A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE ÀS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL:
O PAPEL DO PRONAF NA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA
EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

**Santana do Livramento/RS
2025**

GABRIEL ARAUJO PINHEIRO

**A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE ÀS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL:
O PAPEL DO PRONAF NA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA
EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organizações e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Troian
Coorientador: Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá

**Santana do Livramento/RS
2025**

GABRIEL ARAUJO PINHEIRO

**A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE ÀS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL:
O PAPEL DO PRONAF NA PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA
EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organizações e Desenvolvimento.

Dissertação defendida e aprovada em: 13 de junho de 2025.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Alessandra Troian
Orientadora
PPGA/UNIPAMPA

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão
PPGA/UNIPAMPA

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior
PPGE/PPGPPD/UNILA

Prof. Dr. Javier Vidal Olivares
Programa de Doctorado de Humanidades y Estudios Sociales de América Latina, Universitat
d'Alacant: Alacant, Comunitat Valenciana, ES



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA TROIAN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/06/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1752063** e o código CRC **7F14189D**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P654a Pinheiro, Gabriel Araujo
A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE ÀS POLÍTICAS DE CRÉDITO
RURAL: O PAPEL DO PRONAF NA PRODUÇÃO ORGÂNICA E
AGROECOLÓGICA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS / Gabriel Araujo
Pinheiro.
162 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO, 2025.

"Orientação: Alessandra Troian".

1. Agricultura Familiar. 2. Agroecologia. 3. Crédito Rural. 4. Pronaf. 5. Pronaf
Agroecologia. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória no mestrado foi marcada por muitos acontecimentos ao longo desses mais de dois anos, desde a decisão de participar do processo seletivo até este momento de conclusão. Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Sem Ele, nada disso teria sido possível. Esteve comigo nos dias mais difíceis e também em cada pequena conquista ao longo desse caminho árduo, mas gratificante.

Agradeço imensamente à minha família, aos amigos, colegas e a todos que estiveram presentes do início ao fim. Cada um teve um papel fundamental em cada etapa, em cada esforço e em cada batalha vencida. Um agradecimento muito especial à minha orientadora, professora e amiga Alessandra Troian, que foi um suporte essencial, sobretudo no momento mais difícil da caminhada. Esteve ao meu lado e me ajudou a não desistir, além de compartilhar comigo tantos conhecimentos e aprendizados valiosos.

Também sou muito grato ao meu coorientador Juliano Luiz Fossá, que, mesmo chegando na reta final antes da qualificação, se dedicou de forma generosa e contribuiu imensamente para minha formação. Agradeço, ainda, a todos os professores do programa, que ajudaram a construir meu caminho acadêmico com dedicação e compromisso.

E, é claro, minha gratidão profunda vai para todas as pessoas que fizeram parte da pesquisa — os verdadeiros protagonistas deste trabalho: os agricultores familiares e os agentes de desenvolvimento de Santana do Livramento. Foi por meio desses encontros que conheci um novo mundo, cheio de desafios, histórias e resistência. O contato com a pesquisa de campo foi o que me manteve firme durante toda a construção da dissertação. Sem dúvida, cada um de vocês foi uma fonte de inspiração, tanto para mim como pessoa quanto como pesquisador.

Muito obrigado, de coração!

“Los que comen bien, piensan que se gasta demasiado en política social.”

José Mujica

RESUMO

A agricultura familiar possui posição estratégica na produção de alimentos e na promoção da sustentabilidade no Brasil. Entretanto, segue enfrentando desafios estruturais, como o acesso desigual ao crédito rural e a pouca valorização institucional de práticas sustentáveis. Entre as políticas públicas existentes, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destaca-se como o principal instrumento de financiamento da categoria social, embora apresente distorções que comprometem sua efetividade, especialmente no que se refere à linha específica para a produção agroecológica, o Pronaf Agroecologia. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição do Pronaf na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos no município de Santana do Livramento/RS. De maneira específica, buscou-se: i) apresentar o acesso a recursos e contratos do Pronaf total e do Pronaf Agroecologia em nível nacional, estadual e municipal; ii) averiguar o papel do Pronaf e do Pronaf Agroecologia na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos; iii) elencar os entraves e os desafios do crédito para a produção agroecológica. Metodologicamente, a pesquisa possui caráter descritivo e exploratório, adotando uma abordagem de método misto. A etapa quantitativa consistiu na análise de dados secundários provenientes do Banco Central do Brasil, abrangendo os acessos ao Pronaf no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santana do Livramento entre 2013 e 2023, bem como os dados específicos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2023. Para a etapa qualitativa, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado, envolvendo seis agricultores familiares agroecológicos e quatro agentes de desenvolvimento. As entrevistas foram analisadas por meio de categorias temáticas, sendo identificadas quatorze categorias entre os agricultores — sete relacionadas à produção e comercialização e sete ao acesso ao crédito — e treze categorias a partir das falas dos agentes de desenvolvimento, referentes às suas percepções sobre a agricultura familiar agroecológica em sua totalidade. Os resultados da pesquisa indicam que o Pronaf continua reproduzindo dinâmicas concentradoras, ao direcionar a maior parte dos financiamentos para um número restrito de atividades, com destaque para a pecuária bovina e para o cultivo da soja no local da pesquisa, Santana do Livramento, cujo volume de crédito apresentou crescimento ao longo do período analisado, enquanto o Pronaf Agroecologia não apresentou nenhum acesso no município no período. Em Santana do Livramento, observa-se uma presença significativa de assistência técnica voltada à produção agroecológica. No entanto, os agricultores familiares expressam o desejo por maior articulação local, acesso a financiamentos compatíveis com a realidade agroecológica local e a necessidade de redução dos entraves burocráticos que dificultam o acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agroecologia; Crédito Rural; Pronaf; Pronaf Agroecologia

ABSTRACT

Family farming plays a strategic role in food production and promoting sustainability in Brazil. However, it continues to face structural challenges, such as unequal access to rural credit and little institutional appreciation of sustainable practices. Among existing public policies, the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) stands out as the main financing instrument for this social category, although it has distortions that compromise its effectiveness, especially with regard to the specific line for agroecological production, Pronaf Agroecology. Given this, this research aimed to analyze Pronaf's contribution to organic and agroecological food production in the municipality of Santana do Livramento/RS. Specifically, it sought to: i) present access to resources and contracts from Pronaf total and Pronaf Agroecology at the national, state, and municipal levels; ii) investigate the role of Pronaf and Pronaf Agroecology in the production of organic and agroecological foods; iii) list the obstacles and challenges of credit for agroecological production. Methodologically, the research is descriptive and exploratory in nature, adopting a mixed-method approach. The quantitative stage consisted of analyzing secondary data from the Central Bank of Brazil, covering access to Pronaf in Brazil, Rio Grande do Sul, and Santana do Livramento between 2013 and 2023, as well as specific data from Pronaf Agroecologia at the national level, in the Southern Region and in the state of Rio Grande do Sul, from 2015 to 2023. For the qualitative stage, semi-structured interviews were conducted with six agroecological family farmers and four development agents. The interviews were analyzed using thematic categories, with fourteen categories identified among farmers—seven related to production and marketing and seven to access to credit—and thirteen categories based on the statements of development agents, referring to their perceptions of agroecological family farming as a whole. The results of the research indicate that Pronaf continues to reproduce concentrating dynamics by directing most of the financing to a limited number of activities, with emphasis on cattle ranching and soybean cultivation in the research location, Santana do Livramento, whose credit volume grew over the period analyzed, while Pronaf Agroecology did not provide any access in the municipality during the period. In Santana do Livramento, there is a significant presence of technical assistance focused on agroecological production. However, family farmers express a desire for greater local coordination, access to financing compatible with the local agroecological reality, and the need to reduce the bureaucratic obstacles that hinder access to public policies.

Keywords: Family Farming; Agroecology; Rural Credit; Pronaf; Pronaf Agroecology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução anual dos contratos do Pronaf – Brasil (2013-2023).....	60
Gráfico 2 – Evolução anual dos contratos do Pronaf – Rio Grande do Sul (2013-2023)	61
Gráfico 3 – Evolução anual dos contratos Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023).....	62
Gráfico 4 – Evolução do montante do Pronaf – Brasil (2013-2023).....	65
Gráfico 5 – Evolução do montante do Pronaf – Rio Grande do Sul (2013-2023)	66
Gráfico 6 – Evolução do montante do Pronaf – Santana do Livramento/RS (2013-2023).....	67
Gráfico 7 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf – Brasil (2013-2023).....	70
Gráfico 8 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf – Rio Grande do Sul (2013-2023).....	72
Gráfico 9 – Evolução dos valores médios contratos do Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023)	73
Gráfico 10 – Distribuição dos contratos dos principais cultivos financiados pelo Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023).....	75
Gráfico 11 – Distribuição do montante dos principais cultivos financiados pelo Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023).....	78
Gráfico 12 – Evolução dos valores médios dos contratos cultivos do Pronaf – Santana do Livramento/RS	81
Gráfico 13 – Evolução dos contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)	84
Gráfico 14 – Evolução do montante do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)	89
Gráfico 15 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf agroecologia em nível nacional, estadual e regional (2015-2023).....	92

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para Santana do Livramento/RS	58
Imagem 2 – Cultivos e certificação de agricultor familiar agroecológico	108
Imagem 3 – Alimentos destinados para as escolas e cultivos de agricultor familiar assentado	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da Agricultura Familiar e da Agricultura Patronal.....	29
Quadro 2 – Políticas de Crédito Rural no Brasil	32
Quadro 3 – Grupos do Pronaf.....	38
Quadro 4 – Linhas de crédito "Verde do Pronaf	40
Quadro 5 – Orientações para a promoção na atuação dos campos agroecológicos	42
Quadro 6 – Técnicas de coletas e fontes de dados	48
Quadro 7 – Trajetória percorrida na coleta da dos primários com os Agricultores Familiares e Agentes de Desenvolvimento em Santana do Livramento.....	50
Quadro 8 – Composição das categorias das finalidades do Pronaf Agroecologia (2015-2023)	55
Quadro 9 – Caracterização dos agricultores familiares agroecológicos envolvidos na pesquisa	106
Quadro 10 – Vínculo dos agricultores familiares com a agroecologia.....	107
Quadro 11 – Cultivos e finalidades produtivas dos agricultores familiares agroecológicos envolvidos na pesquisa	109
Quadro 12 – Categorias analíticas das percepções produtivas e comerciais dos agricultores familiares agroecológicos	113
Quadro 13 – Categorias analíticas das percepções sobre o crédito por parte dos agricultores familiares agroecológicos	120
Quadro 14 – Caracterização dos agentes de desenvolvimento envolvidos na pesquisa.....	126
Quadro 15 – Categorias analíticas das percepções dos agentes de desenvolvimento	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACARs	Associações Estaduais de Crédito e Assistência Rural
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATEG	Assistência Técnica e Gerencial
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAIs	Complexos Agroindustriais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMATER	Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituição Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual do Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEPAS	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
OCS	Organização de Controle Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas

PAA	Programa de Aquisição da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFPA	Unidades Familiares de Produção Agrária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total do número de contratos do Pronaf em nível, nacional, estadual e municipal (2013-2023)	59
Tabela 2 – Montante do Pronaf em nível nacional, estadual e municipal (2013-2023).....	63
Tabela 3 – Valores médios dos contratos do Pronaf em nível nacional, estadual e municipal (2013-2023)	69
Tabela 4 – Contratos dos principais cultivos financiados pelo Pronaf em Santana do Livramento/RS (2013-2023).....	74
Tabela 5 – Montante dos principais cultivos financiados pelo Pronaf em Santana do Livramento/RS (2013-2023).....	76
Tabela 6 – Valores médios dos contratos dos principais cultivos do Pronaf em Santana do Livramento/RS	79
Tabela 7 – Contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023).....	83
Tabela 8 – Montante do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023).....	87
Tabela 9 – Valor médio dos contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)	91
Tabela 10 – Contratos do Pronaf Agroecologia por União Federativa do Brasil (2015-2023)	94
Tabela 11 – Montante do Pronaf Agroecologia por União Federativa do Brasil (2015-2023)	97
Tabela 12 – Finalidades acessadas do Pronaf Agroecologia em nível nacional (2015-2023) .	99
Tabela 13 – Finalidades do Pronaf Agroecologia em nível regional (2015-2023)	100
Tabela 14 – Finalidades do Pronaf Agroecologia em nível estadual (2015-2023)	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivos	23
<i>1.1.1 Objetivo geral:</i>	23
<i>1.1.2 Objetivos específicos</i>	23
1.2 Justificativa	23
1.3 Estrutura da Dissertação	26
2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL	28
2.1 A formação do agricultor familiar no Brasil	28
2.2 Políticas de crédito rural no Brasil	31
2.3 A criação e a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	35
<i>2.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Linhas “Verdes”</i>	39
<i>2.3.2 Noções agroecológicas e o Pronaf Agroecologia</i>	41
3 METODOLOGIA	46
3.1 Abordagem, caráter e método da pesquisa	46
3.2 Técnicas de coletas de dados	47
3.3 Técnica de análise dos dados	53
4 O PRONAF: DINÂMICAS DE ACESSO, RECURSOS E CULTIVOS FINANCIADOS NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E EM SANTANA DO LIVRAMENTO	57
4.1 Distribuição dos Contratos e dos Recursos do Pronaf entre 2013 a 2023	58
4.2 Uso e finalidade do Pronaf em Santana do Livramento/RS (2013 e 2023)	74
4.3 A (falta de) acesso ao Pronaf Agroecologia em Santana do Livramento/RS	82
5 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O ACESSO AO PRONAF EM SANTANA DO LIVRAMENTO: PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	105
5.1 A produção agroecológica e o acesso ao Pronaf: caracterização e percepção dos agricultores familiares agroecológicos de Santana do Livramento/RS	105

5.2 A dinâmica do crédito rural na perspectiva dos agricultores familiares agroecológicos em Santana do Livramento/RS	119
5.3 A caracterização e atuação dos agentes de desenvolvimento no apoio à produção agroecológica	126
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES	161
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	162

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil desempenha um papel significativo, sendo um setor em crescimento e de grande importância para a economia devido à representatividade quantitativa de produtores (Tenchini e Freitas, 2024). O último censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, constatou que a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupa apenas 23% das terras agrícolas e é responsável por produzir 50% dos produtos da cesta básica (IBGE, 2019).

Apesar do entendimento da relevância da agricultura familiar para a economia do país, os agricultores familiares permaneceram até meados da década de 1990 à margem dos programas de apoio agrícola, sem apoio governamental para se desenvolver adequadamente (Mattei, 2014). A origem da agricultura familiar no país foi estabelecida sob as margens das grandes propriedades fundiárias, o que dificultou a integração desse grupo no contexto social e econômico do Brasil devido a não apropriação da terra, pertencente aos proprietários fundiários (Wanderley, 2003).

Essa marginalização coloca os agricultores familiares em uma posição de desvantagem competitiva em relação às agroindústrias exportadoras de *commodities* (Wilkinson, 2010). O modelo de produção restringe a participação dos agricultores familiares nos mercados agropecuários, limita a oferta de produtos aos consumidores finais (Verano; Medina; Oliveira Júnior, 2022). Também impacta negativamente na segurança alimentar e nutricional da população, devido à relação de dependência agroindustrial, a qual é hegemônica a nível global e nacional (Salvagni *et al.*, 2022).

Como alternativa ao modelo de produção globalizado e oligopolizado, tem-se a agroecologia, que visa reorientar os processos de uso e manejo dos recursos naturais (Caporal, 2009). Logo, promover o modelo agroecológico pode ser vantajoso, pois este modelo direciona a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e sustentável (Leff, 2002).

De acordo com Caporal e Costabeber (2002), a agroecologia possui a capacidade de estabelecer uma base ecológica para a produção agrícola, contribuindo para a sustentabilidade e dos processos de desenvolvimento rural. Portanto, é crucial que a compreensão acerca da agroecologia seja disseminada e compartilhada por diversos atores da sociedade, a fim de se tornar um ponto central para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas coletivas que promovam sua expansão (Gonçalves *et al.*, 2022). No que tange as políticas públicas,

observa-se que os agricultores familiares possuem dificuldade em acessar o crédito agroecológico, inclusive pelo desconhecimento dos bancos sobre as especificidades da agricultura familiar e da agroecologia (Sousa, 2019).

No que diz respeito ao acesso ao crédito no Brasil, os agricultores familiares historicamente enfrentaram dificuldades. O crédito rural era concentrado e direcionado para a modernização da agricultura de caráter conservador e comercial, com o uso de tecnologias não convencionais (Parente, 2004). Os grandes proprietários usufruíam de acesso facilitado, já que as instituições financeiras tendiam a privilegiar financiamentos com montantes elevados e menores encargos administrativos (Buainain, 1999).

O marco do crédito rural no Brasil se dá no ano de 1965, ano em que foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), considerado um marco nas políticas de crédito rural no Brasil, programa que movimentou considerável volume de recursos, porém os agricultores familiares pouco tiveram acesso a esses recursos (Pretto, 2005). O SNCR, segundo a Lei nº 4.829/1965 (Brasil, 1965) foi criado com os propósitos de modernizar a agricultura brasileira, consolidar complexos agroindustriais e um forte sistema cooperativo (Bianchini, 2015). Apesar do crédito ter sido um instrumento para a modernização da agricultura ao invés de se revelar uma política para consolidação do desenvolvimento rural, revelou-se uma política marcada pela geração de desigualdades (Matos e Pessôa, 2011).

Embora tenha se movimentado grandes aportes de recursos o sistema de crédito se caracterizou por excluir as pequenas propriedades rurais, focando nas médias e grandes unidades da agricultura patronal (Rodrigues, 2013; Santos e Del Grossi, 2018). Após a crise dos anos 1980, decorrente do aumento dos juros na economia americana, o SNCR, principal política de crédito do país na época, acabou se fragilizando, devido à escassez de recursos na agricultura brasileira. Isso resultou em reivindicações por melhores condições de trabalho, especialmente voltadas para o desenvolvimento agrário, por parte dos agricultores (Pretto, 2005; Grisa e Schneider, 2015).

Os movimentos agrários da agricultura familiar emergiram somente após o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979, pois foram reprimidos durante os 20 anos de ditadura militar, dificultando a discussão de políticas públicas para o desenvolvimento da categoria social (Grisa e Schneider, 2014). A partir deste ponto, Piccolotto (2014) aponta a ascensão recente dos agricultores como personagens políticos a partir da década de 1980, e impactos mais marcantes na década de 1990.

Além disso, Piccolotto (2014) identifica três fatores fundamentais que contribuíram para o reconhecimento e a disseminação da categoria social, agricultor familiar. Primeiro,

destaca-se o debate acadêmico, responsável por ressaltar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento dos países desenvolvidos. Segundo, salientam-se as políticas públicas iniciadas pelo Estado com o objetivo de fortalecer essa categoria a partir da redemocratização. Por fim, o sindicalismo dos trabalhadores rurais, por meio dos movimentos sociais do campo, os quais também desempenharam um papel crucial nesse processo.

A abertura da economia foi mais um dos motivos para o aumento das demandas sociais, resultando na reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares (Mattei, 2015). Além disso, Mattei (2015) ressalta que a promulgação da Constituição de 1988, o movimento Grito da Terra Brasil e as definições conceituais da agricultura familiar pela FAO/INCRA nos anos 1990 foram elementos precursores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que se tornaria a política pública mais significativa já implementada para os agricultores familiares no Brasil.

O Pronaf, criado no ano de 1996, foi a primeira política pública de crédito específica para a agricultura familiar (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). O programa foi criado num momento de necessidade para a agricultura familiar, quando ela disputava crédito com os grandes produtores, ao passo em que era dependente deste crédito para desenvolver suas atividades (Guanziroli, 2007). O programa foi um marco de reconhecimento da agricultura familiar, e, em pouco quase 30 anos de atuação, está presente em praticamente todos os municípios brasileiros (Castro e Pereira, 2017).

O Pronaf foi estabelecido com o objetivo de impulsionar a produção do extenso grupo de produtores familiares no Brasil, os quais careciam, anteriormente, de uma linha de financiamento dedicada para apoiar suas operações produtivas (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014). Segundo Oliveira (2014), no ano de 2003 com o Plano Safra, o Governo criou as linhas verdes do Pronaf, também conhecido na literatura como PRONAF “Verde”, com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade dos processos produtivos. As linhas “Verdes” foram concebidas com o propósito de oferecer crédito diferenciado aos agricultores familiares que conduzem sua produção de forma sustentável.

Conforme discutido por Aquino, Gazolla e Schneider (2017), as linhas verdes são compostas pelo Pronaf Eco (atualmente Pronaf Bioeconomia), Pronaf Agroecologia e Pronaf Floresta. Ainda segundo os autores, a criação dessa modalidade de financiamento configura uma mudança institucional relevante no âmbito das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Contudo, apesar do potencial transformador que carregam, as linhas verdes não conseguiram consolidar-se nas operações habituais do crédito rural, sendo caracterizadas por um desempenho limitado. Os autores atribuem essa limitação à permanência de uma lógica

produtivista hegemônica nas instituições financeiras, que privilegia sistemas baseados no uso intensivo de insumos externos e agrotóxicos, em detrimento da promoção de práticas agroecológicas.

As linhas específicas de crédito foram criadas devido ao Pronaf não conseguir atender as demandas do desenvolvimento agropecuário brasileiro (Sambuichi *et al.*, 2020). A falha do programa se dá por três aspectos: i) ter mantido a concentração de recursos e contratos entre os agricultores com maior poderio financeiro; ii) concentração nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; iii) redução da diversidade produtiva na agricultura e a autonomia dos agricultores, a partir da promoção dos processos de especialização produtiva, esses aspectos foram responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade social de algumas famílias do meio rural (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014; Sambuichi *et al.*, 2020).

Nesta lógica, por meio do decreto nº 7.794/2012, foi instaurada a Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica (PNAPO), seu principal instrumento foi o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) (BRASIL, 2012). O objetivo do Planapo é articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica (CIAPO, 2013). Uma forma de apoiar a produção orgânica e de base agroecológica é via a linha de crédito do Pronaf Agroecologia. Dentro do seu objetivo ela conta com o apoio financeiro aos produtores agroecológicos e desempenha um papel crucial na sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola familiar de base orgânica (Schneider *et al.*, 2020). Entretanto, o que se vê na prática é a dificuldade de acesso ao crédito sustentável (Aquino; Gazolla, Schneider, 2017).

No âmbito da agricultura familiar pesquisas mostram a dinâmica do acesso ao crédito do Pronaf Agroecologia. O estudo de Rode, Stoffel e Rambo (2021) demonstra que os produtores da agricultura familiar possuem dificuldades em acessar o Pronaf Agroecologia devido ao excesso de burocracia e a complexidade de informações necessárias para a realização de um projeto de investimento ou custeio nessa linha de crédito. Outro problema encontrado no acesso ao crédito da linha verde é a forma de operar dos agentes de crédito. O estudo de Schneider *et al.* (2020) destaca que os agentes de crédito são resistentes quanto à oferta de crédito das linhas alternativas. Geralmente, os profissionais tratam com irrelevância este segmento, o *modus operandi* do fornecimento de crédito prioriza investimentos que utilizem de tecnologia para produção em massa para exportação, com o uso de agrotóxicos e fertilizantes.

O modelo de produção familiar, em contrapartida, pode alterar essa natureza excludente da produção agroexportadora no Brasil. A agricultura familiar é capaz de gerar

desenvolvimento econômico de diversas formas: retomando a segurança alimentar e nutricional, criando empregos, gerando renda, e estruturando econômica e ecologicamente as comunidades rurais (Ploeg, 2014). A produção agroecológica visa a soberania e segurança alimentar devido a sua diversidade, além de fortalecer a sustentabilidade. No entanto, para isso ocorrer é necessário políticas públicas e apoio do Estado (Maciel e Troian, 2022).

Nesse contexto, o modelo de produção familiar surge como uma alternativa à lógica excludente da produção agroexportadora, podendo contribuir de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do meio rural. A agricultura familiar é capaz de promover melhorias concretas ao retomar a segurança alimentar e nutricional, gerar empregos, aumentar a renda e estruturar econômica e ecologicamente as comunidades rurais (Ploeg, 2014). A produção agroecológica, por sua vez, contribui diretamente para a soberania alimentar ao valorizar a diversidade produtiva e fortalecer a sustentabilidade. No entanto, para que esse potencial se concretize, são imprescindíveis políticas públicas eficazes e o apoio contínuo do Estado (Maciel e Troian, 2022).

Nesse sentido, destaca-se que a linha de crédito Pronaf Agroecologia é irrisória em comparação ao Pronaf total, ainda sim, uma das regiões que mais buscou o recurso foi o Rio Grande do Sul. No ano de 2020 o estado gaúcho foi o estado que mais angariou contratos e recursos da linha (Prochnow, 2022). A elevada demanda por recursos do Pronaf, de forma geral, por parte do Rio Grande do Sul é um fenômeno histórico, uma vez que o estado é reconhecido como o principal beneficiário do programa desde a sua criação (Wesz Junior, 2021).

A produção agrícola como dinâmica econômica do Rio Grande do Sul pode ser explicada pelas características diferenciais do estado, como o clima, terras agricultáveis, grandes pastagens, chuvas e sol em abundância. Entretanto, a incerteza climática, a sazonalidade da produção e a dependência da tecnologia, tornam necessárias políticas públicas para a região (Viana *et al.*, 2021). Dentro do estado gaúcho, uma das regiões que requer políticas públicas é o Bioma Pampa, pois é um dos biomas que recebe menos atenção em comparação a Amazônia e a Mata Atlântica (Delanoy; Viana; Troian, 2020).

O acesso ao crédito é fundamental para o fortalecimento da agroecologia, pois incentiva sistemas produtivos heterogêneos e contribui para enfrentar a lógica da monocultura da soja, cuja expansão, além de excludente, tem provocado a degradação do Bioma Pampa (Figueiró, 2017). Diante do exposto, a presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: Qual é a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos no município de Santana do

Livramento/RS? Santana do Livramento possui o total de 2.962 estabelecimentos agropecuários, ocupando 673.164 hectares. Do total das unidades de produção agrícola, 1.746 estabelecimentos são pertencentes à agricultura familiar, correspondente a 56.494 hectares do total, menos de 9% da área (IBGE, 2019).

Os agricultores familiares no município de Santana do Livramento são negligenciados pelas instituições e políticas públicas voltadas para atividades agrícolas, pois o que predomina na região é a pecuária extensiva, com poucos produtores possuindo grandes extensões de terras (Troian e Breitenbach, 2018). O município possui apenas três produtores com certificação orgânica (Brasil, 2024), ainda sim existem diversos agricultores familiares que produzem através dos princípios da agroecologia.

1.1 Objetivos

Diante do contexto apresentado no texto de introdução, serão propostos os objetivos do estudo, a iniciar pelo geral e em sequência, os específicos.

1.1.1 Objetivo geral:

Analisar a contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos em Santana do Livramento/RS.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar o acesso a recursos e contratos do Pronaf total e do Pronaf Agroecologia em nível nacional, estadual e municipal.
- b) Averiguar o papel do Pronaf e do Pronaf Agroecologia na produção de alimentos orgânicos.
- c) Elencar os entraves e os desafios do crédito para a produção agroecológica.

1.2 Justificativa

A presente pesquisa se justifica pela relevância do consumo e da produção de alimentos agroecológicos, tanto em termos acadêmicos, quanto na preocupação pessoal do autor em relação ao meio ambiente e a práticas alimentares saudáveis. No âmbito acadêmico, a agroecologia é uma abordagem estratégica para lidar com as implicações decorrentes do

modelo agroalimentar global, caracterizado por monoculturas extensivas e o uso intensivo de agrotóxicos, que contribuem para a insegurança alimentar e a má nutrição de parte significativa da sociedade (Altieri e Nicholls, 2021).

Devido às suas características intrínsecas, a agricultura familiar é a principal detentora dos conhecimentos agroecológicos, em grande parte devido à sua habilidade de integração nas comunidades e nos movimentos sociais (Troian; Luciane Klein; Dalcin, 2011). Ademais, a agricultura familiar desempenha um papel significativo na geração de renda, na produção para o autoconsumo, no abastecimento de mercados locais, no desenvolvimento rural, na mitigação da pobreza e da fome, na adoção de práticas sustentáveis e, principalmente, na promoção da soberania e segurança alimentar nutricional (Ploeg, 2014; Schneider, 2016; Castro e Pereira, 2017).

Nesse contexto, reconhecendo a relevância produtiva e social da agricultura familiar, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar com o objetivo de apoiar economicamente esse segmento e potencializar sua capacidade de geração de emprego e renda (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). A importância do Pronaf reside no fornecimento de crédito destinado ao financiamento da produção, dos custeios e dos investimentos necessários nas unidades agrícolas familiares, funcionando como instrumento essencial para a estabilidade produtiva e financeira das famílias (Buainain *et al.*, 2007). Contudo, na prática, o Pronaf não conseguiu atingir integralmente seu objetivo inicial de contemplar todo o seu público-alvo, resultando na exclusão de diversas famílias do acesso ao crédito. Essa limitação impulsionou a criação de linhas específicas, conhecidas como linhas de crédito “verdes”, voltadas a segmentos com características produtivas diferenciadas (Niederle e Wesz Junior, 2022). Nesse contexto, surgiram as políticas de crédito direcionadas à agroecologia, fundamentadas na compreensão de que, conforme destaca Weid (2006), o acesso ao crédito é essencial tanto para a capitalização dos agricultores agroecológicos quanto para sua inserção nos mercados.

Ainda, a importância do estudo se dá pelos baixos resultados das linhas alternativas de financiamento do Pronaf, pois a lógica do programa se permaneceu focada ao público e não nas práticas agrícolas necessárias para a sua correta execução (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017; Niederle e Wesz Junior, 2022). A importância do acesso ao crédito para a produção agroecológica perpassa as questões como a preservação ambiental, a redução do consumo de recursos naturais, ela também contribui para a preservação dos biomas, o que potencializa o bem-estar social (Caporal, 2008).

Nesse sentido, o bem-estar social também se relaciona com o papel desempenhado pelos consumidores nas cadeias produtivas agroecológicas. A valorização de alimentos sem agrotóxicos e produzidos por agricultores familiares locais revela uma preferência por produtos que expressam qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social (Fossá *et al.*, 2023). Além disso, no âmbito territorial, destaca-se a possibilidade de aumento da renda das famílias agricultoras por meio do consumo local e da eliminação de intermediários, viabilizada pela comercialização direta (Troian; Aguirre; Oliveira, 2023).

No município de Santana do Livramento se observa crescente avanço da produção de soja, resultando na conversão de pastagens naturais em terras agrícolas (Silva e Viana, 2020). O Bioma Pampa é uma das áreas com menor percentual de proteção ambiental do Brasil, o que incorre também em alterações na fauna e na flora decorrentes da supressão dos ecossistemas devido à expansão da pecuária extensiva para uso agropecuário (Litre e Bursztyn, 2015). A produção em massa apresenta riscos em razão de efeitos ambientais, climáticos e também na escassez de alimentos, gerando insegurança alimentar (Niederle e Wesz Junior, 2018). Em razão de problemas ambientais, o assunto é emergente em decorrência das mudanças climáticas e visando promover a sustentabilidade, a ONU instituiu uma política internacional, dentro dela o Brasil definiu 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previsto como meta para a agenda do ano de 2030 (ONU Brasil, 2022).

A agricultura familiar é um ator fundamental na construção de um mundo mais sustentável. Dos 17 ODS, delineados pela Agenda 2030, pelo menos 12 têm relevância direta para a agricultura familiar e para explorar de maneira mais eficaz suas potencialidades (Favaretto, 2018). Ainda, as linhas de crédito do Pronaf Verde estão diretamente associadas à sustentabilidade, pois têm como objetivo primordial melhorar a gestão dos recursos naturais promovendo práticas conservacionistas e tecnologias menos impactantes ao meio ambiente (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

O segundo objetivo desta resolução, o ODS 2, visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e fornecer melhores condições nutricionais, além de promover a agricultura sustentável (Maciel, 2022). Ao alcançar esse objetivo, é possível garantir o acesso sustentável e equitativo a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para atender às necessidades nutricionais, os quais podem ser alcançados por meio da promoção de práticas agrícolas sustentáveis, apoio à agricultura familiar e garantia do acesso justo à terra, tecnologia e mercado (PNUD, 2021).

Outro objetivo sustentável que remete a pesquisa é o ODS 13, ação contra a mudança global do clima, o qual busca reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação quanto as

mudanças climáticas, com políticas e estratégias visando a proteção ambiental (ONU Brasil, 2022). As mudanças climáticas já evidentes no planeta afetam o Rio Grande do Sul com chuvas torrenciais, enchentes e deslizamentos, aumentando o risco para o Bioma Pampa, especialmente por possuir áreas arenosas sem cobertura vegetal, conhecidas como Areais (Oliveira Sanches; Verdum; Fisch, 2016).

Por fim, no que diz respeito a importância do estudo para a área da Administração, em específico na linha de pesquisa Organizações e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), é necessária a compreensão de que a agricultura familiar está intrinsecamente ligada a área do estudo. Pois a agricultura familiar é o sistema de produção onde os proprietários rurais executam a função de gestão de seus estabelecimentos e ao mesmo tempo são os próprios trabalhadores (Gris; Lago; Brandalise, 2017). Corroborando com a ligação da administração com a agricultura familiar, há o entendimento de que uma organização rural possui as mesmas características da organização urbana, pois também necessitam de planejamento, organização, direção e controle (Reichert, 1998).

1.3 Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está organizada em seis capítulos, além das referências e dos apêndices. O primeiro capítulo corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema da pesquisa, o contexto da agricultura familiar, as políticas de crédito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a produção agroecológica, com destaque para a linha de crédito Pronaf Agroecologia. Nesse capítulo, são também expostos a problemática, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa do estudo.

O segundo capítulo é dedicado ao referencial teórico, no qual são discutidos a formação histórica da agricultura familiar no Brasil, as políticas de crédito rural, a criação e o desenvolvimento do Pronaf, suas linhas de crédito “verdes” — com ênfase no Pronaf Agroecologia — e as principais noções relacionadas à produção agroecológica. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados no estudo, detalhando o caráter, a abordagem e o método da pesquisa, bem como as técnicas utilizadas para a coleta e a análise dos dados primários e secundários.

Os capítulos quatro e cinco são dedicados à apresentação e à discussão dos resultados da pesquisa. O quarto capítulo aborda as dinâmicas de acesso ao crédito, o montante financiado e os principais cultivos vinculados ao Pronaf, considerando os âmbitos nacional, estadual e municipal. Além disso, examina especificamente os dados do Pronaf Agroecologia em escala nacional, regional e estadual, abrangendo todos os estados que registraram

operações por meio desse subprograma. O quinto capítulo caracteriza os agricultores familiares agroecológicos e os agentes de desenvolvimento entrevistados, analisando suas percepções acerca do crédito rural e da produção agroecológica, com base nas entrevistas realizadas.

Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados do estudo à luz do referencial teórico, destacando-se as contribuições, limitações e possibilidades de continuidade da pesquisa. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas que fundamentaram a pesquisa, seguidas dos apêndices que complementam a dissertação.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL

O presente capítulo tem como propósito apresentar a base teórica que fundamenta esta pesquisa, abordando os principais temas relacionados à agricultura familiar e às políticas de crédito rural no Brasil. Inicialmente, discute-se a formação histórica do agricultor familiar no país, destacando os processos de reconhecimento social e político da categoria. Em seguida, são analisadas as principais políticas de crédito rural, com ênfase na criação e no desenvolvimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, suas diretrizes, grupos e transformações ao longo do tempo.

Na sequência, o capítulo explora as chamadas linhas de crédito “verdes” do Pronaf, voltadas ao incentivo de práticas sustentáveis, com atenção especial ao Pronaf Agroecologia. Por fim, são apresentadas as noções fundamentais da agroecologia, suas implicações sociais, ambientais e econômicas, além da importância do crédito como instrumento de fomento à transição agroecológica.

2.1 A formação do agricultor familiar no Brasil

O processo de conceituação da agricultura familiar no Brasil ainda está em curso. Segundo Wanderley (2003), a discussão sobre o conceito de agricultura familiar é contínuo e estará sempre em processo de construção. Na história do Brasil, o grupo dos agricultores familiares enfrentou dificuldades de definição e reconhecimento social, sendo frequentemente rotulado por autoridades públicas, intelectuais e instituições estatais com termos imprecisos ou incorretos, tais como colonos, trabalhadores rurais, pequenos agricultores, pequenos produtores, entre outros (Pretto, 2005).

Em um contexto mais recente, a agricultura familiar tem sido reconhecida não apenas como um modelo produtivo, mas como uma estratégia central para o enfrentamento dos desafios contemporâneos relacionados à segurança alimentar, às mudanças climáticas e à sustentabilidade dos territórios rurais. Segundo Kato, Delgado e Romano (2022), trata-se de um segmento dinâmico, que articula múltiplas dimensões — econômica, social, ambiental e cultural — e que continua a reivindicar seu espaço nas políticas públicas, especialmente em um cenário de reconfiguração das disputas por território e recursos no campo.

Nesse sentido, embora o reconhecimento contemporâneo da agricultura familiar tenha avançado, o conceito de agricultor familiar ainda apresenta dificuldades de generalização e delimitação precisa, especialmente no que se refere à definição clara de seus contornos

enquanto segmento social (Corrêa, 2024). Essa complexidade é abordada por autores como Abramovay (1992) e Wanderley (2003), que compreendem a agricultura familiar como uma unidade de produção na qual o trabalho e a gestão estão profundamente vinculados à estrutura familiar. No entanto, Wanderley (1999) ressalta que a agricultura familiar transcende uma definição meramente técnica ou classificatória, sendo também um movimento de resistência que mobiliza suas próprias forças para assegurar a sobrevivência social e econômica dos agricultores frente às adversidades impostas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento rural.

Uma das características que remetem ao agricultor familiar é a pluriatividade na sua forma de organização, ou seja, a heterogeneidade nos seus processos de produção, ocupação e também de atividades não agrícolas, mantendo ligação de moradia e vida no espaço rural (Schneider, 2003). Veiga (1996) faz o comparativo entre a agricultura familiar e patronal, ressaltando suas distinções, o que evidencia as características dos diferentes estabelecimentos rurais. Além de possuir um perfil distributivo, preocupações socioculturais, principalmente no que envolve a sustentabilidade dos recursos e de sua produção (Veiga, 1996). A diferenciação feita pelo autor pode ser visualizada, no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Características da Agricultura Familiar e da Agricultura Patronal

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Gestão e trabalho separados.	O trabalho e a gestão possuem ligação próxima.
Organização centralizada da produção.	A produção é direcionada, conduzida e assegurada pelos proprietários.
Foco na especialização	Foco na diversidade produtiva
Práticas agrícolas padronizáveis	Foco na sustentabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Trabalhadores assalariados	O salário é atribuído de forma complementar
Tecnologias conduzidas a eliminação das decisões de terreno e de momento	Decisões imediatas, onde requer improviso, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do contexto produtivo familiar
Tecnologias visando reduzir mão de obra	Tomadas de decisão <i>in loco</i> , ao considerar as especificidades do processo produtivo
Extrema dependência de insumos comprados	Visa utilizar insumos internos

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Veiga (1996).

Para Caume (2009), o antagonismo entre os segmentos de agricultura patronal e agricultura se forma por aspectos sociais e econômicos, as formas de produção do agronegócio são incompatíveis com o processo produtivo e forma de vida da agricultura familiar. A polaridade entre as formas de produção estabelece a agricultura patronal com aspectos comerciais (capitalista), enquanto a agricultura familiar é marginalizada, com a produção excluída do mercado e voltada para a própria subsistência dos produtores (Caume,

2009). Entretanto, de acordo com a Lei 11.326/2006, é considerado agricultor familiar aquele que:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Mesmo que o agricultor familiar seja definido por lei como uma categoria, a agricultura familiar no Brasil é historicamente marcada pela marginalização sofrida em relação aos grandes latifúndios, desde a colonização a agricultura no Brasil foi estabelecida em torno de grandes propriedades (Buainain, 1999; Picolotto, 2014). Processo no qual, estabeleceu dificuldades para a produção, para o acesso ao consumidor e escopo de seus produtos, visto que a prioridade sempre foi o modelo de agricultura empresarial (Graziano Da Silva, 2001).

Ainda que o modelo patronal de agricultura ainda seja predominante no território brasileiro¹ (Kato; Delgado; Romano, 2022), em virtude dos problemas sofridos pelo sindicalismo rural nos anos 1990, os grupos sociais passaram a ter voz e suas reivindicações passam a ter certa relevância. Até então, se referiam a este grupo como pequenos produtores, produtores de baixa renda, agricultores de subsistência e entre outras nomenclaturas que por certas vezes eram usadas de forma pejorativa. Esses termos serem aceitos por um tempo é explicado devido à influência ideológica exercida pela elite da agricultura brasileira (Schneider; Cazella, Mattei, 2021).

As reivindicações tomam força no cenário político a partir de dois movimentos do sindicalismo rural. Primeiramente, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), conhecida por ser uma organização específica de agricultores familiares, iniciada pela Fetraf-Sul, visando conquistar espaços relevantes dentro das direções centrais nacionais da agricultura (Picolotto, 2014; Bolter e Haas, 2018). Também na década de 1990, os movimentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), uma das instituições responsáveis por definir a o agricultor familiar como pertencente a uma categoria social (Picolotto, 2014).

¹ Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 56,2% dos estabelecimentos rurais no território brasileiro pertencem a agricultura patronal.

Schneider (2003) e Santos *et al.* (2014), relatam que a partir de trabalhos acadêmicos, é reconhecida a mudança da agricultura familiar como categoria social e a sua importância neste sentido, passando a entender este modelo de agricultura como moderno, eficiente, sustentável e produtor de alimentos. Essa importância para o segmento gerou um olhar mais atento para os agricultores familiares, deixando apenas o *status* de subordinado a agricultura patronal que ocupava, mas sim galgando uma posição de destaque nas políticas agrícolas e em políticas específicas para o seu grupo (Grisa e Schneider, 2014; Pretto e Horn, 2020).

Dentro do espectro das políticas públicas, uma das políticas mais relevante na história da agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) (Mattei, 2005; Schneider; Cazella; Mattei, 2021; Fossá, 2021). Pretto (2005) define o agricultor familiar como o sujeito do Pronaf, a criação desta política de crédito foi com o objetivo de atender essas famílias. Entretanto, existem outros aspectos fundamentais para a compreensão do contexto do surgimento do Pronaf, é necessário entender como foram constituídas as políticas de crédito no Brasil até a instituição do Pronaf, assunto que será abordado no próximo tópico.

2.2 Políticas de crédito rural no Brasil

Os primeiros registros de políticas de crédito rural são vistos no Brasil Colônia, no século XVII, onde a Companhia das Índias Ocidentais² financiavam a operacionalização da produção de cana de açúcar, com investimentos visando compra de escravos, máquinas e ferramentas (Salgueiro, 2020; Nóbrega, 1985). Enquanto, o primeiro decreto que se tem registro é o de Dom Pedro II, em 1885, com a instituição do instrumento Penhor Agrícola, pela Lei nº 3.272, de 05 de outubro de 1885, a qual visava facilitar os empréstimos dos bancos privados aos agricultores (Salgueiro, 2020; Nóbrega, 1985). Para compreender a trajetória das políticas de crédito rural no Brasil, o Quadro 2 apresenta marcos relevantes que influenciaram esse campo ao longo do tempo, desde a instituição do Penhor Agrícola em 1885 até a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2013.

² A Companhia das Índias Ocidentais era uma instituição europeia, que detinha o monopólio da navegação e do comércio das colônias da América no século XVII (Albuquerque, 2010).

Quadro 2 – Políticas de Crédito Rural no Brasil

Política de crédito	Ano de criação	Objetivo da política	Autores/Fonte
Penhor Agrícola	1885	Facilitar o acesso ao crédito rural por meio da alienação de bens agrícolas como garantia de financiamento.	Nóbrega (1985); Salgueiro (2020)
Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)	1937	Fornecer financiamento ao setor agrícola e industrial por meio de crédito direcionado.	Bacha, Danelon e Del Bel Filho (2005); Redivo e Fonseca (2022)
Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)	1965	Estruturar um sistema de financiamento para modernizar a agricultura, ampliar a produtividade e apoiar pequenos produtores.	Delgado (2012); Mattei (2015); Búrigo <i>et al.</i> (2021)
Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	1996	Apoiar agricultores familiares com crédito subsidiado, promovendo renda, inclusão social e sustentabilidade.	Pretto (2005); Grisa e Schneider (2014); Schneider; Cazella; Mattei (2021)
Pronaf Agroecologia ³	2004/2005	Financiar práticas agroecológicas, fomentar a transição para sistemas sustentáveis e fortalecer a agroecologia entre agricultores familiares.	Bianchini (2015); Aquino, Gazolla e Schneider (2017); Stoffel e Rambo (2021); Schneider, Cazella e Mattei (2021)
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)	2012	Promover a agroecologia e a produção orgânica no Brasil, articulando políticas públicas para fortalecer práticas sustentáveis.	Brasil (2012); CIAPO (2013); Gonçalves <i>et al.</i> (2022)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da literatura estudada, 2025.

A política do Penhor Agrícola vigorou até a década de 1930, pois a partir de 1931 o Banco do Brasil passa a atuar no financiamento do café, com a criação do Departamento do Café, visando financiar as compras de café (Spolador, 2001; Scapin, 2021). O modelo da agricultura no entorno do café foi o protagonista na economia brasileira do final do século XIX, até o começo do Século XX, mais especificamente até o período posterior a grande depressão de 1929⁴ (Bacha; Danelon; Del Bel Filho, 2005; Scapin, 2021).

A partir da crise econômica mundial desencadeada pela Grande Depressão de 1929, o Brasil passou a adotar políticas econômicas anticíclicas e de caráter heterodoxo, nas quais o Estado assumiu um papel central na regulação e organização do mercado interno. O objetivo dessas medidas era impulsionar a industrialização nacional e diversificar a estrutura produtiva do país, superando a dependência das exportações de produtos primários (Bastos, 2008). Para

³ O Pronaf Agroecologia foi criado a partir do Plano Safra no ano de 2004 (Sambuichi *et al.*, 2018)

⁴ A grande depressão de 1929 foi uma crise que ocorreu após a quebra da bolsa dos Estados Unidos, responsável por subverter o mundo econômico durante boa parte da década de 1930 (Mazzucchelli, 2008).

desenvolver a agricultura e a industrialização, dentro da produção agrícola, no ano de 1937, foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) junto ao banco do Brasil (Bacha; Danelon; Del Bel Filho, 2005). Redivo e Fonseca (2022) destacam que o CREAI visava gerar riquezas nacionais e fornecer suporte a pecuária, agricultura e as indústrias, entretanto, nos financiamentos que se referem ao setor agrícola foi menor do que o crédito fornecido ao setor industrial.

No período posterior a criação do CREAI, a partir dos 1950, o pouco crédito que chegava era destinado a transferência de renda da agricultura para os setores não agrícolas, em decorrência também da pouca produtividade do setor agrícola (Bacha; Danelon; Del Bel Filho, 2005; Fossá; Comerlato; Chemin, 2016). A dificuldade na produção se dava pelas técnicas rudimentares da agricultura, sem inovação tecnológica, cenário que mudou a partir da década 1960 com a “Revolução Verde” a partir de políticas públicas instauradas no período (Castro; Pereira, 2017).

A agricultura sempre teve apoio político no Brasil, o que fez necessário a criação de uma política de crédito rural específica para o segmento, a partir de debates sobre a modernização e a produtividade da agricultura nacional (Fossá; Comerlato; Chemin, 2016). A partir disso, foi instaurada a primeira política de crédito específica para a agricultura, na Lei 4.829 de 5 de novembro de 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o qual estabelecia entre seus objetivos o fortalecimento dos pequenos produtores rurais (Búrigo *et al.*, 2021). O SNCR desde a sua institucionalização busca cumprir os seguintes objetivos:

- I - Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (Brasil, 1965 p. 1).

Delgado (2012), descreve a dinâmica econômica em três períodos diferentes, de 1965 e 1985 onde ocorreu a modernização conservadora da agricultura brasileira, a partir de 1985 com o fortalecimento dos movimentos sociais até o ano de 1999 foram chamados os anos de transição para o período pós anos 2000, o qual a economia do agronegócio é reestruturada. No

primeiro período, em vistas de modernizar a agricultura foram consolidados complexos agroindustriais (CAIs) e um importante sistema cooperativo (Bianchini, 2015). Logo:

Foi constituído um Sistema Nacional de Pesquisa e Extensão, coordenados em nível nacional pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), (Lei n.º 5.851 de 7/12/1972) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) (Lei n.º 6.126 de 6/11/1974). Nos estados foram criados Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS) e Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers). As Ematers sucederam as Associações Estaduais de Crédito e Assistência Rural (ACARs) e a Embrater a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (Bianchini, 2015 p. 16).

Devido à importância para o desenvolvimento nacional, o crédito rural, a partir do século XX, passa a ser a principal política pública de apoio à agricultura brasileira (Fossá; Matte; Mattei, 2022). As políticas de crédito rural são capazes de ofertar condições e taxas adequadas para cada segmento em atividade no país, constituindo-se como um alicerce para a política agrícola nacional e um dos principais instrumentos de apoio ao setor (Ramos e Martha Jr, 2010).

O crédito rural historicamente foi protagonista na economia brasileira, tanto que no ano de 1976 no auge de sua expansão a sua ascensão foi de 20 bilhões de dólares, praticamente o Produto Interno Bruto (PIB) da época, entretanto com a crise no final da década de 1980 chegou a corresponder 20% do valor do PIB do setor agrícola do período (Delgado, 2012). Ainda sobre a crise dos anos 1980, Bianchini (2015) destaca que a partir das mudanças na política internacional e da crise geral da economia brasileira, o financiamento geral da agricultura entrou nas regras do sistema financeiro internacional, com isso reduziu-se a oferta de crédito e os valores dos juros não acompanhavam os valores da inflação do mercado agrícola.

Os três períodos do SNCR denotam uma agricultura heterogênea, com privilégios aos grandes produtores e fomentam a estrutura neoliberal, a qual incentiva a produção de *commodities*, a qual é a vigente nos dias atuais, ainda que tenham sido incentivados outros tipos de agricultura à época (Delgado, 2012). Entretanto, o que foi visto na prática não foi o estabelecido entre os objetivos do programa, pois o crédito foi concedido de forma excludente, priorizando os grandes produtores rurais da região sul e sudeste do país (Búrigo, 2010).

Com esse fortalecimento, o que se viu foi grandes exportações de *commodities* e acesso a grande maquinário e tecnologias para a produção, essa modernização caracterizada como conservadora, dolorosa e excludente (Graziano Da Silva, 1982). Nesse período (1970-

1990) as prioridades foram à grande fazenda e às empresas agrícolas, com grandes intervenções tecnológicas na produção, com o objetivo de alta produtividade e separação de empresa e família, o que afastava os agricultores familiares (Sabourin, 2017).

Em conjunto com a modernização da agricultura, outros aspectos fazem parte do contexto do que viria a ser uma impactante mudança na perspectiva da agricultura familiar no Brasil. Tais como os movimentos sociais expressivos como o Grito da Terra Brasil (1994), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁵, a constituição do Movimento Sem Terra (MST) em 1984, a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores (DNTR) em 1988, foram uns dos movimentos base para a luta por mudança na estrutura da agricultura familiar no Brasil (Grisa e Schneider, 2014).

A partir dos movimentos sociais, das transformações institucionais e da crescente mobilização em torno da valorização da agricultura familiar, consolidou-se um ambiente político favorável à formulação de políticas públicas específicas para esse segmento. Nesse contexto, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e representou uma experiência fundamental no direcionamento de políticas voltadas exclusivamente à agricultura familiar (Mattei, 2015). Ainda, conforme destaca Mattei (2015), o Provap constituiu o embrião do que viria a ser o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política pública que institucionalizou o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social específica e passou a oferecer instrumentos de apoio estruturado, os quais serão abordados na seção seguinte.

2.3 A criação e a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar representou uma resposta à histórica ausência de políticas públicas específicas voltadas à realidade e às necessidades da agricultura familiar no Brasil. Até então, as famílias agricultoras eram sistematicamente excluídas dos instrumentos de crédito rural, sendo obrigadas a disputar recursos com os grandes proprietários de terra, tradicionalmente favorecidos pelo sistema financeiro agrícola vigente (Schneider; Cazella; Mattei, 2020). A formulação do Pronaf foi impulsionada por uma mudança paradigmática nos estudos rurais,

⁵ Em 1995 a CUT se uniu a CONTAG, com o propósito de dar maior visibilidade e poder de reivindicação ao sindicalismo dos trabalhadores rurais (Grisa; Schneider, 2014).

que passaram a reconhecer a agricultura familiar como um segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável, bem como pela ação de movimentos sindicais e pelo interesse do governo federal em conter os conflitos sociais no campo e promover maior inclusão produtiva (Grisa e Schneider, 2015). Nesse contexto, o Pronaf foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 1.946, em 28 de junho de 1996, com as seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (Brasil, 1996 p. 1).

O Pronaf foi concebido com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no Brasil, reconhecendo sua importância econômica e social (Mattei, 2015). O programa foi criado como resultado de intensas lutas e mobilizações dos movimentos sociais do campo, com a incumbência de reduzir as desigualdades sociais e regionais historicamente agravadas pelas políticas estatais tradicionais, voltadas prioritariamente à modernização tecnológica da agricultura brasileira (Aquino e Schneider, 2011).

Para ter acesso ao Pronaf, o agricultor deve estar com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)⁶ ativo, conhecido por ser instrumento utilizado para identificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), que devem estar enquadradas dentro das características gerais da Lei Nº 11.326, que envolvem área do estabelecimento, força de

⁶ Até o Decreto nº 9.064, de 2017, o que estava em vigência era para o reconhecimento do agricultor familiar era a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (Brasil, 2019).

trabalho, membros da família, renda e gestão (Brasil, 2019). Nos anos iniciais do Pronaf, entre 1996 e 1999, os mecanismos do programa se estabeleceram de mecanismos de financiamentos para os agricultores familiares, os quais eram excluídos sistematicamente das políticas de crédito rural (Mattei, 2015).

O Pronaf passou por importantes transformações institucionais ao longo de sua trajetória, que foram decisivas tanto para o aprimoramento da própria política quanto para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Entre essas mudanças, destaca-se a instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável por abrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão incumbido da execução da política fundiária e dos assentamentos de reforma agrária (Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Segundo Aquino, Gazolla e Schneider (2017) no ano de sua criação, o Pronaf atendeu apenas as ações relativas ao crédito custeio e as ações relativas ao investimento, infraestrutura, serviços municipais, capacitação e pesquisa só ocorreram a partir de 1997, após esse período o programa passou a abranger todo o território nacional. Atualmente as operações do Pronaf se baseiam em linhas de crédito para custeio e linhas de crédito para investimento em ampliação e modernização da estrutura de produção (BNDES, 2024).

O Pronaf custeio, utilizado desde o primeiro ano do programa, é um crédito de curto prazo, cuja a taxa é de 3% a.a. para produtos da biodiversidade, agroecológicos e sistemas orgânicos de produção; 4% a.a. para o cultivo de demais alimentos e produtos, desde que os cultivos somados não ultrapassem o valor de 20 mil por Ano Agrícola⁷ e; 6% a.a. para animais de recria e engorda e operações referentes ao cultivo de milho, também desde que os cultivos somados não ultrapassem o valor de 20 mil por Ano Agrícola (BNDES, 2024). Segundo o Manual do Crédito Rural (MCR) (2023) as verbas do crédito de custeio servem para:

- a) manutenção do beneficiário e de sua família; b) aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência; c) compra de medicamentos, agasalhos, roupas e utilidades domésticas, construção ou reforma de instalações sanitárias; d) despesas para manutenção de infraestrutura de rede, de plataformas e de soluções digitais de gestão de dados e conectividade, quando relacionadas à atividade financiada; e) outros gastos indispensáveis ao bem-estar da família (MCR, 2023, p.152).

O crédito de investimento possui uma gama de subprogramas para o seu fornecimento: Crédito de Investimento; (Pronaf Mais Alimentos); Crédito de Investimento para a Agregação

⁷ O Ano Agrícola é a fonte de informação que fornece ao produtor os meses no qual realiza a semeadura e a colheita de diversas culturas agrícolas no longo do ano, o seu período é entre setembro e agosto.

de Renda (Pronaf Agroindústria); Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais; Crédito de Investimento para mulheres (Pronaf Mulher); Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem); Crédito de Industrialização para Agroindústria Familiar (Pronaf industrialização de Agroindústria Familiar) e; Crédito de Investimento para a agroecologia (Pronaf Agroecologia) (MCR, 2023). Os créditos de investimento ao financiamento da implantação, servem também para a ampliação e a modernização da infraestrutura da produção e serviços agropecuários (BNDES, 2024).

De acordo com Aquino e Schneider (2011) a ampliação da agricultura familiar tornou o Pronaf referência para o desenvolvimento rural, tanto que levou a construção de grupos para atender todo o seu público alvo. Atualmente, o Pronaf está organizado em diferentes grupos de enquadramento – A, B e A/C –, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Grupos do Pronaf

Pronaf A	Famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
Pronaf B	Para agricultores familiares que possuam renda bruta anual familiar de até R\$20.000,00 e mulheres agricultoras de unidades familiares enquadradas nos grupos A, A/C E B.
Pronaf A/C	Assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação do grupo A e não tenham contratado crédito de custeio, a não ser que seja pelo seu próprio grupo.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Manual de Crédito Rural (2023).

A separação entre grupos resulta numa tendência de distribuição desigual de recursos para as diferentes categorias, o que demonstra a tendência de a política de crédito vigente ainda ser concentradora de renda (Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Mesmo com a implementação do Pronaf, a lógica da agricultura brasileira se manteve, incentivando a modernização da agricultura e com foco em grandes exportações, além de suas operações estarem concentradas efetivamente nas regiões Sul e Sudeste (Gazolla; Viganó; Marini, 2020).

Diante desse contexto, urge a necessidade da criação de linhas “Verdes” para o Pronaf, concebidas como uma alternativa ao modelo tradicional de crédito rural, fortemente orientado pela lógica produtivista e pelas exigências do agronegócio. As linhas “Verdes” emergem como instrumentos estratégicos para fomentar práticas agrícolas sustentáveis, valorizando sistemas de produção que respeitam os ciclos ecológicos, promovem a biodiversidade e garantem segurança alimentar com justiça social (Weid, 2006; Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

Ao reconhecer a pluralidade das agriculturas familiares e suas diferentes formas de organização produtiva, essas linhas de crédito foram estruturadas para atender segmentos

historicamente marginalizados, incluindo povos tradicionais, comunidades extrativistas, assentados da reforma agrária e produtores em transição agroecológica. Com isso, buscou-se não apenas ampliar o acesso ao crédito rural, mas também reorientar o modelo de desenvolvimento no campo brasileiro. As especificidades, os objetivos e os desafios relacionados à implementação dessas linhas “Verdes” do Pronaf serão aprofundados na próxima seção.

2.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Linhas “Verdes”

O Pronaf, junto de outras políticas sociais desenvolveu suas ações voltadas para o público beneficiário, delimitando o segmento social no qual está orientando a política (Nierdele e Wesz Junior, 2022). Como prova disso se dá a existência de dois ministérios para atender dois públicos diferentes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), para atender o público da agricultura familiar e em oposição, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), para atender os grupos empresariais do agronegócio (Mattei, 2014; Grisa e Schneider, 2015).

Ainda que essa divisão institucional tenha se sustentado com argumentos técnicos e políticos ao longo do tempo, ela refletia, na prática, uma tentativa de reparar a histórica negligência das demandas das famílias rurais por parte do MAPA. A ausência de ações efetivas voltadas à agricultura familiar por esse ministério contribuiu para o aprofundamento das desigualdades no acesso aos recursos do crédito rural, o que justificou, em termos políticos e sociais, a manutenção de estruturas ministeriais distintas (Wesz Junior, 2021). Diante das contradições persistentes nas políticas direcionadas aos agricultores familiares, tornou-se imperativa a criação de linhas de crédito específicas no âmbito do Pronaf, voltadas ao fortalecimento de outras práticas produtivas e à inclusão de grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade (Niederle e Wesz Junior, 2022).

Portanto, a partir de 2003/2004, no Plano Safra, o Pronaf pôde se expandir a todo o país, com destaque para o nordeste e também ficou marcada a criação de linhas de crédito alternativas do Pronaf, além das reformulações propostas pelo governo que assumira (Schneider; Cazella; Mattei, 2021; Fossá *et al.*, 2023). O aprimoramento da política pública aumenta a capacidade de atender a necessidades dos agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social e também para a produção orgânica e agroecológica (Aquino; Gazolla, Schneider, 2017).

Nesse contexto, foram instituídas as chamadas linhas de crédito “verdes” do Pronaf — Pronaf Eco (atualmente Pronaf Bioeconomia, conforme o Plano Safra 2023/2024), Pronaf Agroecologia e Pronaf Floresta —, que representaram uma mudança institucional relevante. No entanto, essas linhas não conseguiram consolidar-se como política recorrente nas operações de crédito rural, apresentando baixo desempenho, em parte devido à predominância de uma lógica produtivista que favorece o uso de insumos externos, frequentemente associados ao modelo convencional de produção agrícola com base em agrotóxicos (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017). Atualmente, a composição das chamadas linhas de crédito “Verde” é apresentada conforme descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Linhas de crédito "Verde do Pronaf

Pronaf Bioeconomia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
Pronaf Agroecologia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Floresta	Crédito para investir em sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de BNDES (2024) e Banco do Brasil (2024).

O estudo conduzido por Aquino, Gazolla e Schneider (2021) sobre o acesso as linhas de crédito “Verde” no período de 2004 a 2011 apresenta alguns resultados relevantes sobre o assunto. Em termos de contratos, representou 0,5% do total de contratos acessados pelo Pronaf convencional no mesmo período, enquanto em relação aos recursos, correspondeu a 0,7% do total de recursos destinados ao programa de fortalecimento da agricultura familiar.

Os resultados dos estudos de Fossá *et al.* (2023) apresentaram as operações realizadas entre os anos 2015 e 2021. Em relação aos contratos, o total das três linhas de crédito – Pronaf ECO, Pronaf Floresta e Pronaf Agroecologia – somou 33.771 operações, resultando em um montante de 13,8 milhões de contratos, representando 0,24% do financiamento total concedido pelo Pronaf. Enquanto no que se refere ao montante de recursos, as três linhas utilizaram R\$1,3 bilhões (0,61% do Pronaf) do total de aproximadamente R\$213 bilhões do Pronaf convencional.

Com base no que foi proposto, ao tentar abordar de maneira mais abrangente a agricultura familiar por meio de políticas específicas, foi percebido que o programa continuou seguindo uma lógica orientada para o público-alvo, ao invés das práticas agrícolas que o

programa deveria promover (Niederle e Wesz Junior, 2022). Isso reflete a observação de Capellesso, Cazella e Rover (2016), de que as agriculturas baseadas em princípios agroecológicos e sustentáveis não conseguiram prevalecer sobre a ênfase tecnológica do agronegócio, indicando que mudanças ainda podem ocorrer ou não. Na próxima seção, serão abordadas as noções fundamentais da agroecologia e sua relevância no contexto agrícola. Além disso, será explorada a política pública de crédito voltada para o estímulo dessa prática, o Pronaf Agroecologia.

2.3.2 Noções agroecológicas e o Pronaf Agroecologia

A agroecologia consiste em estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica, ao adotar o agroecossistema como fundamento de sua análise, para proporcionar embasamento científico na implementação de agriculturas mais sustentáveis (Altieri, 1989). Conforme Gliessman (2000), a agroecologia não se restringe apenas a essa definição ecológica. Ela abrange também dimensões econômicas, ao propor formas de produção que reduzam a dependência de insumos externos e aumentem a autonomia dos agricultores; sociais, ao valorizar os saberes locais, a equidade nas relações de trabalho e a soberania alimentar; políticas, ao se vincular a movimentos que defendem a reforma agrária e a democratização do acesso à terra e aos recursos; e éticas, ao considerar a responsabilidade intergeracional com a preservação dos bens naturais e a promoção do bem-estar coletivo.

Nesse sentido ampliado, a agroecologia é compreendida como uma ciência orientada ao desenvolvimento sustentável, conforme ressaltam Pereira *et al.* (2022), ao enfatizar a transição de práticas convencionais para sistemas de cultivo que produzem alimentos livres de agrotóxicos e minimizam os impactos ambientais, ao mesmo tempo em que abordam questões de equidade social e geração de renda. Assim, a adoção de práticas agroecológicas possibilita aos agricultores um grau significativo de sustentabilidade, promovendo benefícios simultâneos ao meio ambiente e à economia local (Santos *et al.*, 2014).

O modelo de produção agroecológico favorece a sociedade e o meio ambiente, promovendo uma agricultura sustentável que beneficia a saúde humana e preserva os recursos naturais (Embrapa, 2022). Em contrapartida da sustentabilidade e do respeito aos recursos naturais, a hegemonia dos sistemas de produção no Brasil é tomada pelas monoculturas, que ao invés da agroecologia, rompe com os ecossistemas, tornando-os mais vulneráveis com o uso de agrotóxicos (Shiki, 2010).

A disseminação e o compartilhamento do conhecimento agroecológico entre diversos atores sociais são essenciais para que a agroecologia assuma um papel central no desenvolvimento de políticas públicas e na consolidação de iniciativas coletivas que favoreçam sua expansão (Silva; Souza; Lima, 2013). Nesse processo, destaca-se a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 com o objetivo de fomentar a formulação de políticas e promover a interação entre organizações e movimentos que atuam nesse campo (Bensadon, 2016). A ANA desempenha um papel estratégico ao construir pontes entre a sociedade civil e as instituições públicas, contribuindo para o aprimoramento e a criação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção agroecológica no Brasil (Lourenço; Grisa; Schmitt, 2022).

O Quadro 5 apresenta as principais políticas públicas, conforme Gonçalves *et al.* (2022), que podem ser direcionadas à promoção da agroecologia, sendo elas: i) terra e território; ii) alimento saudável e abastecimento; iii) democracia e participação social; iv) questões de gênero e cor/raça/etnia; v) educação, saberes locais e comunicação.

Quadro 5 – Orientações para a promoção na atuação dos campos agroecológicos

Terra e território	Refere-se a vida e ao próprio sustento, fortalecendo também o pertencimento e a ancestralidade.
Alimento saudável e abastecimento	Esses devem servir como abastecimento para a segurança alimentar e nutrição de todas as camadas da sociedade, principalmente nas partes mais vulneráveis.
Democracia e participação social	É necessário que seja promovido um espaço amplo e democrático para as discussões que envolvam a construção e implementação de políticas agroecológicas.
Gênero, cor/raça/etnia	É de suma importância para o respeito das demandas territoriais, especificidades e culturas de diversos povos.
Educação, saberes locais e comunicação	São relevantes no sentido dos saberes locais ensinar a comunicar a agroecologia de maneira que seja compreendida por diversos atores sociais.

Fonte: Elaboração própria com base em Gonçalves *et al.* (2022).

A agroecologia do ponto de vista das políticas públicas emerge a partir do Plano Safra, no ano de 2005/2006 é oficializada a linha do Pronaf Agroecologia (Bianchini, 2015). O programa destina seus recursos para investimentos na produção agroecológica e orgânica, tanto para produtores vigentes, quanto para produtores que estejam em transição para o modelo agroecológico (Stoffel; Rambo; Eberhardt, 2020). A linha foi criada visando estimular a transição agroecológica e realizar a conversão dos sistemas de produção (Sambuichi *et al.*, 2020).

O Pronaf Agroecologia possui suma importância no sentido de incentivar a produção de alimentos de forma sustentável do ponto de vista ecológico e ambiental. A função desta

linha de crédito em específico é possibilitar o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural (Brasil, 2022).

O objetivo do Pronaf Agroecologia, segundo o BNDES (2024), é fornecer recursos financeiros para agricultores e produtores rurais (pessoas físicas) investirem em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, abrangendo os custos associados à implementação e à manutenção do empreendimento. Ainda, o banco de desenvolvimento define a taxa de juros em 4% a.a, podendo ser concedido individual ou coletivamente, onde o crédito coletivo é para financiar construções, reformas, benfeitorias, máquinas e equipamentos. O limite para atividades envolvendo suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura é de R\$420 mil por agricultor e R\$210 mil para outras atividades. Os prazos variam entre 3 e 10 anos. O banco cobre 100% do valor dos itens negociáveis e a garantia é livre para a negociação entre a instituição financeira envolvida e o beneficiário, regida pelo Conselho Monetário Nacional (BNDES, 2024).

O beneficiário, para acessar a linha de crédito de investimento para a agroecologia, precisa ter o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) que apresente o projeto técnico para sistemas de produção agroecológicos, ou que demonstre estar em transição para a agroecologia (MDA, 2016). Ainda, segundo o MDA, a produção de base agroecológica refere-se a “(...) aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social (...)” (MDA, 2016, p.21). E a transição agroecológica diz respeito a “(...) passagem da maneira convencional de produzir – com agrotóxicos e técnicas que agredem a natureza – para novas maneiras de fazer agricultura com tecnologias de base ecológica”. O processo da produção e transição são viabilizados pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), responsável por resolver problemas no que envolve gerenciar, beneficiar, agregar valor, comercializar e preservar o meio ambiente (MDA, 2016, p.21).

A ação do Estado é fundamental na promoção da agroecologia, assim como os movimentos sociais (Rode; Stoffel; Rambo, 2021). Entretanto, o que se viu no primeiro recorte, de 2005 até 2011, foi um desempenho insuficiente dessa linha de crédito, promovendo o menor número de transações dentre as linhas do Pronaf “Verde”, totalizando 981 contratos nas suas seis primeiras safras, o que contrariava as expectativas após a criação da linha (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

Diante dos baixos resultados da inserção dos modelos agroecológicos no Brasil, foi criado o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) em 2012, já com um plano de criar o II Planapo (Sambuichi *et al.*, 2020). Logo, por meio do decreto nº 7.794/2012 foi instaurado a Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica (PNAPO), no qual o principal instrumento é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) (Brasil, 2012). Com o objetivo de:

Articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais (CIAPO, 2013. p.2).

A meta na primeira etapa do Planapo era disponibilizar 5% dos recursos totais do Pronaf para sistemas orgânicos e de base agroecológica, tanto no custeio, quanto no investimento (Sambuichi *et al.*, 2020). Ainda assim, no período entre 2013 e 2015, após a instituição da política, foram vistos volumes irrisórios de contratos no Pronaf Agroecologia, totalizando apenas 979 contratos no período (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

Ainda que irrisório em relação ao Pronaf total, os resultados do Pronaf Agroecologia no período correspondente ao Planapo II são superiores em relação ao Planapo I. No período 2013-2015 (Planapo I) foram acessados 61 contratos e aplicados R\$2.636.819,87, enquanto no período 2016-2019 (Planapo II) foram acessados 1.394 contratos e aplicados R\$23.065.420,57 (Sambuichi *et al.*, 2020).

Porém, ainda que houvesse aumento nos recursos e contratos acessados pelo Pronaf Agroecologia, se comparado entre as outras linhas específicas de crédito “Verde”, a sua participação é a menor. No período entre 2015 e 2021 o Pronaf Agroecologia acessou 2.272 contratos, em comparação com 14.215 do Pronaf ECO e 17.284 do Pronaf Floresta, representando 6,73% do total dos contratos acessados no período (Fossá *et al.*, 2023).

O baixo desempenho do Pronaf Agroecologia vai contra o que se esperava no período em que foi instaurado, principalmente a partir da instauração do I Planapo. Segundo as literaturas expostas (Sambuichi *et al.*, 2012; CIAPO, 2013; Aquino; Gazolla; Schneider, 2017), pois o que se esperava era a transição agroecológica e a implementação deste modelo. Aquino, Gazolla e Schneider (2021) entendem que a dificuldade pode estar na burocracia existente para acessar o crédito rural específico, o longo tempo para adquirir o crédito, além da dificuldade de as instituições financeiras entender o que é exatamente a agroecologia ou a produção orgânica.

O crédito rural no Brasil, conforme foi apresentado no presente capítulo, tem desempenhado um papel fundamental na estruturação e no desenvolvimento do setor agrícola, possibilitando investimentos e garantindo a continuidade das atividades produtivas. Portanto, o crédito rural pode ser uma alternativa para a transição agroecológica no Brasil (Sambuichi *et al.*, 2018). A seguir, apresenta-se a metodologia adotada neste estudo, com a descrição dos procedimentos de coleta e análise dos dados que fundamentam a investigação sobre o papel do Pronaf na produção agroecológica em Santana do Livramento/RS.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo descreve os procedimentos metodológicos empregados na condução da pesquisa. Nele, serão detalhados o método, a abordagem e o caráter do estudo, além de discutir as técnicas de coleta e análise de dados.

3.1 Abordagem, caráter e método da pesquisa

O método utilizado neste estudo foi o misto, pois este combina abordagens quantitativas e qualitativas. Na etapa quantitativa, o estudo se referiu à coleta e análise de dados secundários, enquanto a etapa qualitativa ocorreu por meio da realização de entrevistas com roteiro semiestruturado (Creswell, 2007). A realização da pesquisa a partir de ambas as abordagens (quantitativa e qualitativa) permite ao pesquisador recolher informações além do que seria possível utilizando-as isoladamente (Gerhardt e Silveira, 2009).

Dessa forma, a adoção simultânea das etapas quantitativa e qualitativa ampliou a capacidade de apreensão do fenômeno estudado, superando as limitações que seriam impostas caso fossem aplicadas de maneira isolada. A abordagem qualitativa aplicada após a abordagem quantitativa contribuiu para uma análise mais aprofundada das práticas e percepções de um grupo social específico, sem a exigência de representatividade estatística. Tal abordagem permite acessar dimensões da realidade que não se expressam em números, priorizando a compreensão das interações e significados atribuídos pelos atores às suas experiências (Gerhardt e Silveira, 2009).

O estudo se caracteriza pela natureza descritiva e exploratória. Segundo Gil (2017), as pesquisas descritivas têm como objetivo essencial a descrição das particularidades de cada fenômeno ou população, ou a relação que possuem entre si. Os estudos exploratório-descritivos foram utilizados para analisar empiricamente e teoricamente os conteúdos, onde foram descritas tanto informações quantitativas quanto qualitativas por meio de descrições detalhadas (Marconi e Lakatos, 2022).

A natureza descritiva deste estudo residiu na intenção de descrever e analisar os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, assim como a forma como se relacionavam (Gerhardt e Silveira, 2009). Neste caso, o caráter descritivo do estudo esteve relacionado ao fato de que as abordagens sobre a agricultura familiar já estavam consolidadas em estudos acadêmicos, tanto no que diz respeito ao crédito quanto à agroecologia. No entanto, ainda existia uma lacuna em relação à integração dessas abordagens, juntamente com a consideração da localidade em estudo, Santana do Livramento/RS.

A natureza exploratória do estudo visou diagnosticar situações, explorar alternativas e descobrir novas ideias, com o intuito de adquirir maior familiaridade com o problema estudado e torná-lo mais compreensível (Gil, 2017). Nesse contexto, o estudo se enquadrou na natureza exploratória devido à falta de conhecimento prévio sobre a agricultura familiar, práticas agroecológicas e acesso ao crédito para sua expansão em Santana do Livramento/RS. Embora existam pesquisas que abordem individualmente esses temas, são raros os estudos que os analisam de forma integrada e aplicada ao contexto específico do município.

Na etapa inicial da pesquisa, adotou-se a abordagem quantitativa, que envolveu a coleta e a análise de dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Matriz de Dados do Crédito Rural. Essa fase caracterizou-se pela objetividade na mensuração dos acessos ao Pronaf e ao Pronaf Agroecologia, permitindo a quantificação de informações relevantes para a compreensão das dinâmicas de financiamento no período analisado (Gerhardt e Silveira, 2009).

Na segunda etapa do estudo, a análise qualitativa concentrou-se nos atores da pesquisa, por meio da realização de entrevistas com seis agricultores familiares agroecológicos e quatro agentes de desenvolvimento atuantes no município de Santana do Livramento. A abordagem teve como foco compreender as percepções e experiências dos participantes em relação ao problema social investigado, buscando apreender como esses indivíduos se relacionam com os desafios do acesso ao crédito e da produção agroecológica (Creswell, 2007).

Assim, o estudo adotou uma abordagem mista, visando uma análise abrangente das questões relacionadas à agricultura familiar, ao crédito e à agroecologia. A combinação entre métodos quantitativos e qualitativos permitiu captar diferentes dimensões do fenômeno investigado, contribuindo para uma compreensão mais completa da realidade empírica. A seguir, são apresentadas as técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa, detalhando os procedimentos adotados em cada etapa conforme os objetivos propostos.

3.2 Técnicas de coletas de dados

Para integrar as duas abordagens adotadas na pesquisa, foram empregadas diferentes técnicas de coleta de dados, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados secundários e entrevistas a partir de roteiros semiestruturados. O Quadro 6 apresenta as técnicas utilizadas de acordo com cada um dos objetivos específicos delineados neste estudo.

Quadro 6 – Técnicas de coletas e fontes de dados

Objetivos específicos	Técnica de coleta realizada	Fonte das coletas
I) Apresentar o acesso a recursos e contratos do Pronaf total e do Pronaf Agroecologia em nível nacional, estadual e municipal.	Levantamento de dados secundários e pesquisa bibliográfica.	Artigos científicos, dissertações e teses sobre os acessos do Pronaf. Dados disponíveis no Banco Central do Brasil.
II) Averiguar o papel do Pronaf e do Pronaf Agroecologia na produção de alimentos agroecológicos.	Entrevistas de roteiro semiestruturado.	Entrevistas com os agentes de desenvolvimento. Entrevistas com os agricultores familiares.
III) Elencar os entraves e os desafios do crédito para a produção agroecológica.	Entrevistas de roteiro semiestruturado. Revisão bibliográfica. Levantamento de dados secundários.	Integrar os dados obtidos das análises das entrevistas com os resultados da coleta de dados e da revisão bibliográfica.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A convergência entre as etapas quantitativas e qualitativas ocorreu a partir de uma estratégia explanatória sequencial, seguindo a ordem de primeiro ter sido realizada a coleta dos dados quantitativos; análise dos dados quantitativos; coleta dos dados qualitativos; análise dos dados qualitativos e, após esse processo, foi realizada a interpretação de toda a análise. Devido à possibilidade de existirem resultados inesperados na parte quantitativa ou até mesmo para complementar, foi necessário que esta fosse realizada num primeiro momento, para que, na sequência, a análise qualitativa examinasse os resultados com maior precisão de detalhes (Creswell, 2007).

A revisão bibliográfica consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa baseada em materiais que já haviam sido elaborados, principalmente livros e artigos científicos. Esta técnica de pesquisa envolveu a busca, a análise e a interpretação de informações e ideias já existentes sobre o tema de estudo, visando à construção do conhecimento e ao embasamento teórico do trabalho acadêmico (Gil, 2017). Dessa forma, a revisão bibliográfica neste estudo se concentrou na compreensão das noções e teorias relacionadas a agricultura familiar, bem como as políticas de crédito rural designadas para o segmento, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, junto do subprograma Pronaf Agroecologia, com o intuito de convergir o acesso ao crédito para o estímulo na produção de agroecológicos.

Posteriormente a esta etapa, na parte quantitativa do estudo, foi realizada a coleta de dados secundários. Segundo Churchill e Peter (2000), os dados secundários consistem em informações coletadas não com o propósito imediato de um estudo específico, mas sim para análises a serem realizadas em outras pesquisas. Além disso, esses dados complementaram e

enriqueceram as informações obtidas por meio de coleta primária, contribuindo para uma análise mais abrangente e aprofundada.

A coleta dos dados secundários ocorreu em agosto de 2024, com o intuito de descrever o volume de recursos acessados e o número de contratos vinculados ao Pronaf total no período de 2013 a 2023, bem como ao Pronaf Agroecologia entre os anos de 2015 e 2023. As informações foram obtidas a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural, disponível no site do Banco Central do Brasil (Brasil, 2024). Foram coletados dados do Pronaf total em âmbito nacional, no estado do Rio Grande do Sul e no município de Santana do Livramento. Quanto ao subprograma Pronaf Agroecologia, a análise incluiu os dados nacionais, com ênfase na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, foram considerados os dados de todos os estados brasileiros que registraram contratos no período, destacando-se a ausência de registros no município de Santana do Livramento durante os anos analisados.

Os dados coletados do Pronaf total referem-se ao número de contratos, à distribuição dos recursos e ao valor médio das operações realizadas no período analisado, incluindo também o volume de contratos, os montantes financiados e o valor médio das principais finalidades no município de Santana do Livramento. No caso do Pronaf Agroecologia, foram considerados o volume de contratos, a distribuição dos recursos, as finalidades agrupadas por categoria e o valor médio das operações em âmbito nacional, regional e estadual. Quanto aos demais estados brasileiros, foram coletadas informações referentes ao número de contratos e aos recursos acessados no período.

Após a etapa quantitativa, foi realizada a fase qualitativa da pesquisa, a partir da realização de entrevistas com agentes de desenvolvimento e agricultores familiares no município de Santana do Livramento. De acordo com Marconi e Lakatos (2022), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, no qual o pesquisador busca coletar dados para diagnosticar ou tratar de um problema. A opção por um roteiro semiestruturado esteve relacionada à maior probabilidade de os participantes se expressarem de maneira mais abrangente, graças à natureza aberta do planejamento da entrevista (Flick, 2009).

Foram elaborados dois roteiros de entrevista, um para os **agricultores familiares agroecológicos** e outro para os **agentes de desenvolvimento**, os quais constam nos Apêndices do estudo. De acordo com Vergara (2015), a entrevista é uma técnica de coleta na qual são realizadas perguntas à pessoa, e esta responde oralmente. Essa interação pode ocorrer de forma informal, por meio de pautas ou de maneira focalizada. Antes da aplicação das entrevistas, foram realizados pré-testes com o intuito de avaliar o entendimento correto da

pesquisa por parte do pesquisador e dos entrevistados, garantindo que os itens fossem significativos para o público-alvo do estudo (Boateng *et al.*, 2018).

Os agricultores familiares foram selecionados principalmente a partir de indicações, entre aqueles que participam da Feira da Agricultura Familiar, organizada pela Associação Santanense de Produtores Hortigranjeiros (ASPH) e entre os agricultores agroecológicos certificados pela Organização de Controle Social (OCS). A partir das entrevistas iniciais, novos participantes foram incluídos por meio da técnica de amostragem em cadeia, com base nas indicações dos próprios entrevistados. Por sua vez, os agentes de desenvolvimento foram selecionados entre representantes com atuação junto à agricultura familiar na região, incluindo dois engenheiros agrônomos vinculados ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), uma agente de crédito da cooperativa Sicredi e um vereador com histórico de envolvimento em pautas relacionadas à agricultura familiar.

Para a identificação dos entrevistados, adotou-se a codificação “AF” para os agricultores familiares agroecológicos e “AD” para os agentes de desenvolvimento. A numeração atribuída a cada código corresponde à ordem cronológica de realização das entrevistas dentro de cada grupo. O Quadro 7 apresenta a trajetória percorrida para a coleta dos dados primários da pesquisa, detalhando os participantes entrevistados, as datas de realização das entrevistas, sua duração e os respectivos locais onde ocorreram.

Quadro 7 – Trajetória percorrida na coleta da dos primários com os Agricultores Familiares e Agentes de Desenvolvimento em Santana do Livramento

Entrevistado	Data da entrevista	Duração	Local da entrevista
AF01	28/01/2025	24min e 26s	Campus da Unipampa ⁸
AF02	09/02/2025	27min e 47s	Unidade Rural
AD01	12/02/2025	16min e 10s	Instituição que trabalha
AD02	12/02/2025	21min e 48s	Instituição que trabalha
AD03	18/02/2025	17min e 08s	Campus da Unipampa
AD04	25/02/2025	17min e 39s	Instituição que trabalha
AF03	26/02/2025	43min e 07s	Unidade Rural
AF04	04/03/2025	41min e 11s	Unidade Rural
AF05	08/03/2025	23min e 48s	Feira de produtores
AF06	28/03/2025	49min e 02s	<i>Google Meet</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁸Foi proposto aos entrevistados que indicassem o horário e o local em que se sentissem mais à vontade para a realização da entrevista. Na ausência de sugestão quanto ao local, foi indicada a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) como alternativa para a condução do encontro.

No que diz respeito às primeiras indicações, elas foram feitas de forma intencional, após isso foi utilizada a técnica de amostragem bola de neve, a qual consiste em uma forma de amostra não probabilística ao utilizar cadeias como referência, onde os entrevistados se tornaram informantes para selecionar os próximos alvos do questionário (Vinuto, 2014). A delimitação para o número de entrevistas realizadas seguiu o critério da saturação, a qual foi empregada para determinar o tamanho final da amostra ou quando encerrar a coleta de dados, indicando o momento em que novos dados não eram mais necessários (Fontanella; Ricas; Turato, 2008). Assim, quando os dados coletados começaram a se repetir e não adicionaram informações adicionais ao objetivo do estudo, foi considerado que a saturação tinha sido alcançada.

O primeiro contato foi estabelecido com a agricultora assentada (AF01), por meio da aproximação com o grupo de pesquisa Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades (CEDER), ao qual o pesquisador está vinculado. O agendamento ocorreu via aplicativo *WhatsApp*, e a entrevista foi realizada nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/Unipampa), no turno da manhã, em uma sala de estudos. Durante essa entrevista, foi mencionado o papel da assistência técnica prestada pelo SENAR, o que motivou o posterior contato com a engenheira agrônoma (AD03), representante dessa instituição.

A segunda entrevista foi realizada com um agricultor assentado (AF02), cujo contato foi indicado por um vereador local (AD01), previamente conhecido pelo pesquisador em razão de sua atuação pública em pautas da agricultura familiar. O agendamento também ocorreu via *WhatsApp* e a entrevista foi realizada em sua unidade de produção, situada em um assentamento próximo ao trevo da Faxina, na BR-158, em um domingo pela manhã. A visita proporcionou não apenas a realização da entrevista, mas também o contato com sua diversidade de cultivos, com sua família e com seu histórico de vida.

A entrevista com o vereador (AD01) foi agendada diretamente pelo pesquisador, considerando a facilidade de acesso e os contatos prévios com o entrevistado. A conversa ocorreu no gabinete parlamentar, na Câmara de Vereadores, durante o turno da manhã. Durante a entrevista, o agente destacou a relevância dos assentamentos e citou a importância do agricultor certificado AF04 na consolidação da agroecologia no município.

No caso do engenheiro agrônomo da Emater (AD02), o primeiro contato foi feito presencialmente no escritório local da instituição no dia 13 de janeiro de 2025. Contudo, o profissional encontrava-se de férias e o retorno estava previsto para o final do mês. O contato telefônico foi obtido, mas as tentativas de agendamento via *WhatsApp* não foram respondidas.

Posteriormente, no mesmo dia da entrevista com o vereador, o pesquisador retornou à Emater e, ao encontrar o técnico disponível, a entrevista foi realizada de forma imediata em seu local de trabalho. Durante a conversa, o técnico explicou que a sobrecarga de trabalho, causada pela escassez de pessoal na instituição, havia dificultado seu retorno às mensagens. A partir desse contato, foram indicados os agricultores certificados AF03, AF04 e AF06, vinculados ao Organismo de Controle Social (OCS) e reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A entrevista com a engenheira agrônoma do SENAR (AD03), após indicação da AF01 foi agendada via *WhatsApp* e ocorreu no campus da Unipampa, ao final de seu expediente, por volta das 19h, em uma sala de estudos do PPGA. A entrevistada havia realizado visitas técnicas ao longo do dia e compartilhou suas experiências de atuação junto a diferentes unidades produtivas. Em sentido diverso das demais entrevistas, o contato com a agente de crédito do Sicredi⁹ (AD04) se deu por meio da empresa familiar na qual o pesquisador atua, que possui relacionamento com a cooperativa de crédito. O agendamento foi feito a partir do contato com a gerente da conta jurídica da empresa, que indicou a responsável pelo crédito rural no município. Por exigência institucional, foi necessário encaminhar previamente o roteiro da entrevista, possivelmente em razão de protocolos de segurança e sigilo bancário. A entrevista foi realizada em uma sala de reuniões da instituição financeira, em uma tarde de terça-feira, ao final do expediente.

Em relação aos agricultores certificados, a entrevista com o AF03 foi agendada via *WhatsApp*, após indicação do engenheiro da Emater. A conversa ocorreu em sua unidade de produção, localizada na Estrada Robledo Braz, KM 5, em um dia chuvoso, o que impossibilitou o contato direto com os cultivos. A condição climática foi tema da entrevista, na qual o agricultor relatou os desafios da estiagem e a importância do apoio da OCS. O entrevistado também mencionou sua relação de proximidade com o AF04, especialmente no que diz respeito à troca de experiências e apoio no processo de certificação.

A entrevista com o AF04 foi marcada por desafios logísticos. O agricultor não utiliza aplicativos de mensagem, e o contato se deu exclusivamente por ligações telefônicas, nos horários em que estaria disponível em casa (próximo ao meio-dia ou ao fim do dia). O agendamento foi realizado por telefone no dia 27 de fevereiro, e a entrevista ocorreu na manhã do feriado de carnaval. O acesso à unidade foi dificultado pela ausência de sinal de

⁹ Não foram realizadas entrevistas com agentes bancários de outras instituições, uma vez que algumas delas possuem presença física recente no município ou concentram suas operações em linhas de crédito voltadas à agropecuária extensiva.

GPS e por limitações na referência geográfica da propriedade, o que demandou esforço adicional do pesquisador, com origem urbana e pouca familiaridade com o ambiente rural. Apesar do atraso, o entrevistado acolheu com compreensão a visita. A entrevista foi realizada em sua propriedade, permitindo conhecer os cultivos, a agroindústria e a trajetória de vida do agricultor, que comercializa produtos com selo orgânico concedido via OCS.

A agricultora AF05 foi contatada diretamente na Feira da Agricultura Familiar, realizada na Rua Hugolino Andrade, onde expõe produtos agroecológicos oriundos de sua agroindústria panificadora. Após a aproximação inicial, a entrevista foi agendada conforme sugestão da própria agricultora, sendo realizada em um sábado pela manhã, durante o funcionamento da feira. O ambiente estava movimentado e a agricultora expressava entusiasmo com a recepção dos consumidores.

Por fim, a entrevista com a AF06 foi agendada via *WhatsApp*, também a partir da indicação da Emater. Após tentativas iniciais frustradas de definir um horário presencial, a entrevistada propôs a realização da entrevista em formato remoto, por meio da plataforma *Google Meet*, no período noturno, após o encerramento de sua jornada de trabalho. A alternativa permitiu a condução da entrevista de maneira síncrona e preservando a qualidade do diálogo.

A adoção de múltiplas técnicas de coleta, aliada à combinação entre abordagens quantitativas e qualitativas, permitiu um aprofundamento analítico sobre o acesso ao Pronaf Agroecologia e os desafios enfrentados na produção agroecológica em Santana do Livramento. A utilização de entrevistas semiestruturadas, associada ao levantamento de dados secundários e à revisão bibliográfica, assegurou uma compreensão mais ampla e contextualizada do fenômeno investigado. A seguir, apresenta-se a técnica de análise de dados utilizada na pesquisa, com a descrição dos procedimentos aplicados às etapas quantitativas e qualitativas do estudo.

3.3 Técnica de análise dos dados

As informações referentes ao Pronaf e ao Pronaf Agroecologia foram descritas com base nos dados extraídos da Matriz de Crédito Rural, organizadas e sistematizadas por meio de planilhas no *Microsoft Excel 2025*. A estruturação contemplou os contratos firmados, os montantes financiados, os valores médios das operações e as finalidades de cada linha de crédito. Para o Pronaf, os dados foram analisados nos níveis nacional, estadual e municipal; já para o Pronaf Agroecologia, a análise abrangeu os níveis nacional, regional e estadual, além

da distribuição dos acessos por unidade da federação. O período de análise, previamente definido, orientou a etapa de coleta e organização dos dados.

Com base nesses dados e na bibliografia especializada sobre agricultura familiar, agroecologia e crédito rural, foram elaborados os roteiros das entrevistas semiestruturadas, direcionados a agricultores familiares agroecológicos e agentes de desenvolvimento atuantes no município. As entrevistas, devidamente gravadas e transcritas, possibilitaram a identificação das percepções desses sujeitos quanto ao acesso às políticas públicas e seus efeitos sobre a produção e comercialização agroecológica. A articulação entre os dados qualitativos e quantitativos, orientada pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitiu compreender com maior profundidade os fatores que favorecem ou dificultam a efetivação do crédito rural voltado à agroecologia.

Assim como na parte da coleta, na análise dos dados também se iniciou pela etapa quantitativa do estudo. Para isso, foram analisados os contratos, o montante e os valores médios do Pronaf total em três níveis: nacional, estadual (Rio Grande do Sul) e municipal (Santana do Livramento), no período de 2013 a 2023. A seleção abrangeu todos os contratos firmados no período, e os recursos financeiros foram, em um primeiro momento, deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2025, de modo a garantir a comparabilidade dos valores ao longo do tempo.

Os valores médios dos contratos também foram calculados a partir dos dados corrigidos, refletindo o montante médio por operação em valores reais. No nível municipal, além da análise geral, foram examinados os contratos direcionados aos principais cultivos financiados pelo programa, considerando o número de operações, os valores deflacionados e os valores médios por contrato para cada finalidade produtiva. A sistematização e o tratamento dos dados foram realizados com o uso do software *Microsoft Excel*, aplicando-se estatística descritiva para a organização, o cálculo e a interpretação dos resultados numéricos.

No caso do Pronaf Agroecologia, também foram analisados os contratos, os montantes financiados e os valores médios das operações, considerando o período de 2015 a 2023, que corresponde à disponibilidade de dados na Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Todos os valores foram corrigidos pelo INPC, da mesma forma que o Pronaf total. Entretanto, diferentemente do Pronaf total, as análises do subprograma contemplaram apenas os níveis nacional, regional (Região Sul) e estadual (Rio Grande do Sul), uma vez que, conforme exposto na seção anterior, não foram registrados contratos do Pronaf Agroecologia no município de Santana do Livramento ao longo do período analisado.

Ainda assim, o número reduzido de contratos formalizados — totalizando 1.310 acessos — possibilitou a realização de análises mais minuciosas, permitindo uma compreensão aprofundada da dinâmica e das limitações do crédito voltado à agroecologia no Brasil. Essa maior profundidade analítica se traduziu na inclusão de todos os estados que registraram contratos no período, bem como na incorporação das diversas finalidades financiadas pelo subprograma. Para cada finalidade, foram examinados o número de contratos, os montantes deflacionados e os valores médios das operações, ampliando a capacidade interpretativa dos dados disponíveis com base na estatística descritiva aplicada por meio do *Microsoft Excel*.

Para a análise das finalidades do subprograma, os dados foram organizados em categorias temáticas, agrupadas conforme a tipologia dos investimentos financiados. Foram identificadas sete categorias principais: “Infraestrutura da unidade de produção”, “Pecuária e Criações”, “Máquinas e Equipamentos”, “Fruticultura”, “Serviços e Capital”, “Veículos” e “Escolas Rurais”. As finalidades específicas que compõem cada uma dessas categorias estão detalhadas no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Composição das categorias das finalidades do Pronaf Agroecologia (2015-2023)

Categoria	Finalidades que a compõem
Infraestrutura da unidade de produção	Armazém; depósito; silo; galpão; paiol; estufa; instalações congêneres; cobertura de solo; construção/recuperação de barragem/tanque; sistemas de captação de água; perfuração de poço, cacimba/cisterna; irrigação; irrigação/lixiviação; proteção do solo; correção intensiva do solo; adubação orgânica/mineral; adubação intensiva; cobertura morta; tendas; terraços; porteiras; mata-burros; currais; cocheiras; cercas; eletrificação rural; biodigestor; reservatórios de água; instalação de energia renovável; residências rurais; agroindústria; instalações para industrialização e beneficiamento.
Pecuária e Criações	Bovinos; caprinos; ovinos; suínos; instalações para aves, suínos e coelhos; pastagem.
Máquinas e Equipamentos	Trator; cultivador; colheitadeiras; implementos; máquinas e implementos; máquinas e instrumentos; outras máquinas; aquisição de equipamentos; ferramentas e tubos; instalação/montagem/transporte de equipamentos; compra de peças para máquinas; reforma de máquinas e veículos.
Fruticultura	Abacate; acerola; ameixa; amora; banana; caju; caqui; coco; coco-da-baía; erva-mate; eucalipto; framboesa; frutas diversas; goiaba; graviola; laranja; limão; maçã; manga; maracujá; mirtilo; morango; nectarina; noz; pêssego; pimenta-do-reino; pitaya; tangerina; uva; urucum.
Serviços e Capital	Capital de giro; prestação de serviços no meio rural; prestação de assessoria técnica e empresarial; consultoria; elaboração de projetos.
Veículos	Caminhões; camionetas; jipes; furgões; triciclos; quadriciclos; carretas; carroças; vagões; reboques; semirreboques; caçambas.
Escolas Rurais	Escolas Rurais

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A partir da análise do acesso ao Pronaf total e ao Pronaf Agroecologia, conforme descrito anteriormente, foi possível atender ao primeiro objetivo desta pesquisa. Com o intuito

de compreender a ausência de contratos do Pronaf Agroecologia no município de Santana do Livramento, foram conduzidas entrevistas com roteiro semiestruturado, envolvendo agricultores familiares agroecológicos e agentes de desenvolvimento, cujos conteúdos foram submetidos à análise qualitativa.

As questões do roteiro estão presentes tanto no Apêndice A quanto no Apêndice B da dissertação. Assim, como mencionado anteriormente, as entrevistas foram registradas em áudio com a permissão dos participantes e posteriormente transcritas para facilitar o processo de validação e análise subsequente (Hair Jr. *et al.*, 2010). A análise dos dados, a qual consistiu na evidenciação das relações existentes entre o fenômeno estudado e a teoria existente (Marconi e Lakatos, 2022). Esse processo envolveu a redução, categorização e interpretação dos dados (Gil, 2017). As informações da coleta foram analisadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016), divididas em pré-análise, exploração do material, tratamento e interpretação dos resultados.

Inicialmente, os dados primários foram organizados e sistematizados, possibilitando uma visão estruturada do material empírico. Em seguida, procedeu-se à codificação das informações, com o objetivo de identificar regularidades e construir categorias de análise. Na terceira e última etapa, foi realizado o tratamento analítico dos resultados, com a condensação das falas e a ênfase nas interpretações mais relevantes para os objetivos do estudo. Como resultado desse processo, foram identificadas vinte categorias temáticas a partir das entrevistas com os seis agricultores familiares agroecológicos e treze categorias a partir das entrevistas com os quatro agentes de desenvolvimento.

Por fim, com base nas informações coletadas dos dados do Pronaf, do Pronaf Agroecologia e das entrevistas com os agentes de desenvolvimento e agricultores familiares agroecológicos, foi possível alcançar o segundo e o terceiro objetivo específico da pesquisa. A etapa seguinte apresenta os resultados da análise quantitativa, com foco nas dinâmicas de acesso, nos recursos disponibilizados e nos cultivos financiados pelo Pronaf no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e no município de Santana do Livramento.

4 O PRONAF: DINÂMICAS DE ACESSO, RECURSOS E CULTIVOS FINANCIADOS NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E EM SANTANA DO LIVRAMENTO

O capítulo apresenta a distribuição e acesso ao Pronaf especificamente, da linha Agroecologia no município de Santana do Livramento localizado na região da Campanha Gaúcha. Os resultados estão estruturados em três seções. A primeira seção analisa a distribuição dos contratos, o montante deflacionado¹⁰ e os valores médios do Pronaf em nível nacional, estadual e municipal, nos anos de 2013 a 2023. A segunda seção examina os principais cultivos financiados pelo Pronaf nas unidades produtivas do município, considerando o número de contratos, os montantes acessados e os valores médios por operação.

Por fim, a terceira seção trata do acesso à linha Pronaf Agroecologia no Brasil, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2023, incluindo também uma breve análise sobre os estados que acessaram essa modalidade de crédito. Para essa seção, foram considerados o total de contratos firmados, o montante financiado, os valores médios e as finalidades dos recursos. Ressalta-se que não houve registros de contratos do Pronaf Agroecologia no município de Santana do Livramento, o que impossibilita a realização de uma análise local sobre o acesso a essa linha de crédito. A Imagem 1, a seguir, situa onde Santana do Livramento está localizada no estado gaúcho.

¹⁰ A deflação segue conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do ano de 2025.

Imagem 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para Santana do Livramento/RS



Fonte: Adaptado da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2018).

4.1 Distribuição dos Contratos e dos Recursos do Pronaf entre 2013 a 2023

A presente seção apresenta a análise quantitativa dos contratos firmados entre 2013 e 2023, considerando sua distribuição em nível nacional, no estado do Rio Grande do Sul e no município de Santana do Livramento. A análise dos contratos no período, demonstrada na Tabela 1, revela as tendências do acesso ao crédito tanto no país, quanto nas esferas estadual e municipal.

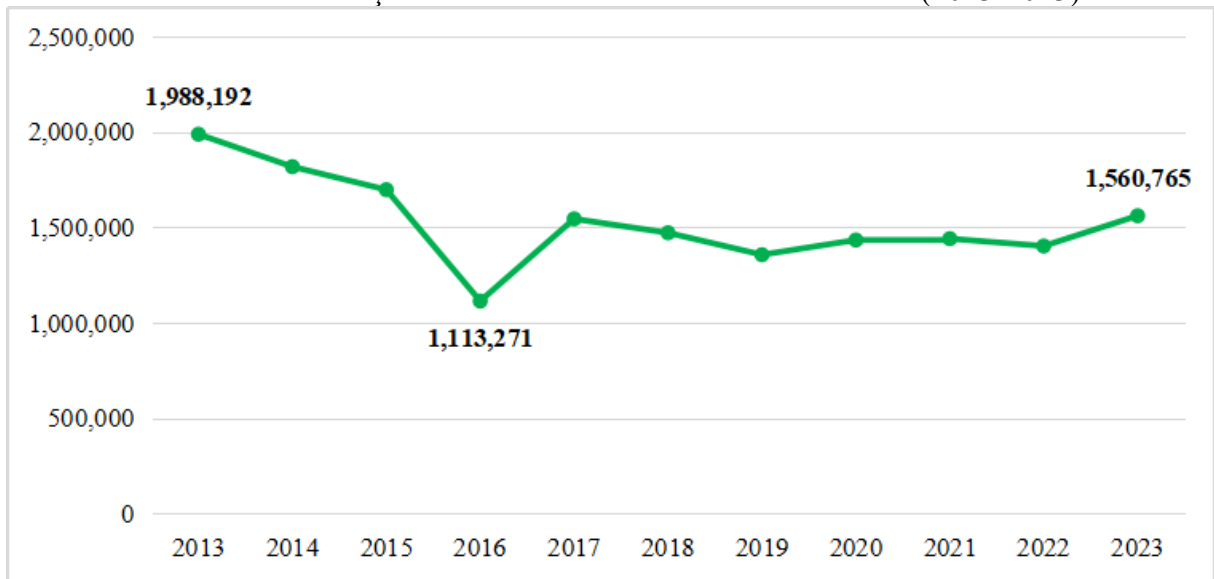
Tabela 1 – Total do número de contratos do Pronaf em nível, nacional, estadual e municipal (2013-2023)

Ano	Brasil	Rio Grande do Sul	Santana do Livramento
2013	1.988.192	320.122	692
2014	1.817.932	275.767	888
2015	1.697.296	236.918	586
2016	1.113.271	186.066	307
2017	1.544.254	207.066	381
2018	1.471.169	196.870	391
2019	1.356.140	189.619	411
2020	1.433.308	193.412	343
2021	1.440.435	202.725	350
2022	1.401.790	214.480	424
2023	1.560.765	225.877	510
Total	16.824.552	2.448.922	5.283
Evol. (%) 2013/2023	-21,5	-29,4	-26,3

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil, 2024.

Durante a década houve uma redução notável no número de contratos do Pronaf no território brasileiro (Brasil, 2024). No ano de 2013, o total de contratos correspondia a 1.988.192, reduzindo, no final do recorte analisado, para 1.560.765 no ano de 2023. O que representa a redução de 21,5% no período investigado. A maior queda ocorreu nos primeiros anos observados, principalmente entre 2014 e 2016, com uma pequena recuperação a partir de 2020, mas sem retornar aos níveis do período inicial. O Gráfico 1 demonstra tendência de diminuição no número de contratos pode estar relacionada a fatores como a concentração do crédito em agricultores mais capitalizados e o crescente direcionamento de recursos para as grandes cadeias do agronegócio (Fossá e Troian, 2024).

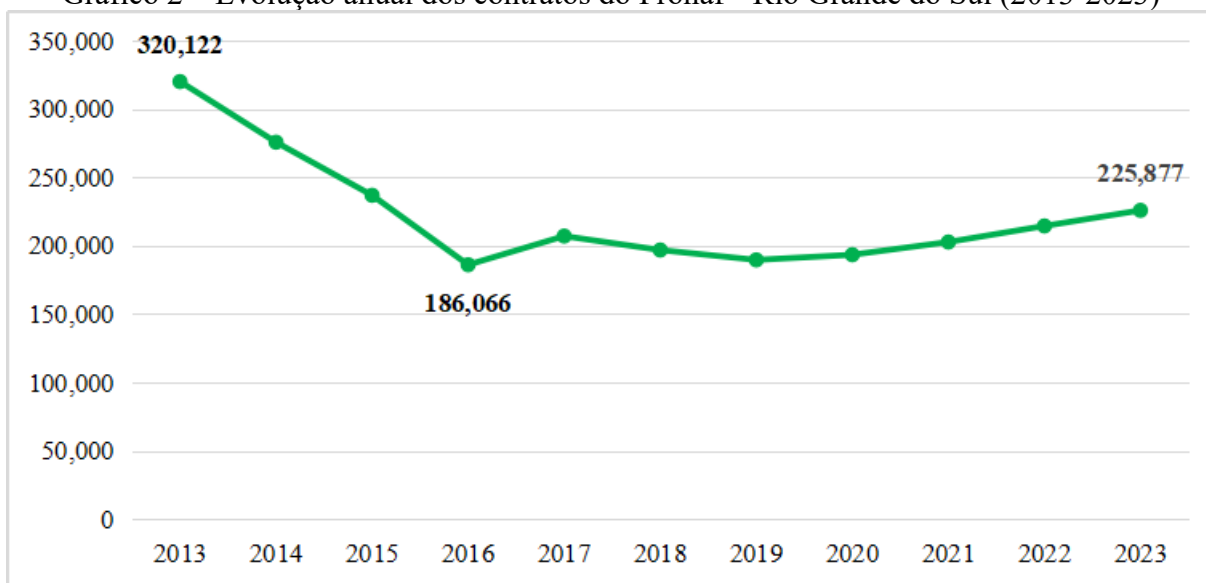
Gráfico 1 – Evolução anual dos contratos do Pronaf – Brasil (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

No Rio Grande do Sul, manteve a tendência de redução dos contratos, sendo ainda mais acentuada do que a nível nacional. A quantidade de contratos caiu de 320.122 no ano de 2013 para 225.877 em 2023, resultando em uma redução de 29,4%. O ápice no número de contratos foi no primeiro ano, o de 2013, 320.122 contratos observados, após o primeiro ano, nos anos seguintes houve um declínio constante até 2016, seguido por pequenas variações nos anos subsequentes. O Gráfico 2, denota que o Rio Grande do Sul, apesar de ser historicamente o estado com maior acesso ao programa, enfrenta um problema recorrente: a concentração de crédito em propriedades agrícolas mais estruturadas, com foco na produção de soja e outras *commodities* voltadas para o mercado externo, o que reforça um modelo excludente para os agricultores familiares e dificulta a transição agroecológica (Conterato; Bráz; Rodrigues 2021).

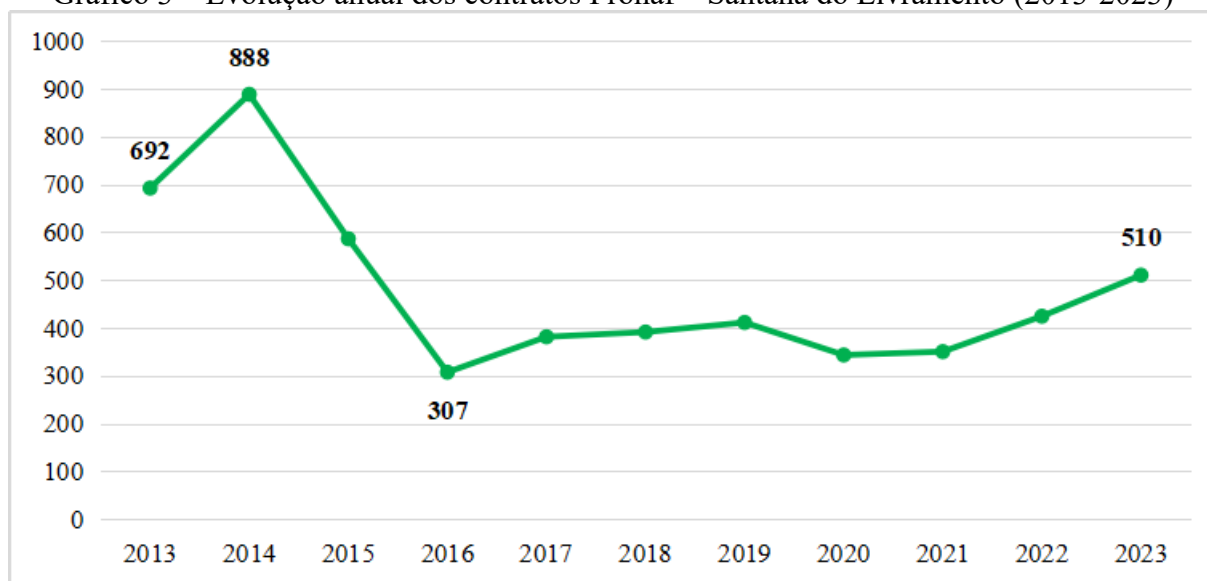
Gráfico 2 – Evolução anual dos contratos do Pronaf – Rio Grande do Sul (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Com relação à evolução anual dos contratos de Santana do Livramento, o município segue a tendência de redução também apresentada nas esferas nacional e estadual, apresentando uma diminuição 26,3% nos contratos do período, conforme destacado no Gráfico 3. Em 2013, foram registrados 692 contratos, reduzindo para 510 no ano de 2023. O ano com menor número de contratos observados foi o ano de 2016, com 307 Contratos. No ano seguinte, em 2017, houve uma recuperação gradual, entretanto não chegou a alcançar o nível inicial do período. A redução nos contratos no município pode ser explicada, em parte, pelas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para acessar o crédito, incluindo a burocracia bancária e a necessidade de garantias que muitos produtores familiares não conseguem apresentar (Troian e Machado, 2020).

Gráfico 3 – Evolução anual dos contratos Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A redução no número de contratos do Pronaf nas regiões analisadas está em conformidade com a tendência operacional do programa tanto em nível nacional quanto no estado do Rio Grande do Sul e em Santana do Livramento, conforme apontaram os gráficos 1,2 e 3. De acordo com Scapin e Troian (2023), Fossá e Troian (2024) em estudos realizados na Quarta Colônia de Colonização Italiana no RS e na Campanha Gaúcha e Fronteira Oeste do RS, há redução significativa no número de contratos do Pronaf. Para Aquino, Gazolla e Schneider (2021), a baixa procura pelo Pronaf pode estar associada à falta de incentivos, à carência de assistência técnica especializada e à predominância de um modelo agrícola voltado para a grande produção, dificultando a diversificação da agricultura familiar.

No Brasil o houve menor redução percentual no número de contratos do que no Rio Grande do Sul, o que pode ser explicado confrontando o fator regional histórico do acesso ao crédito no estado gaúcho (Wesz Junior 2021; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). O estado do Rio Grande do Sul é conhecido por ser o estado que mais acessa o Pronaf, ainda que a união federativa represente 14,56% do total de contratos obtidos no período entre 2013 e 2023 no país. Na comparação com o município de Santana do Livramento, o país também constata maior redução no nível dos contratos, entretanto em níveis razoavelmente menores do que na comparação do Brasil com o Rio Grande do Sul. Ainda que o número de contratos do município não seja tão significativo em relação ao seu estado.

Na comparação entre a evolução do número de contratos do Pronaf no estado do Rio Grande do Sul e no município de Santana do Livramento, observa-se que a redução foi proporcionalmente mais acentuada em nível estadual do que no contexto municipal. Em

Santana do Livramento, o apoio ao agricultor familiar manteve relativa estabilidade ao longo do período analisado, contrastando com a tendência de queda observada em outras regiões do estado. Embora tenha havido diminuição no número de contratos firmados, tanto o montante de recursos acessados pelo estado quanto pelo município apresentou crescimento entre 2013 e 2023. Ainda assim, o volume de contratos formalizados em Santana do Livramento correspondeu a apenas 0,22% do total registrado no Rio Grande do Sul no mesmo intervalo, o que evidencia a participação restrita do município no conjunto das operações estaduais.

A redução do número de contratos, principalmente na esfera estadual e municipal, ilustradas pelos Gráficos 1 e 2, pode ser atribuída aos obstáculos burocráticos impostos pelo sistema bancário aos agricultores familiares de menor renda, bem como à preferência por contratos de valores mais elevados por parte dos agricultores mais capitalizados, devido a sua organização (Picanço e Souza, 2023; Lopes e Almassy Junior, 2023). As barreiras burocráticas dificultam o acesso ao crédito para os agricultores familiares, que frequentemente enfrentam maiores desafios para atender aos requisitos exigidos pelas instituições financeiras (Matos Vasconcellos *et al.*, 2024).

No que se refere ao montante de recursos acessados pelo Pronaf em nível nacional, estadual e municipal, observa-se uma tendência de crescimento positivo nas três esferas. No âmbito nacional, o montante total de recursos alcançou R\$ 396.305.283.876,00, com uma variação percentual de 60,1% ao longo do período analisado, conforme apresentado na Tabela 2. O crescimento do montante concentrou-se, em grande parte, nos anos mais recentes, especialmente a partir de 2020, quando foi registrada uma variação de 58,47% no intervalo.

Tabela 2 – Montante do Pronaf em nível nacional, estadual e municipal (2013-2023)

Montante (R\$)			
Ano	Brasil	Rio Grande Do Sul	Santana Do Livramento
2013	34.105.854.575	7.823.679.342	17.498.771
2014	39.407.965.465	8.688.441.445	39.664.044
2015	30.990.104.058	7.074.173.761	22.704.433
2016	22.219.903.369	5.735.901.684	12.283.538
2017	29.656.482.893	6.995.890.382	15.358.227
2018	30.650.167.587	7.353.867.525	18.554.705
2019	31.134.089.064	7.689.379.520	25.590.794
2020	34.446.873.723	8.494.590.209	16.483.596
2021	41.213.745.262	10.535.571.120	20.943.085
2022	47.893.474.168	13.381.306.464	29.541.540
2023	54.586.623.710	14.342.595.944	35.472.519
Total	396.305.283.876	98.115.397.397	254.095.253
Evol.(%) (2013-2023)	60,1	83,3	102,7

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

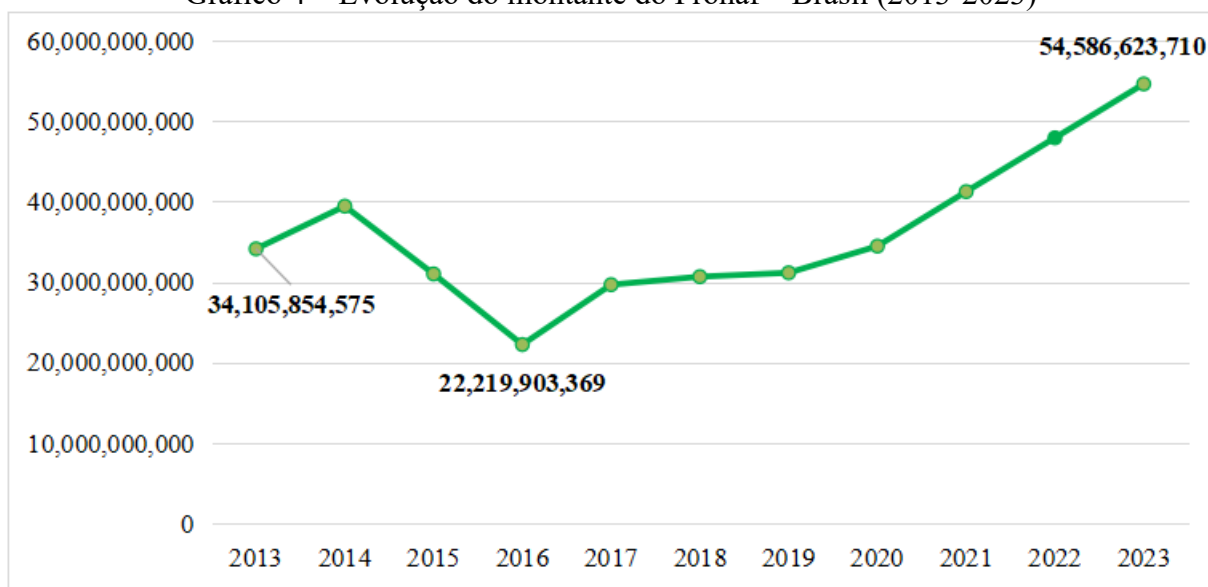
No estado do Rio Grande do Sul o aumento dos valores acessados pelo Pronaf foi proporcionalmente mais expressivo do que o verificado em âmbito nacional. Conforme apresentado na Tabela 2, o montante de recursos cresceu de R\$ 7.823.679.342,00 em 2013 para R\$ 14.342.595.944,00 em 2023, resultando em uma variação de 83,3% no período. Assim como observado no cenário nacional, a maior expansão ocorreu entre os anos de 2020 e 2023, com um crescimento de 68,84%.

A elevação do volume de recursos, mesmo diante da redução no número de contratos, reflete um processo de concentração do crédito em um número reduzido de produtores, fenômeno que pode estar associado à um perfil de agricultura familiar de predominância de atividades agropecuárias de maior escala e ao aumento dos custos de produção (Toledo e Zonin, 2021; Fernandes e Michellon, 2024).

A evolução dos montantes de recursos acessados pelo Pronaf no Brasil entre os anos de 2013 e 2023 revela uma trajetória de oscilações seguida de um crescimento expressivo nos anos mais recentes, conforme ilustrado no Gráfico 4. Após um declínio acentuado entre 2014 e 2016, período em que o volume de financiamentos caiu de R\$ 39.407.965.465,00 para R\$ 22.219.903.369,00, observa-se uma recuperação progressiva a partir de 2017. O que culmina em um crescimento contínuo a partir de 2020, alcançando o montante de R\$ 54.586.623.710,00 em 2023.

O comportamento dos recursos evidencia uma ampliação significativa dos recursos destinados à agricultura familiar no Brasil, especialmente nos últimos quatro anos do intervalo analisado, o que pode ser interpretado como resultado de mudanças nas políticas de crédito rural e de uma revalorização da importância econômica e social do setor no contexto recente.

Gráfico 4 – Evolução do montante do Pronaf – Brasil (2013-2023)



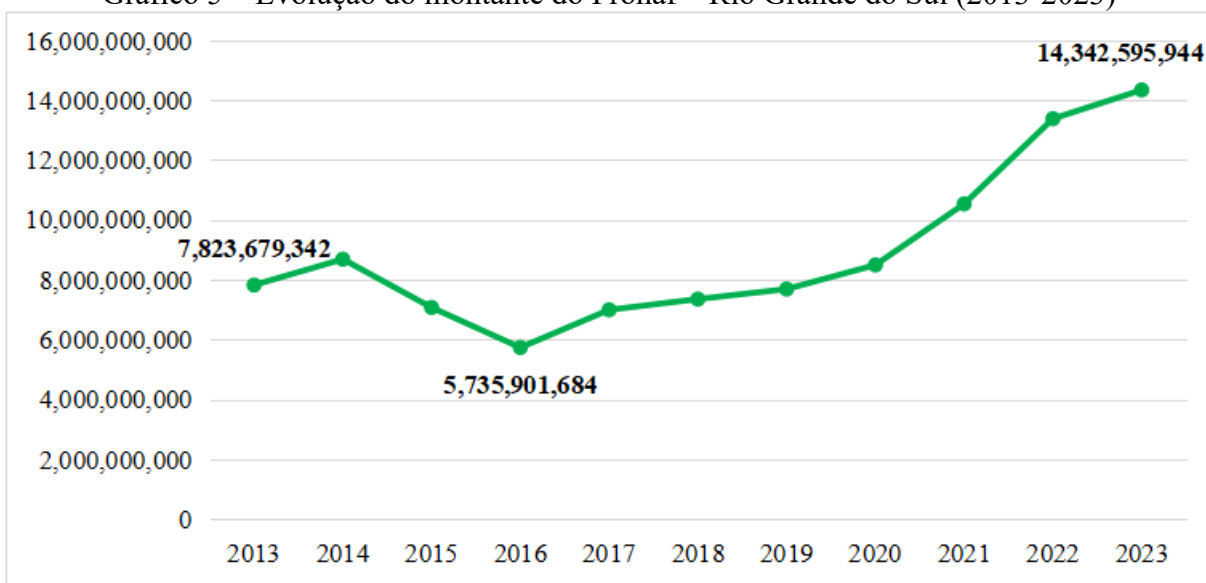
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A concentração regional do crédito rural no Brasil, em que a Região Sul acessa a maior parte dos recursos, também se manifesta no perfil das atividades financiadas, uma vez que o Pronaf, ao privilegiar determinadas regiões e cultivos, acaba por favorecer agricultores mais capitalizados (Alves *et al.*, 2025). De acordo com Iazdi, Gomez e Paixão (2024), a priorização de lavouras orientadas ao mercado de *commodities*, como soja, milho, trigo e café, é responsável pela sustentação do volume de exportações agrícolas nacionais, reforçando a lógica de que o Pronaf, ao invés de promover uma ampla inclusão produtiva, consolida um modelo de financiamento que aprofunda a concentração dos recursos em atividades de maior escala e retorno financeiro.

Nesse contexto, a distribuição dos recursos no âmbito estadual revela padrões que ajudam a compreender essa lógica concentradora. No que tange ao volume de recursos acessados pelo programa no Rio Grande do Sul, observa-se uma trajetória marcada por oscilações e crescimento expressivo ao final do período analisado, conforme apresentado no Gráfico 5. Em 2013, o montante contratado foi de R\$ 7.823.679.342,00, com aumento significativo no ano seguinte, atingindo R\$ 8.688.441.445,00 em 2014.

A partir de 2015, verifica-se uma retração nos valores acessados, chegando a R\$ 5.735.901.684,00 em 2016, o menor valor da série histórica. Contudo, a partir de 2017, inicia-se uma recuperação gradual, com destaque para o período de 2021 a 2023, em que os volumes contratados ultrapassaram a casa dos R\$ 10 bilhões anuais, alcançando o pico de R\$ 14.342.595.944,00 em 2023.

Gráfico 5 – Evolução do montante do Pronaf – Rio Grande do Sul (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

O estado do Rio Grande do Sul respondeu por 24,75% do total de recursos acessados pelo Pronaf no Brasil durante o período analisado, representando, portanto, aproximadamente um quarto do montante nacional. O que evidencia a relevância da região no contexto da agricultura familiar brasileira, especialmente considerando que o estado, juntamente com os demais da Região Sul e com os estados do Sudeste, concentrou a maior parte dos recursos disponibilizados.

Tal constatação é corroborada pelo estudo de Alves *et al.* (2025), que confirma a tendência de concentração regional do crédito rural no país, ao destacar a predominância dessas regiões no acesso aos recursos do Pronaf. A concentração dos financiamentos também pode ser atribuída à expressiva presença de agências bancárias e cooperativas de crédito na Região Sul, fatores que facilitaram o acesso dos agricultores ao financiamento e à operacionalização dos recursos (Cruz; Bacha; Costa, 2024).

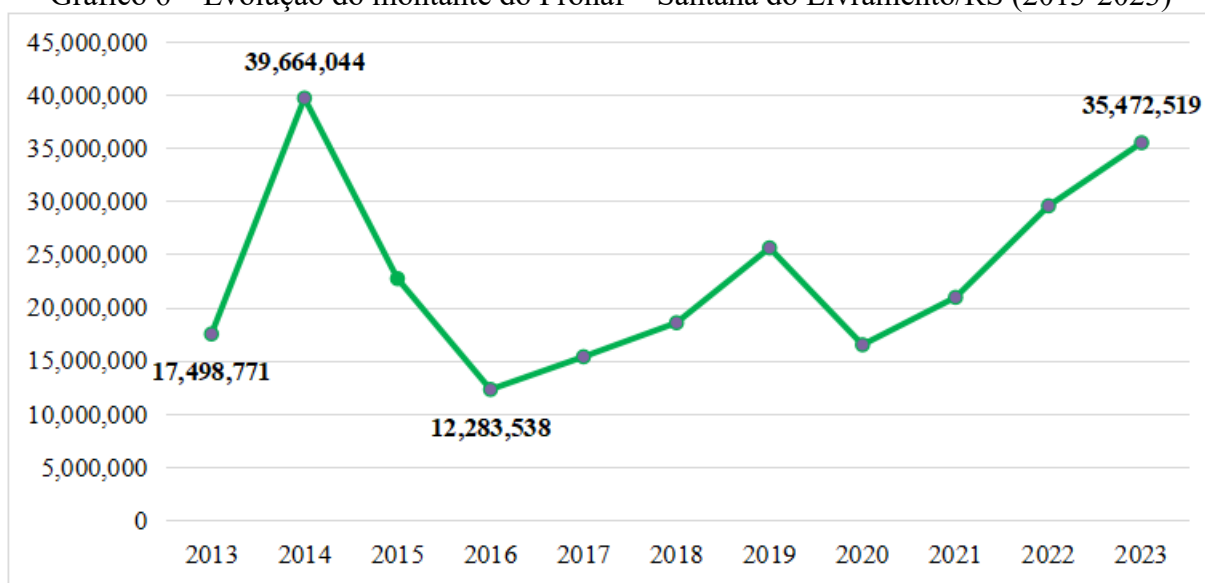
A dominância da Região Sul no acesso ao Pronaf está diretamente associada ao tipo de atividade produtiva priorizada pelos financiamentos. No ano de 2018, especificamente, a soja movimentou mais de R\$ 3 bilhões em recursos do programa, com forte concentração nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, responsáveis por cerca de 90% dos valores aplicados nesse cultivo (Wesz Junior, 2021).

A priorização por *commodities* agrícolas, como a soja, pode ocorrer devido à busca por operações financeiras de maior porte, o que evidencia uma lógica de financiamento guiada por critérios de retorno de capital e segurança bancária, em detrimento de práticas produtivas diversificadas e voltadas ao abastecimento interno (Wesz Júnior, 2021, Alves *et al.*, 2025).

De acordo com Cavinato e Capitani (2023), o expressivo acesso aos recursos do Pronaf no Rio Grande do Sul resulta da combinação entre o potencial produtivo do estado, a organização dos produtores e a forte presença de instituições bancárias e cooperativas de crédito. Para Fossá e Troian (2024) o potencial produtivo do estado do Rio grande do Sul se dá pelas características territorialmente heterogêneas em sua agropecuária, o que oferece um amplo campo para investigações científicas nas diversas regiões do estado, bem como entre os municípios no que diz respeito à distribuição do crédito rural.

Na esfera municipal, em Santana do Livramento, o crescimento dos recursos contratados por meio do Pronaf entre 2013 e 2023 foi ainda mais expressivo do que nas esferas nacional e estadual, totalizando uma elevação de 102,7% no período. A trajetória apresentou oscilações ao longo dos anos, com momentos de retração e recuperação, culminando em um crescimento significativo nos últimos anos analisados. A evolução dos dados pode ser visualizada no Gráfico 6, que ilustra as variações ocorridas durante o período.

Gráfico 6 – Evolução do montante do Pronaf – Santana do Livramento/RS (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Seguindo a tendência nacional e estadual, a maior variação positiva no município ocorreu entre 2020 e 2023, período em que o crescimento alcançou 115,2%. Em 2013, o volume contratado foi de R\$ 17.498.771,00, mais do que dobrando no ano seguinte, quando atingiu R\$ 39.664.044,00 — o maior valor registrado até então. Em 2015, observa-se uma retração para R\$ 22.704.433,00, seguida de nova queda em 2016, com um total de R\$ 12.283.538,00. A partir de 2017, inicia-se uma recuperação gradativa, com R\$ 15.358.227,00, seguido de R\$ 18.554.705,00 em 2018 e R\$ 25.590.794,00 em 2019.

Em 2020, houve nova redução, com o volume contratado caindo para R\$ 16.483.596,00. No entanto, a partir de 2021, observa-se uma retomada consistente da trajetória de crescimento, com R\$ 20.943.085,00 em 2021, R\$ 29.541.540,00 em 2022 e, por fim, R\$ 35.472.519,00 em 2023, configurando o maior montante da série histórica municipal analisada.

O aumento expressivo dos recursos acessados coincide com a intensificação do cultivo da soja, que progressivamente tem se consolidado como a principal atividade financiada pelo Pronaf em diversas regiões do estado. Conforme apontam Scapin (2021) e Iazdi, Gomez e Paixão (2024), os recursos do programa têm sido direcionados, de forma crescente, para o financiamento do monocultivo da soja, promovendo transformações significativas no território rural, como a ampliação das áreas cultivadas, o aumento da utilização de insumos e a elevação da produtividade agrícola. Paralelamente, essa orientação do crédito favorece uma lógica produtivista, voltada prioritariamente para a comercialização e alinhada à dinâmica das *commodities* agrícolas, o que tende a comprometer a diversidade produtiva e cultural característica da agricultura familiar (Campagnolla e Macêdo, 2022).

A expansão da agricultura moderna, marcada pela expressiva presença do cultivo da soja, cuja área financiada apresentou um aumento aproximado de 575% em Santana do Livramento entre 2013 e 2023 (Brasil, 2024), vem promovendo transformações materiais no território do Pampa Gaúcho¹¹, tanto na configuração da paisagem quanto nas práticas produtivas (Maia, 2022). O processo de modernização agrícola, impulsionado pela disponibilidade de crédito rural e pelos avanços tecnológicos, tem contribuído para o aumento da concentração fundiária e para a marginalização de agricultores familiares (Alves e Rocha, 2021; Pessetti, 2021).

Nesse contexto de reestruturação produtiva, a análise do montante de recursos acessados pelo Pronaf no município de Santana do Livramento evidencia oscilações expressivas ao longo do período de 2013 a 2023. Observa-se um destaque para o ano de 2014, quando o volume de recursos financiados alcançou aproximadamente R\$ 4 milhões, configurando o maior valor da série histórica. Em seguida, verifica-se uma redução acentuada, com o montante diminuindo para cerca de R\$ 1,2 milhão em 2016, o menor patamar registrado no intervalo analisado.

¹¹ Conforme a dissertação de Maia (2022), o Pampa Gaúcho é considerado um território devido suas características materiais como solo, água, relevo, clima, fauna, flora, populações etc. E aspectos imateriais, como sociedade, cultura, tradições, valores, crenças, identidade, saber-fazer, dentre outros fatores. Entre os municípios que compõem a região apontada pelo autor, Santana do Livramento está inserido.

Apesar da instabilidade e da redução no número de contratos verifica-se aumento geral dos recursos acessados ao longo do período analisado. O crescimento pode estar associado ao incremento dos custos de produção enfrentados pelos agricultores familiares, que passaram a demandar volumes mais elevados de crédito como forma de assegurar a viabilidade econômica e a continuidade de suas atividades produtivas (Toledo e Zonin, 2021).

O resultado confirma que, ainda que Santana do Livramento represente apenas 0,26% do total de recursos acessados no estado do Rio Grande do Sul, o padrão de concentração do crédito em contratos de maior valor, impulsionado pelo aumento dos custos produtivos, também se manifesta no município.

No que se refere aos valores médios dos contratos do Pronaf no Brasil, observa-se um crescimento considerável ao longo do período analisado, conforme apresentado na Tabela 3. Em 2013, o valor médio dos contratos correspondia a R\$ 17.154,00, elevando-se para R\$ 34.974,00 em 2023, o que representa um aumento de 103,9%. De modo geral, os valores médios nacionais apresentaram uma trajetória ascendente, com exceção do ano de 2015, quando se verificou uma redução de 15,77% em relação ao ano anterior. A partir desse momento, os valores médios voltaram a crescer de maneira praticamente constante até o final do período analisado.

Tabela 3 – Valores médios dos contratos do Pronaf em nível nacional, estadual e municipal (2013-2023)

Ano	Valor Médio (R\$)		
	Brasil	Rio Grande Do Sul	Santana Do Livramento
2013	17.154	24.440	25.287
2014	21.677	31.506	44.667
2015	18.259	29.859	38.745
2016	19.959	30.827	40.012
2017	19.204	33.786	40.310
2018	20.834	37.354	47.454
2019	22.958	40.552	62.265
2020	24.033	43.920	48.057
2021	28.612	51.970	59.837
2022	34.166	62.390	69.673
2023	34.974	63.497	69.554
Total	23.555	40.065	48.097
Evol. (%) (2013-2023)	103,9	159,8	175,1

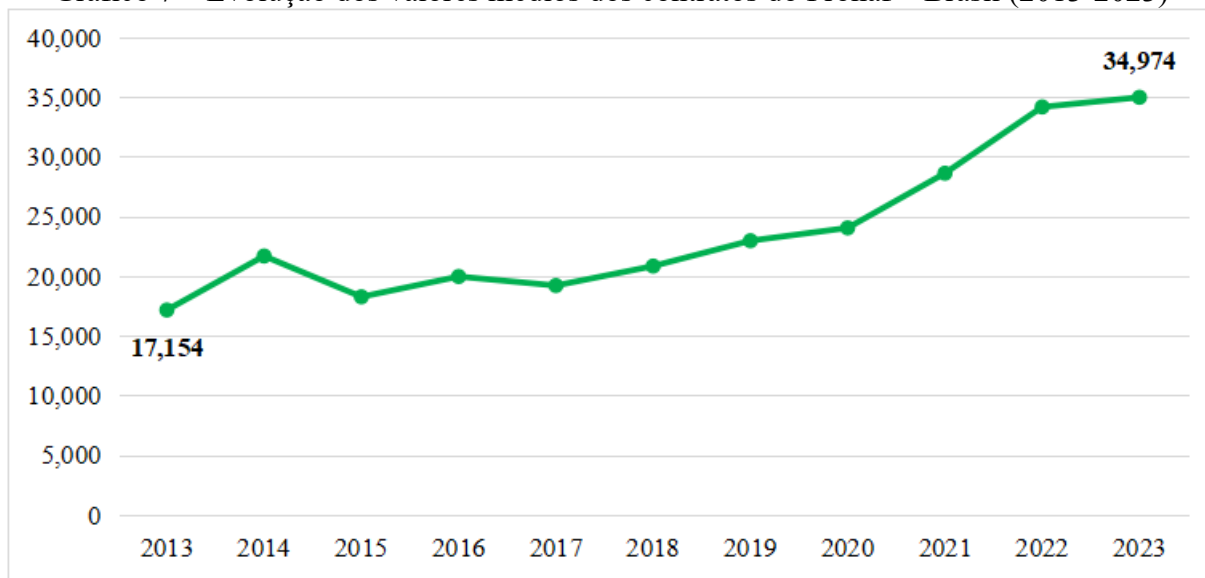
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

O valor médio dos contratos do Pronaf no Rio Grande do Sul apresentou uma variação mais acentuada em comparação ao valor médio nacional. Em 2013, o valor médio registrado

foi de R\$ 24.440,00, elevando-se para R\$ 63.497,00 em 2023, o que corresponde a um crescimento de 159,8% no período analisado. De maneira similar ao observado em âmbito nacional, os valores médios dos contratos no estado seguiram uma trajetória de crescimento, com exceção do ano de 2015, quando se verificou uma redução de 5,23% em relação ao ano anterior. Após essa queda pontual, os valores médios no Rio Grande do Sul retomaram uma tendência de crescimento contínuo, evidenciando um processo de ampliação dos recursos contratados por operação ao longo da década.

O comportamento estadual acompanha a tendência observada no cenário nacional. A evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf no Brasil entre os anos de 2013 e 2023, conforme apresentado no Gráfico 7, evidencia um movimento geral de crescimento ao longo da série histórica. Os dados demonstram um aumento consistente nos valores contratados por operação, com destaque para os anos mais recentes do período analisado.

Gráfico 7 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf – Brasil (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Conforme demonstra o gráfico acima, em 2013, o valor médio por contrato era de R\$ 17.154,00, aumentando para R\$ 21.677,00 em 2014. No ano seguinte, em 2015, houve uma queda para R\$ 18.259,00, representando a única retração significativa no período. A partir de 2016, observa-se uma recuperação gradual, com os valores alcançando R\$ 19.959,00 naquele ano, R\$ 19.204,00 em 2017 e R\$ 20.834,00 em 2018. Em 2019 e 2020, os valores médios aumentaram para R\$ 22.958,00 e R\$ 24.033,00, respectivamente. O crescimento se

intensificou a partir de 2021, com R\$ 28.612,00, seguido por R\$ 34.166,00 em 2022 e R\$ 34.974,00 em 2023 — o maior valor registrado na série histórica.

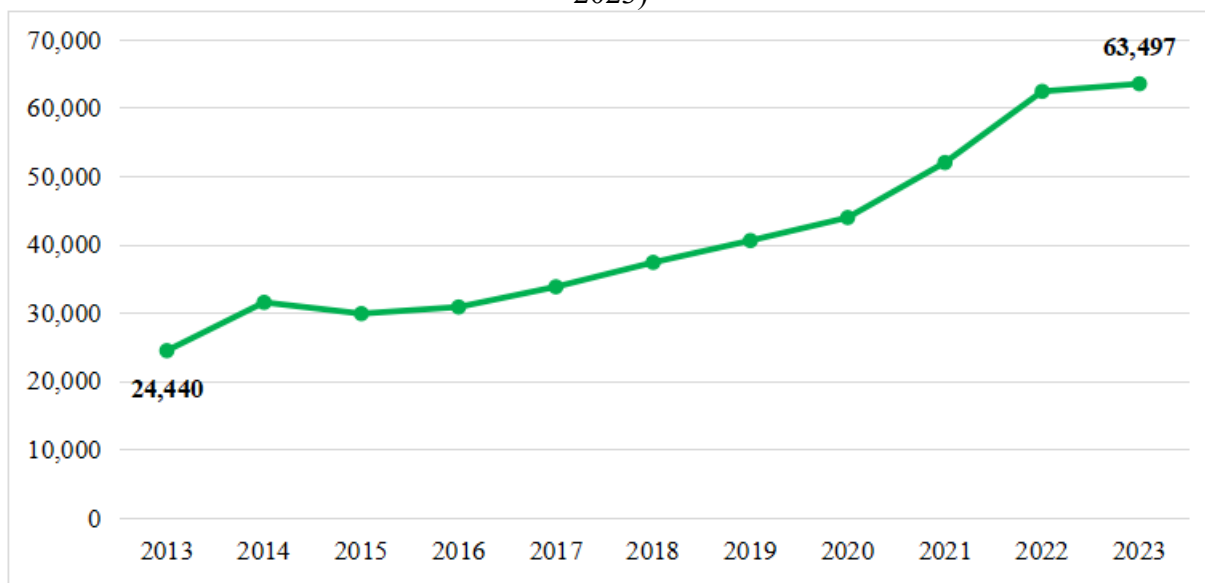
A elevação contínua do valor médio dos contratos do Pronaf reflete transformações no perfil dos beneficiários e na lógica operacional do programa, favorecendo agricultores familiares com maior capacidade de investimento e inserção mercadológica (Baccarin e Oliveira, 2021). O movimento de elevação esteve relacionado ao crescimento das linhas de investimento, especialmente para aquisição de máquinas e equipamentos, indicando uma orientação voltada ao fortalecimento de modelos produtivos capitalizados (Valadares, 2021).

O modelo de financiamento fortalece a lógica produtivista do programa, na medida em que prioriza operações de maior valor e, conseqüentemente, perfis que correspondem a uma agricultura mais tecnológica e especializada (Gonçalves, 2023). Como resultado, amplia-se a exclusão de segmentos mais vulneráveis da agricultura familiar, com menor capacidade técnica, produtiva ou organizacional (Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021). A expansão do crédito, portanto, deixa de representar, em muitos casos, uma ampliação do acesso e passa a expressar a intensificação de uma dinâmica seletiva e sistemática, distanciando o Pronaf de seus objetivos originais de inclusão produtiva e fortalecimento das diversas formas de agricultura familiar (Dalcin e Hartmann, 2021; Fossá *et al.*, 2024).

O Rio Grande do Sul registrou valor médio dos contratos 170,1% superior à média nacional, evidenciando sua capacidade de captar recursos mais significativos para sua produção. Em Santana do Livramento, o valor médio foi 120% maior que a média estadual, destacando uma capacidade ainda maior de captar recursos em comparação ao estado. Já na esfera municipal, o aumento do valor médio dos contratos foi ainda maior que no país, com um acréscimo de 175,1% no período. Em 2013, o valor médio era de R\$ 25.287, aumentando para R\$ 69.554 em 2023.

Assim como as demais esferas, foi crescente o aumento dos valores médios, com exceção do ano de 2020, no qual houve uma redução de 22,82% em relação ao ano anterior; após esse período, os valores seguiram trajetória de crescimento constante. A evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf no estado do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2023, conforme apresentado no Gráfico 8, evidencia um crescimento expressivo ao longo do período analisado.

Gráfico 8 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf – Rio Grande do Sul (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

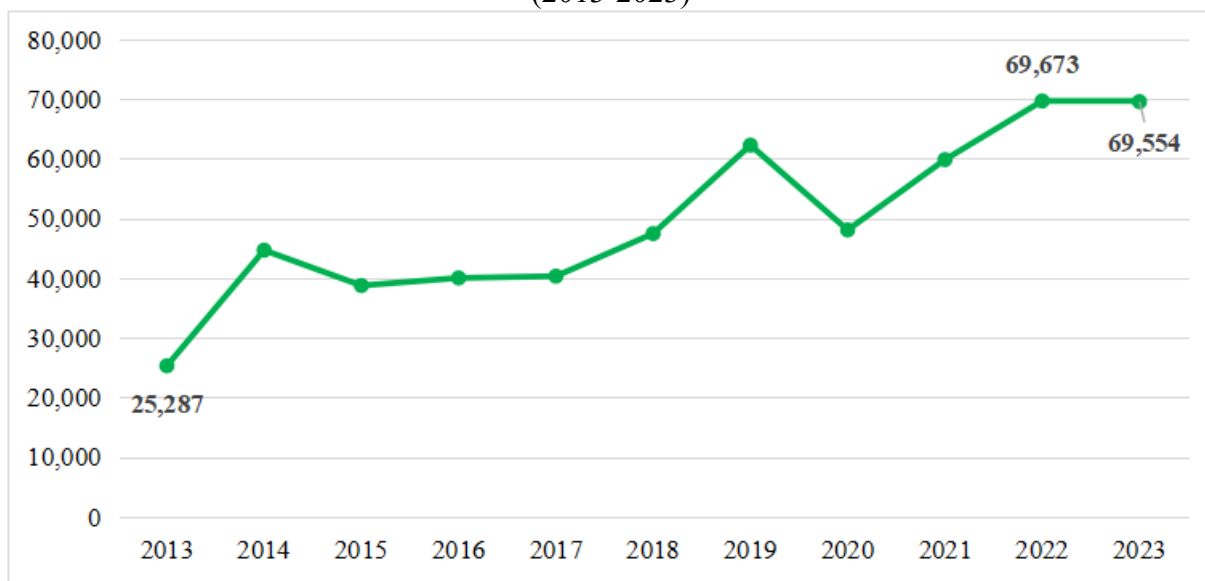
Em 2013, o valor médio era de R\$ 24.440,00, elevando-se para R\$ 31.506,00 em 2014. Em 2015, houve uma leve redução para R\$ 29.859,00, seguida de uma retomada gradual, com os valores atingindo R\$ 30.827,00 em 2016 e R\$ 33.786,00 em 2017. A partir de 2018, a trajetória de crescimento se manteve mais acentuada, com médias de R\$ 37.354,00 em 2018, R\$ 40.552,00 em 2019 e R\$ 43.920,00 em 2020. Nos anos seguintes, o aumento foi ainda mais significativo, alcançando R\$ 51.970,00 em 2021, R\$ 62.390,00 em 2022 e R\$ 63.497,00 em 2023, o maior valor da série histórica analisada.

Os resultados indicam que, apesar da expressiva redução no número de contratos do Pronaf em âmbito nacional, estadual e municipal, os montantes e valores médios cresceram substancialmente entre 2013 e 2023, evidenciando a concentração dos recursos em um número reduzido de contratos, vinculados, em geral, a produtores mais capitalizados e a atividades de maior escala. Essa configuração reforça a seletividade do programa e aponta para a consolidação de um modelo de financiamento produtivista e voltado às *commodities*, especialmente nas regiões com maior infraestrutura bancária e organização produtiva, como o Rio Grande do Sul.

Os valores médios mais elevados seguem a lógica do aumento dos custos de produção, especialmente nas atividades financiadas pelo Pronaf, como a produção especializada de *commodities*, a exemplo da soja e do milho (Valadares; Alves; Galiza, 2025). Além de ser concentrado em poucos produtores e regiões, o programa acabou por reproduzir a lógica do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com forte concentração regional e de renda,

favorecendo agricultores mais capitalizados (Toledo e Zonin, 2021). O comportamento do valor médio dos contratos também se expressa na realidade municipal, conforme apresentado no Gráfico 9, que mostra a evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf em Santana do Livramento entre 2013 e 2023.

Gráfico 9 – Evolução dos valores médios contratos do Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

No início do período, em 2013, o valor médio dos contratos era de R\$ 25.287,00, aumentando para R\$ 44.667,00 em 2014. Em 2015, observa-se uma leve redução para R\$ 38.745,00, seguida por uma recuperação gradual nos anos seguintes, com valores de R\$ 40.012,00 em 2016 e R\$ 40.310,00 em 2017. A partir de 2018, a trajetória de crescimento tornou-se mais acentuada, com o valor médio atingindo R\$ 47.454,00, seguido de R\$ 62.265,00 em 2019. Em 2020, houve nova oscilação, com redução para R\$ 48.057,00, mas os valores retomaram o crescimento nos anos posteriores, alcançando R\$ 59.837,00 em 2021, R\$ 69.673,00 em 2022 e R\$ 69.554,00 em 2023.

No caso específico de Santana do Livramento, a tendência de crescimento dos valores médios se intensifica com o aumento expressivo observado a partir de 2018, indicando que os recursos do Pronaf têm sido majoritariamente direcionados a atividades como a soja e a pecuária bovina. Essa orientação revela um padrão de financiamento concentrado em cultivos de maior escala e retorno econômico, em detrimento da diversidade produtiva. Essa tendência será aprofundada na próxima seção, a qual discute as finalidades dos financiamentos no município e revela como a destinação dos recursos tem moldado um padrão produtivo que

privilegia cultivos de maior retorno econômico, em detrimento da diversidade agrícola e da sustentabilidade dos sistemas familiares locais.

4.2 Uso e finalidade do Pronaf em Santana do Livramento/RS (2013 e 2023)

O Pronaf se faz presente na estruturação produtiva da agricultura familiar no município de Santana do Livramento, conforme demonstram os dados do Bacen (2024) para o período de 2013 a 2023. Todavia, a destinação dos recursos revela a consolidação de um padrão de investimentos concentrado em cultivos específicos, com ênfase na soja e na pecuária bovina, priorizados em detrimento de outras atividades produtivas, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 – Contratos dos principais cultivos financiados pelo Pronaf em Santana do Livramento/RS (2013-2023)

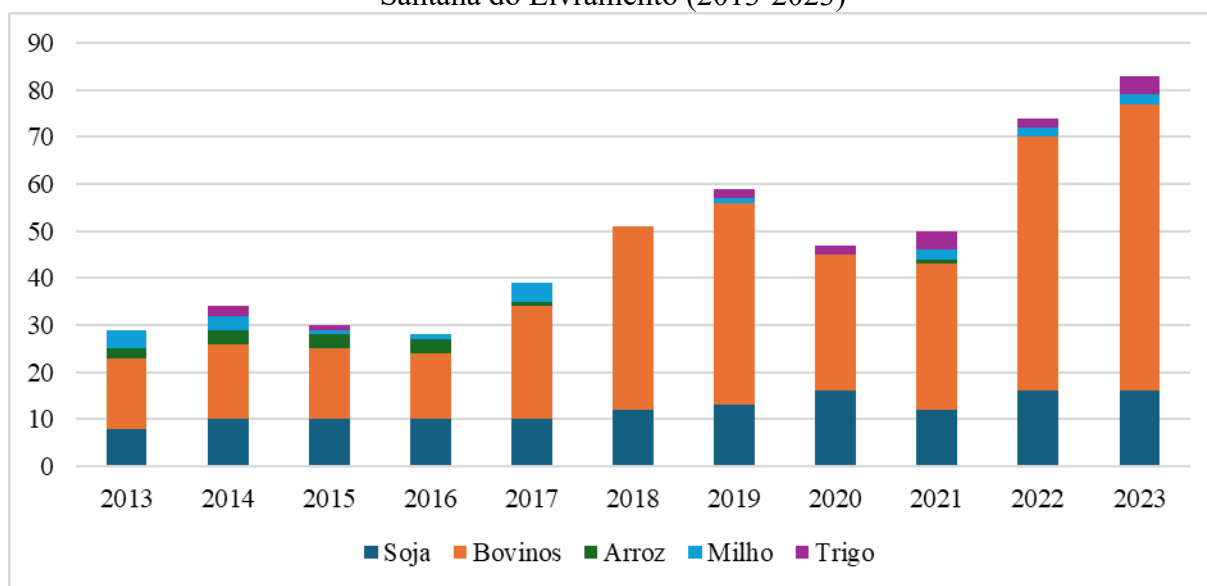
Contratos					
	Soja	Bovinos	Arroz	Milho	Trigo
2013	8	15	2	4	0
2014	10	16	3	3	2
2015	10	15	3	1	1
2016	10	14	3	1	0
2017	10	24	1	4	0
2018	12	39	0	0	0
2019	13	43	0	1	2
2020	16	29	0	0	2
2021	12	31	1	2	4
2022	16	54	0	2	2
2023	16	61	0	2	4
Total por ano	133	341	13	20	17
Total dos cultivos	524				

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024)

Os dados relativos ao número de contratos do Pronaf no município de Santana do Livramento evidenciam a predominância de financiamentos destinados à produção de soja e à criação de bovinos, conforme demonstrado na Tabela 4. Essa superioridade se manifesta não apenas na quantidade de contratos, mas também nos valores absolutos e no volume de recursos financiados. Entre os anos de 2013 e 2023, o número de contratos destinados à soja aumentou de oito para dezesseis, enquanto o montante de recursos passou de R\$ 673.203,00 para R\$ 4.543.943,00. No período analisado os contratos voltados para a pecuária bovina cresceram de 15 para 61, com um aumento expressivo no financiamento, alcançando R\$ 8.718.303,00 em 2023.

A realidade observada reflete tendências mais amplas do Pronaf, caracterizadas pela concentração dos recursos em sistemas agrícolas voltados para *commodities*, em detrimento da diversificação produtiva voltada ao fortalecimento da segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021). O padrão de investimentos observado evidencia a continuidade do modelo produtivista apoiado pelo programa, que tem priorizado cultivos e criações de maior rentabilidade de mercado, muitas vezes em prejuízo de sistemas mais diversos e sustentáveis (Favareto *et al.*, 2019; Sousa e Niederle, 2021; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Essa orientação também se expressa na realidade local, a distribuição dos contratos do Pronaf em Santana do Livramento no período de 2013 a 2023, conforme ilustrado no Gráfico 10, revela uma expressiva concentração de financiamentos destinados à produção de bovinos e soja.

Gráfico 10 – Distribuição dos contratos dos principais cultivos financiados pelo Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

No gráfico acima, destaca-se, em particular, a pecuária bovina, que acumulou 341 contratos no intervalo analisado, correspondendo a 65% do total de operações realizadas. Os demais cultivos financiados, notadamente arroz, milho e milho, registraram, respectivamente, 13 (2,48%) contratos, 20 contratos (3,82%) e 17 contratos (3,24%) ao longo do período analisado. Em seguida, observa-se uma presença significativa do cultivo de soja, com 133 contratos (25,38%).

A predominância da bovinocultura evidencia a centralidade da atividade na dinâmica produtiva regional, condizente com as características históricas da Campanha Gaúcha,

marcada por extensas áreas destinadas à criação de gado (Langbecker; Arbage; Viana, 2023). A baixa quantidade de contratos destinados ao arroz, trigo e milho evidencia a limitada diversificação dos cultivos financiados pelo Pronaf. Em contrapartida, a maior concentração de recursos na soja e na pecuária bovina, cujas operações envolvem valores mais elevados, revela uma tendência de financiamento voltada a produtores com maior capacidade de investimento (Preto e Horn, 2020).

O padrão de distribuição descrito acima revela uma seletividade na concessão do crédito, que concentra recursos em um número restrito de cultivos e reforça a consolidação de um modelo produtivista e excludente. Tal lógica favorece produtores mais capitalizados e especializados, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso ao financiamento por parte de agricultores familiares voltados à produção de alimentos estratégicos à soberania alimentar (Brasil, 2020; Alves *et al.*, 2025). Como destacam Schneider, Cazella e Mattei (2021) e Wesz Junior (2021) o direcionamento aos produtores com maior poderio financeiro compromete os objetivos originais do Pronaf, ao estimular a concentração dos recursos e restringir a autonomia e a diversidade produtiva da agricultura familiar.

Os dados referentes ao montante destinado aos diferentes cultivos, apresentados na Tabela 5, indicam uma redução no financiamento de culturas como arroz e milho, as quais tradicionalmente desempenham um papel estratégico na segurança alimentar regional.

Tabela 5 – Montante dos principais cultivos financiados pelo Pronaf em Santana do Livramento/RS (2013-2023)

Ano	Montante (R\$)				
	Soja	Bovinos	Arroz	Milho	Trigo
2013	673.203,00	3.736.156,00	143.649,00	65.907,00	-
2014	1.233.386,00	5.776.786,00	137.084,00	29.934,00	87.220,00
2015	1.077.737,00	6.102.168,00	102.661,00	4.303,00	19.060,00
2016	1.453.387,00	3.644.815,00	157.031,00	58.174,00	-
2017	1.443.395,00	4.472.897,00	30.396,00	36.150,00	-
2018	2.094.699,00	4.644.794,00	-	-	-
2019	1.887.628,00	5.217.717,00	-	26.310,00	211.111,00
2020	2.124.806,00	4.554.982,00	-	-	244.857,00
2021	2.329.727,00	5.332.102,00	69.427,00	30.873,00	291.333,00
2022	4.876.261,00	8.243.573,00	-	49.521,00	303.500,00
2023	4.543.943,00	8.718.303,00	-	40.676,00	243.141,00
Total por ano	23.738.172,00	60.444.293,00	640.248,00	341.848,00	1.400.222,00
Total dos cultivos	86.564.783,00				

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A análise dos valores financiados pelo Pronaf no município de Santana do Livramento, no período de 2013 a 2023, evidencia uma expressiva concentração dos recursos em duas finalidades principais: a pecuária bovina e o cultivo da soja. A bovinocultura foi a atividade que recebeu o maior volume de recursos no intervalo analisado, totalizando R\$ 60.444.293,00, o que corresponde a aproximadamente 69,8% do total financiado entre os cinco principais cultivos. Em seguida, destaca-se a soja, que recebeu R\$ 23.738.172,00, representando 27,4% do montante destinado aos cultivos predominantes.

Nos dados encontrados no período a bovinocultura se manteve como a finalidade mais financiada, com destaque para os anos de 2014 a 2016 e de 2021 a 2023, no qual o montante superou os R\$ 5 milhões anuais, chegando ao pico de R\$ 8.718.303,00 em 2023. A soja apresentou um crescimento constante a partir de 2016, com valores acima de R\$ 2 milhões anuais desde 2018 e atingindo seu ápice em 2022, com R\$ 4.876.261,00.

Os cultivos de arroz, milho e trigo apresentaram menor volume de financiamento e comportamento irregular ao longo do período analisado. O arroz, por exemplo, recebeu apenas R\$ 640.248,00 no total, sendo financiado pontualmente em anos específicos e ausente de 2018 a 2023, com exceção de 2021. Situação semelhante ocorre com o milho, que acumulou apenas R\$ 341.848,00 em financiamentos, e com o trigo, que, apesar de apresentar variação positiva a partir de 2020, totalizou apenas R\$ 1.400.222,00 em onze anos.

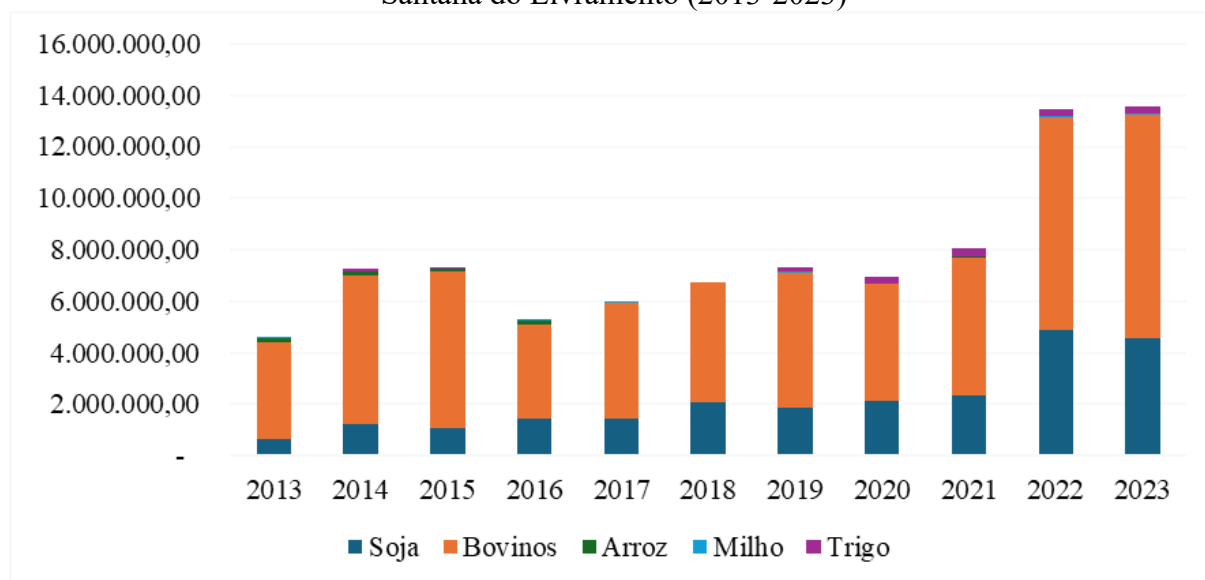
O avanço da soja é coerente com o processo de territorialização dessa cultura no Pampa Gaúcho, que tem se intensificado nos últimos anos, estimulado pela valorização da *commodity* e pela atuação do crédito rural como indutor da expansão dessa monocultura (Maia e Troian, 2022; Moreira; Matte; Conterato, 2023; Maciel; Troian; Maia, 2024). O cultivo do trigo em Santana do Livramento acompanhou a tendência nacional observada no Pronaf, caracterizada pelo baixo incentivo à sua produção.

Em contrapartida, o comportamento do financiamento ao milho destoou da lógica predominante na Região Sul, onde os cultivos de milho, soja e arroz têm sido recentemente mais contemplados pelo programa (Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021). A ausência de apoio consistente aos cultivos alimentares tradicionais compromete a função social do Pronaf e evidencia a necessidade de reorientação de suas diretrizes operacionais, de modo a contemplar uma maior diversidade de perfis e práticas agrícolas, com foco na sustentabilidade e na inclusão produtiva (Sousa e Niederle, 2021).

Nesse sentido, a análise do montante financiado pelo Pronaf por finalidade em Santana do Livramento entre 2013 e 2023, conforme demonstra o gráfico 11, corrobora com os

estudos discutidos anteriormente e permite compreender com maior nitidez os efeitos da seletividade do programa na estrutura produtiva local.

Gráfico 11 – Distribuição do montante dos principais cultivos financiados pelo Pronaf – Santana do Livramento (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Além da expressiva concentração de recursos na bovinocultura e na soja, o gráfico revela que, a partir de 2020, essas duas atividades passam a dominar de forma ainda mais acentuada a distribuição dos financiamentos, indicando uma intensificação no direcionamento dos recursos para modelos produtivos de maior escala. Outro aspecto relevante é a virtual estagnação ou desaparecimento do financiamento a cultivos como arroz, milho e trigo em diversos anos da série.

O predomínio de cultivos como a soja e a criação de bovinos sugere a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural centrado na especialização produtiva e na competitividade econômica, o que implica a marginalização de agricultores familiares que atuam com cultivos diversificados ou em sistemas agroecológicos (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021). Conforme apontado por Andrade (2021) e Ferreira (2023), esse processo reforça a exclusão de segmentos mais vulneráveis do meio rural e fragiliza o papel do Pronaf como instrumento de inclusão social e de fortalecimento da agricultura familiar.

O modelo de financiamento praticado reforça essa dinâmica ao privilegiar grandes contratos, que muitas vezes são direcionados para estabelecimentos que operam em larga escala, distanciando-se dos princípios originais do Pronaf, que visavam fortalecer a autonomia e a diversidade produtiva da agricultura familiar (Aquino *et al.*, 2020). Diante dos desafios

identificados, torna-se imprescindível repensar o papel do Pronaf na promoção de um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável. Conforme apontam Neves e Schmitz (2021), a política de crédito rural necessita ser reorientada de modo a assegurar maior acesso a cultivos diversificados e a práticas produtivas de base agroecológica.

No que se refere à pecuária bovina em Santana do Livramento, observa-se uma dinâmica distinta: embora o número de contratos financiados pelo Pronaf para a atividade tenha diminuído, o valor médio por contrato aumentou, variando de R\$ 249.077,07 em 2013 para R\$ 142.922,99 em 2023, também conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Valores médios dos contratos dos principais cultivos do Pronaf em Santana do Livramento/RS
Valor Médio (R\$)

Ano	Soja	Bovinos	Arroz	Milho	Trigo
2013	84.150,38	249.077,07	71.824,50	16.476,75	-
2014	123.338,60	361.048,12	45.694,67	9.978,00	43.610,00
2015	107.773,70	406.811,20	34.220,33	4.303,00	19.060,00
2016	145.338,70	260.343,93	52.343,67	58.174,00	-
2017	144.339,50	186.370,71	30.396,00	9.037,50	-
2018	174.558,25	119.609,59	-	-	-
2019	145.202,15	121.344,58	-	26.310,00	105.555,50
2020	132.800,38	157.068,34	-	-	122.428,50
2021	194.143,92	172.003,29	69.427,00	15.436,50	72.833,25
2022	304.766,31	152.655,98	-	24.760,50	151.750,00
2023	283.996,44	142.922,99	-	20.338,00	60.785,25
Média do Total	1.840.408,33	2.329.255,80	303.906,17	184.814,25	576.022,50

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

O valor médio dos contratos destinados ao financiamento da soja apresentou aumento ao longo do período analisado, passando de R\$ 84.150,38 em 2013 para R\$ 283.996,44 em 2023. Tal crescimento evidencia uma maior valorização e priorização do cultivo, refletindo a tendência nacional de expansão da monocultura da soja como uma das principais *commodities* agrícolas brasileiras (Chiacchio e Lírío de Souza, 2024).

De acordo com Maia, Troian e Maciel (2024), a pecuária familiar exerce um papel relevante no desenvolvimento territorial do Pampa Gaúcho, constituindo-se como elemento fundamental para a preservação da identidade sociocultural e para a promoção da sustentabilidade das comunidades locais. No entanto, a concentração dos financiamentos pode comprometer a diversidade produtiva e a autonomia dos pecuaristas familiares, que enfrentam desafios para acessar recursos e manter suas atividades (Maia; Troian; Maciel, 2024).

Além disso, estudos realizados há praticamente uma década, como o de Heydt, Hoff e Troian (2019), já indicavam que a pecuária foi um dos elementos influenciadores do povoamento e da formação espacial inicial de Santana do Livramento, sendo responsável pelo surgimento das primeiras indústrias no município, como frigoríficas e laníferas. A distribuição fundiária caracterizada pela existência de grandes propriedades, aliada à baixa produtividade da pecuária, possibilitou o surgimento da produção de arroz na região (Rocha; 2011; Heydt; Hoff; Troian, 2019). A atividade pecuária se modificou com o passar do tempo, mas sempre se relacionando com os demais setores da economia local.

Nesse contexto, embora o arroz historicamente constitua uma alternativa produtiva vinculada às dinâmicas territoriais da região, observa-se que, no âmbito do Pronaf, seu acesso permanece reduzido e oscilante ao longo dos anos (Quevedo *et al.*, 2022). Por outro lado, o financiamento médio destinado a cultivos alimentares essenciais, como arroz, milho e trigo, apresenta valores geralmente inferiores. A média de financiamento para o arroz oscilou entre R\$ 71.824,50 por contrato em 2013 e R\$ 69.427,00 em 2021, havendo anos em que não foram registrados financiamentos.

A baixa representatividade do arroz no Pronaf reflete a marginalização de cultivos voltados ao abastecimento interno, em favor da priorização de *commodities* orientadas à exportação (Fossá *et al.*, 2024). De maneira semelhante, milho e trigo também evidenciam a lógica de concentração dos financiamentos. No caso do milho, os valores médios variaram entre R\$ 4.303,00 em 2015 — o menor do período — e R\$ 58.174,00 em 2016. Além disso, foi a finalidade com o menor valor médio de contratos no total do período analisado, registrando média geral de R\$ 184.814,25. O trigo, por sua vez, apresentou média de apenas R\$ 19.060,00 por contrato em 2015, segundo ano com registros. A partir de 2019, observou-se uma presença contínua dos acessos, com pico em 2020 (R\$ 122.428,50), seguido por uma redução até 2023, quando a média foi de R\$ 60.785,25.

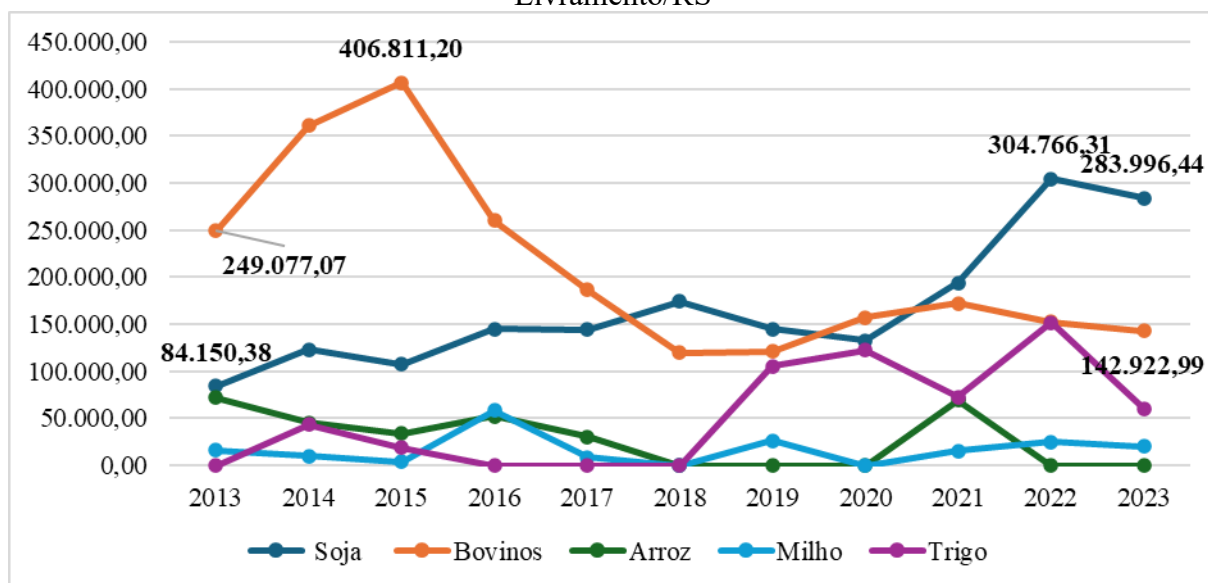
Os resultados acima reforçam que a concentração dos recursos do Pronaf em poucos cultivos representa um risco tanto para a sustentabilidade ambiental quanto para a segurança alimentar. A mecanização intensiva e o uso de insumos externos nos cultivos prioritários do Pronaf comprometem a diversidade produtiva e perpetuam um modelo baseado na monocultura e na exportação (Gazolla; Viganó; Marini, 2020). Além disso, a especialização produtiva gerada pelo programa reduz a autonomia dos agricultores familiares, dificultando a adoção de sistemas mais resilientes e agroecológicos (Rode; Stoffel; Rambo, 2021).

É necessário reavaliar os critérios de alocação dos recursos do Pronaf para garantir uma distribuição mais equitativa e sustentável. O fortalecimento de políticas que incentivem a

diversificação da produção, o apoio a cadeias curtas de comercialização e a ampliação do financiamento para sistemas agroecológicos são alternativas viáveis para mitigar os impactos negativos do atual modelo produtivista do programa. Conforme apontado por Favareto *et al.* (2019), uma maior integração de políticas de crédito rural com programas voltados ao fortalecimento da produção diversificada poderia contribuir para um desenvolvimento rural mais inclusivo e ambientalmente sustentável.

A distribuição dos valores médios dos contratos do Pronaf por cultivo em Santana do Livramento, no período de 2013 a 2023, revela um padrão de concentração que reforça a seletividade já identificada nas análises anteriores. Como mostra o Gráfico 12 sobre a evolução dos valores médios dos contratos dos principais cultivos no município, a pecuária bovina apresentou os maiores valores por operação, respondendo por 2.329.255,80, seguida pela soja, com 1.840.408,33. Tais resultados indicam que, além de concentrarem o maior número de contratos e os maiores montantes financiados, essas duas finalidades também se destacaram pelos maiores valores médios por contrato.

Gráfico 12 – Evolução dos valores médios dos contratos cultivados do Pronaf – Santana do Livramento/RS



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Em contrapartida, cultivos de base alimentar, como o trigo, o milho e o arroz, registraram os menores valores médios no período analisado, como também evidenciado no Gráfico 12, o que demonstra não apenas uma baixa prioridade no acesso ao crédito, mas também uma tendência de subfinanciamento dessas atividades. Tal configuração sugere a manutenção de um modelo produtivista na aplicação do Pronaf, voltado à consolidação de

cultivos e criações com maior retorno financeiro, em detrimento da atenção às necessidades sociais e ambientais inerentes à agricultura familiar (Sousa e Niederle, 2021).

A análise da destinação dos recursos do Pronaf em Santana do Livramento entre 2013 e 2023 revela concentração em finalidades produtivas associadas à lógica do agronegócio, especialmente na pecuária bovina e no cultivo da soja, que juntos concentraram mais de 79% dos valores médios no período. Em contrapartida, cultivos de base alimentar como arroz, milho e trigo receberam percentuais irrisórios dos recursos, apresentando também os menores valores médios por contrato. Essa seletividade na alocação do crédito evidencia a consolidação de um modelo produtivista e financeiramente orientado, que favorece produtores mais capitalizados e reforça cadeias voltadas à exportação, ao mesmo tempo em que marginaliza práticas agrícolas diversificadas e socialmente mais inclusivas.

Tal configuração do acesso e distribuição do crédito representa um risco à soberania e à segurança alimentar, ao reduzir a resiliência dos sistemas locais e tornar a produção dependente de poucas cadeias (Freitas, 2021; Gama *et al.*, 2022). Diante disso, torna-se urgente revisar a lógica que sustenta o atual sistema agroalimentar e repensar as diretrizes do crédito rural, de modo a promover maior equidade e sustentabilidade. A seguir, discute-se como essa estrutura de financiamento afeta o acesso a linhas alternativas do Pronaf, como o Pronaf Agroecologia, tema da próxima seção.

4.3 A (falta de) acesso ao Pronaf Agroecologia em Santana do Livramento/RS

A presente seção tem por finalidade analisar a distribuição dos contratos, o montante, o valor médio e as finalidades financiadas pelo Pronaf Agroecologia no período de 2015 a 2023. O recorte temporal se justifica pela ausência de dados anteriores a 2015 na base da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil, bem como pelo fato de que a coleta de informações foi realizada durante o ano de 2024, delimitando esse ano como o marco final da série histórica disponível para a pesquisa. A seguir serão apresentados os dados referentes ao âmbito nacional, regional e estadual, com o intuito de caracterizar a evolução dos financiamentos e dos contratos do Pronaf Agroecologia no período analisado.

A inexistência de registros de acesso à linha Pronaf Agroecologia em Santana do Livramento no período analisado justifica sua exclusão da análise. A Tabela 7 apresenta a distribuição do número de contratos firmados no Brasil, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2015 e 2023.

Tabela 7 – Contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)

Ano	Brasil	Região Sul	Rio Grande do Sul
2015	53	29	19
2016	167	66	43
2017	224	70	42
2018	279	76	42
2019	190	64	38
2020	113	71	39
2021	66	43	23
2022	51	23	14
2023	167	39	19
Total	1310	481	279
Evol (%) (2013-2023)	215,1	34,5	0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Ao longo do período, foram contratadas apenas 1.310 operações no Brasil, sendo 481 na Região Sul e 279 no estado do Rio Grande do Sul. Os valores revelam o caráter irrisório da linha Pronaf Agroecologia quando comparados ao total de contratos do Pronaf convencional. Para fins de comparação, no mesmo período, o Pronaf total registrou aproximadamente 16,8 milhões de contratos em todo o país, sendo mais de 2,4 milhões no Rio Grande do Sul e 5.283 apenas no município de Santana do Livramento, valor aproximadamente cinco vezes maior que o total nacional da linha específica. Dessa forma, os contratos da linha agroecológica representaram menos de 0,01% do total nacional de contratos do Pronaf, evidenciando sua baixa expressividade dentro da política de crédito rural vigente.

Ao analisar a variação percentual no número de contratos entre 2015 e 2023, nota-se que o crescimento nacional foi de 215,1%, indicando uma expansão relevante no acumulado da série. No entanto, o aumento foi consideravelmente mais modesto na Região Sul, com elevação de apenas 34,5%, e inexistente no Rio Grande do Sul, onde o número de contratos permaneceu o mesmo ao longo de todo o período (Brasil, 2024). A estagnação regional revela que, embora o montante financiado tenha aumentado, como discutido anteriormente, tal incremento não decorreu da ampliação do público atendido, mas sim do aumento do valor médio por contrato. A discrepância entre o crescimento nacional e a estagnação estadual contribui para reforçar o argumento de que o acesso ao Pronaf Agroecologia permanece limitado a determinados perfis produtivos e institucionalmente favorecidos (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021).

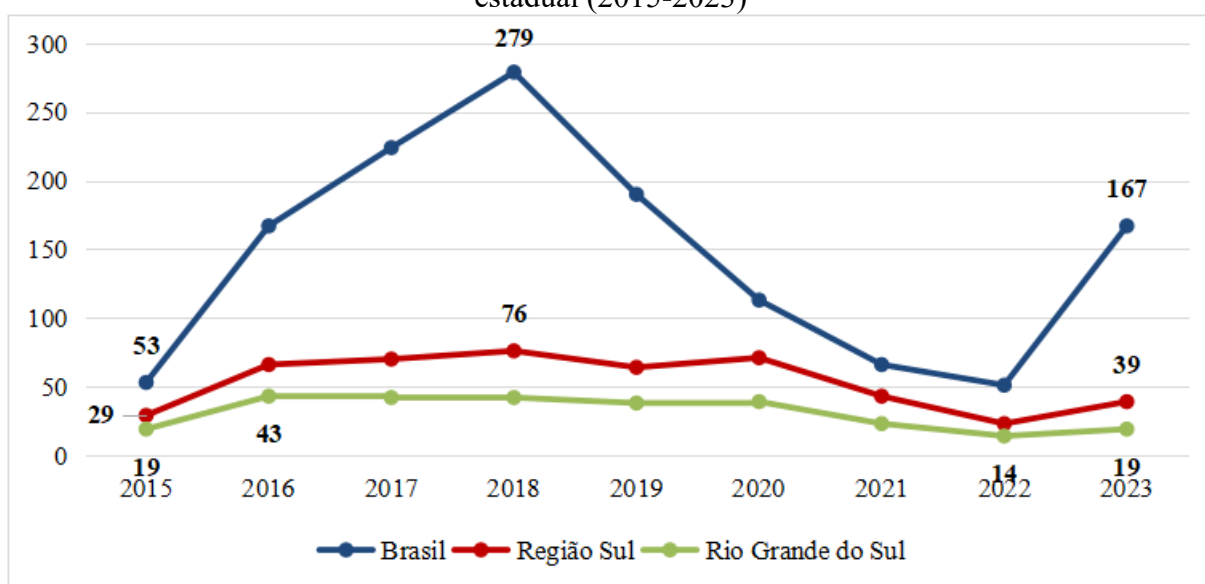
Em termos temporais, observa-se uma tendência inicial de crescimento do Pronaf Agroecologia, com aumento progressivo de contratos entre 2015 e 2018, ano em que se

atingiu o pico nacional, com 279 contratos. A partir de 2019, contudo, a trajetória é marcada por queda acentuada, atingindo o ponto mais crítico em 2022, com apenas 51 contratos firmados no país inteiro. Tal queda se repete nos níveis regional e estadual. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os contratos caíram de 42 em 2018 para 14 em 2022, refletindo o enfraquecimento institucional da política agroecológica, associado à retração das políticas públicas voltadas à agricultura familiar após o mandato de Michel Temer, graças ao *impeachment* de 2016 (Niederle *et al.*, 2019; Picolotto e Lanzaretti, 2023).

Esta redução pode estar associada diretamente a dois aspectos principais. O primeiro, nos termos de Grisa *et al.* (2022) relacionado à mudança do entendimento do Estado Brasileiro sobre o papel da agricultura a partir da ascensão de Michel Temer à presidência do país, e a consequente desestruturação dos quadros técnicos e orçamento institucional ligado à agricultura familiar. Já o segundo aspecto, relaciona-se ao próprio sistema bancário que opera o crédito rural que não demonstra interesse em trabalhar nas linhas verdes do programa (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021).

O Gráfico 13 apresenta a evolução do número de contratos firmados por meio da linha Pronaf Agroecologia no Brasil, na Região Sul e no Rio Grande do Sul entre os anos de 2015 e 2023. A trajetória delineada evidencia um crescimento expressivo nos primeiros anos no âmbito nacional, com um aumento de aproximadamente 426% no número de contratos entre 2015 e 2018.

Gráfico 13 – Evolução dos contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

O avanço inicial pode ser interpretado como reflexo dos esforços institucionais implementados no início da década, voltados à promoção da produção agroecológica, especialmente com o fortalecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conforme instituído pelo Decreto n. 7.794/2012 (CIAPO, 2013; Aquino; Gazolla; Schneider; 2021; Claudino; Wagner; Caetano, 2024).

A partir de 2019, contudo, observa-se uma queda acentuada e contínua no número de operações, chegando a um patamar crítico em 2022, com apenas 51 contratos realizados em âmbito nacional. Tal retração pode estar associada à desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e à agroecologia, especialmente após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, conforme apontado por Medeiros e Grisa (2019) e Picolotto e Lanzaretti (2023). Além disso, o cenário evidencia a fragilidade da institucionalização da agroecologia enquanto política estatal, pois sua sustentação se mostrou fortemente dependente da orientação político-governamental vigente.

Embora o ano de 2023 tenha apresentado uma recuperação parcial, com a elevação para 167 contratos, o patamar ainda se mantém aquém do registrado no auge do programa, sugerindo que a retomada da política encontra desafios estruturais e institucionais significativos. Quando comparada ao volume de contratos do Pronaf total, que superou 16 milhões no mesmo intervalo, a linha específica agroecológica representa menos de 0,01% do total, o que reforça, conforme ilustrado no Gráfico 13, o caráter marginal dessa linha dentro do sistema de crédito rural brasileiro. O padrão de baixa expressividade também se reflete nos dados regionais.

Nota-se, de forma geral, uma estabilidade no número de contratos do Pronaf Agroecologia na Região Sul entre os anos de 2016 e 2020, seguida por um declínio acentuado nos anos subsequentes, especialmente em 2021 e 2022, o que reforça a tese de desarticulação das políticas públicas de incentivo à agroecologia no período mais recente. O comportamento foi observado de forma relativamente homogênea nos três estados da região: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ainda que com variações internas.

Em termos regionais, a tendência da linha Pronaf Agroecologia na Região Sul do Brasil apresenta um comportamento semelhante ao nacional, embora com variações menos abruptas. Entre 2015 e 2018, observa-se um crescimento moderado, com a quantidade de contratos passando de 29 para 76 no intervalo. Nos anos seguintes, entretanto, inicia-se um processo de retração, com quedas mais acentuadas a partir de 2020. O ponto mais baixo da série foi registrado em 2022, com 23 contratos firmados, indicando um recuo significativo na

utilização da linha agroecológica. Em 2023, ocorre uma leve recuperação, com 39 contratos registrados, o que ainda assim se mantém distante dos melhores anos da série histórica.

A trajetória dos contratos firmados por meio da linha Pronaf Agroecologia no estado gaúcho entre os anos de 2015 e 2023 revela um padrão de crescimento inicial, seguido por uma fase prolongada de retração. Em 2015, foram firmados 19 contratos, número que rapidamente saltou para 43 em 2016 e se manteve relativamente estável até 2020, variando entre 38 e 43 contratos anuais. A partir de 2021, no entanto, verifica-se uma queda acentuada, com apenas 14 contratos registrados em 2022, que representa o menor patamar da série histórica. Em 2023, ocorre uma leve retomada, com 19 contratos, o que, embora sinalize uma inflexão na tendência de queda, ainda representa uma performance modesta diante dos melhores anos do programa.

Apesar das oscilações internas, o que mais chama atenção é o número absolutamente reduzido de contratos da linha Pronaf Agroecologia no estado, especialmente quando comparado ao volume total de contratos do Pronaf no mesmo período. Entre 2013 e 2023, o Rio Grande do Sul acumulou mais de 2,4 milhões de contratos do Pronaf em suas diversas modalidades. Frente ao volume, os 279 contratos registrados na linha agroecológica entre 2015 e 2023 representam apenas cerca de 0,01% do total estadual.

A proporção ínfima de contratos registrados revela o lugar estruturalmente marginal que o Pronaf Agroecologia, assim como as demais linhas “verdes”, ainda ocupa dentro da política de crédito rural brasileira (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021; Fossá *et al.*, 2023). Ainda que em um estado historicamente reconhecido pela sua forte articulação institucional no acesso ao Pronaf, tal discrepância indica que, apesar do discurso de incentivo à transição agroecológica, o acesso ao crédito permanece direcionado a atividades convencionais já consolidadas, sem capacidade alguma de realizar mudanças estruturais no modelo de produção (Schneider; Cazella; Mattei, 2021; França; Marques; Grisa, 2023). A condição de baixa prioridade atribuída à agroecologia também se reflete nos valores contratados ao longo do período analisado.

No que se refere aos valores contratados, observa-se que o montante acessado por meio do Pronaf Agroecologia acompanha, em certa medida, a distribuição dos contratos por região. Em termos absolutos, os financiamentos realizados por essa linha entre 2015 e 2023 permaneceram em patamares bastante reduzidos quando comparados ao volume total do Pronaf, o que reforça o caráter secundário conferido à agroecologia no escopo das políticas de crédito rural. A Tabela 8 apresenta a evolução do montante financiado pela linha Pronaf

Agroecologia no Brasil, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2023.

Tabela 8 – Montante do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)

Montante (R\$)			
Ano	Brasil	Região Sul	Rio Grande do Sul
2015	1.362.613,84	1.069.898,23	760.763,53
2016	2.484.343,95	1.491.308,44	884.144,47
2017	4.539.477,84	1.951.277,97	1.340.006,52
2018	6.557.408,04	2.325.534,59	1.268.233,76
2019	4.711.855,04	2.603.726,89	1.605.741,50
2020	4.404.139,16	3.208.840,86	1.938.857,88
2021	2.931.311,82	2.510.487,52	1.295.860,85
2022	2.352.270,32	1.408.960,29	1.034.246,69
2023	6.597.223,62	2.458.387,40	1.278.706,14
Total	35.940.643,63	19.028.422,19	11.406.561,34
Evol (%) (2013-2023)	384,2	129,8	68,1

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A análise do montante financiado por meio do Pronaf Agroecologia entre 2015 e 2023 revela uma distribuição concentrada tanto em termos regionais quanto estaduais. No período, foram contratados aproximadamente R\$ 35,9 milhões em todo o país, dos quais R\$ 19 milhões foram destinados à Região Sul, o que representa mais da metade do total nacional, com 52,2%. O estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, respondeu por R\$ 11,4 milhões, equivalente a 30,2% do montante geral e a 57,9% do valor contratado na Região Sul. Os resultados confirmam a centralidade da região sulista, especialmente do Rio Grande do Sul, no acesso à linha agroecológica do Pronaf.

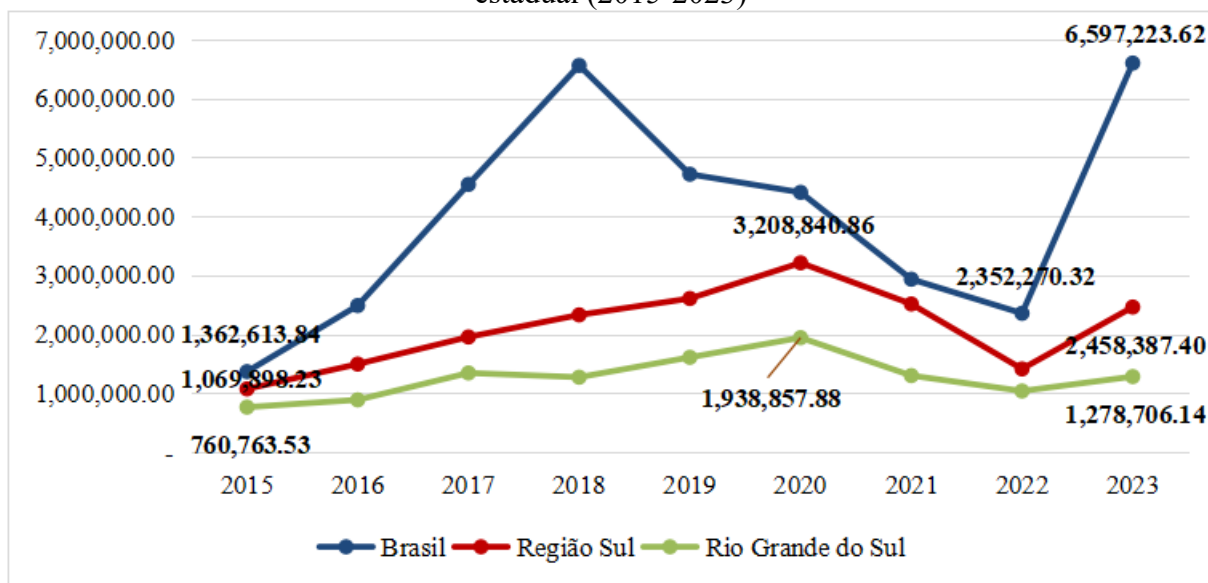
Ao considerar a evolução do número de contratos no mesmo período, observa-se um crescimento modesto em termos nacionais, com aumento de 215,1% entre 2015 e 2023. No entanto, o ritmo dessa expansão foi substancialmente inferior nos territórios sulistas: a Região Sul registrou um crescimento de apenas 34,5%, enquanto o Rio Grande do Sul não apresentou variação, mantendo exatamente o mesmo número de contratos entre o início e o fim da série. Os resultados reforçam a ideia de que a elevação do montante contratado nos referidos territórios está associada ao aumento do valor médio por operação, e não a um processo de ampliação do público beneficiado. Tal afirmação vai ao encontro de outros estudos sobre o programa que já identificaram este aspecto em outras realidades (Fossá e Troian, 2024, Wesz Júnior, 2021; Toledo e Zonin 2021).

No entanto, quando os valores contratados pela linha Pronaf Agroecologia são confrontados com os montantes totais financiados pelo Pronaf no mesmo período, evidencia-se sua posição extremamente limitada dentro da política de crédito rural. Entre 2015 e 2023, o valor total contratado pelo Pronaf em nível nacional ultrapassou R\$ 396 bilhões, enquanto a linha Agroecologia respondeu por apenas R\$ 35,9 milhões, o que representa aproximadamente 0,01% do total. No caso do Rio Grande do Sul, a disparidade é igualmente acentuada. Enquanto o Pronaf, em todas as suas modalidades, alcançou R\$ 98,1 bilhões no período de 2013 a 2023, a linha Agroecologia somou apenas R\$ 11,4 milhões, o que corresponde a menos de 0,02% do total estadual.

Apesar da baixa expressividade em termos absolutos, o destaque da Região Sul no acesso à linha Pronaf Agroecologia em proporção aos contratos firmados no país pode estar relacionado à atuação dos agentes bancários, que, em certa medida, assumem os riscos da União e viabilizam as operações (Alves *et al.*, 2025). Além disso, a presença consolidada de cooperativas de crédito na região contribui significativamente para tal desempenho, uma vez que essas instituições fortalecem a articulação institucional e ampliam o acesso dos agricultores familiares aos recursos dos programas oficiais de crédito rural (Dias *et al.*, 2021). A dinâmica regional é evidenciada na evolução do montante de recursos contratados ao longo do tempo.

O Gráfico 14 apresenta a evolução do montante de recursos contratados por meio da linha Pronaf Agroecologia entre os anos de 2015 e 2023, no Brasil, na Região Sul e no Rio Grande Sul. De modo geral, observa-se um padrão comum às três escalas analisadas: crescimento até 2018, seguido por uma acentuada retração a partir de 2019, com leve recuperação em 2023.

Gráfico 14 – Evolução do montante do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Em nível nacional, o ponto mais alto foi atingido em 2018, com aproximadamente R\$ 6,5 milhões contratados. Na Região Sul, o valor máximo ocorreu no ano de 2019, com cerca de R\$ 2,6 milhões, o Rio Grande do Sul teve o seu pico em 2020, atingindo cerca de R\$ 1,9 milhões. A partir de 2019, os montantes passaram a cair significativamente, atingindo o menor nível em 2022, quando os valores nacionais recuaram para cerca de R\$ 2,3 milhões e os estaduais para R\$ 1 milhão. Em 2023, observa-se uma recuperação parcial nos três níveis, com destaque para o plano nacional. Ainda assim, os valores permanecem abaixo dos patamares registrados entre 2018 e 2020 no Sul do país. A semelhança nas curvas da Região Sul e do Rio Grande do Sul reforça a concentração da política de financiamento agroecológico, cujos impactos se reproduzem de forma alinhada ao contexto político nacional (Fossá *et al.*, 2023).

Os resultados apresentados do número de contratos e do montante financiado evidenciam que tanto a Região Sul quanto o estado do Rio Grande do Sul não apenas se destacam em termos de participação no total de operações do Pronaf Agroecologia, mas concentram uma proporção ainda maior dos recursos financeiros. Para efeitos de comparação, enquanto a Região Sul respondeu por 36,7% dos contratos firmados entre 2015 e 2023, apropriou-se de 52,2% do valor total contratado. De modo semelhante, o Rio Grande do Sul foi responsável por 21,3% das operações e, ainda assim, concentrou 30,2% dos recursos do período. Nos termos de Schneider, Cazella e Mattei (2021), reforçando o cenário concentrador e excludente da execução do Pronaf.

Apesar das oscilações ao longo do período, a Região Sul manteve uma posição de destaque na destinação de recursos do Pronaf Agroecologia. Entre 2015 e 2023, a região concentrou R\$ 19.028.422,19, o que representa mais da metade do total nacional. Observa-se que, mesmo em anos de retração geral da política, como 2020 e 2021, a Região Sul continuou recebendo valores superiores à metade dos recursos contratados no país, alcançando, por exemplo, 85,6% do total nacional em 2021. O estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, respondeu sozinho por 44,02% do volume total financiado pela linha no país durante o ano de 2021, reafirmando o padrão histórico de concentração territorial do crédito rural no contexto estadual. Tal comportamento reforça a tendência já apontada por Pretto e Horn (2020), Búrigo *et al.* (2021), Dias *et al.* (2021), Wesz Junior (2021) e Valadares *et al.* (2025), segundo os quais os recursos do Pronaf, mesmo em modalidades específicas, tendem a se concentrar na Região Sul, devido a capacidade organizativa das cooperativas de crédito.

Ainda que a concentração observada revele o protagonismo da Região Sul na operacionalização da linha agroecológica, a queda registrada a partir de 2021 também afetou de forma significativa o território. Entre 2018 e 2022, o volume contratado caiu de aproximadamente R\$ 2,3 milhões para R\$ 1,4 milhão, evidenciando que nem mesmo os espaços mais articulados institucionalmente ficaram imunes ao processo de desestruturação da política agroecológica em nível federal (Policarpo *et al.*, 2023). A recuperação em 2023, embora represente uma inversão da tendência de queda, ainda não se aproxima dos valores registrados no auge do programa, o que reforça a fragilidade e a instabilidade na destinação de recursos à linha de financiamento voltada à agroecologia.

A discrepância entre o valor proporcional dos contratos e dos valores evidencia que, nos territórios analisados, os projetos financiados tendem a envolver maiores volumes por operação, o que pode indicar um perfil mais capitalizado de agricultores familiares (Brambilla e Michellon, 2019; Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021; Alves *et al.*, 2025). O padrão observado nos contratos e no montante sugere que o acesso ao Pronaf Agroecologia nessas localidades ocorre não apenas com maior frequência, mas também com maior intensidade financeira, o que segue a tendência do Pronaf, reproduzindo desigualdades estruturais na política de crédito rural (Monteiro *et al.*, 2023). A concentração de recursos em um número relativamente menor de contratos, com valores médios superiores à média nacional, reforça a seletividade do sistema e contribui para o aprofundamento das assimetrias territoriais no acesso ao financiamento agroecológico.

A relevância do padrão torna-se ainda mais evidente ao se observar o comportamento dos valores médios ao longo do tempo. A Tabela 9 apresenta a evolução do valor médio dos

contratos do Pronaf Agroecologia no Brasil, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2015 e 2023. Os dados permitem identificar as dinâmicas relativas ao porte financeiro das operações realizadas ao longo do tempo, bem como as diferenças estruturais entre os três níveis analisados.

Tabela 9 – Valor médio dos contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)

Ano	Valor Médio (R\$)		
	Brasil	Região Sul	Rio Grande do Sul
2015	25.709,70	36.893,04	40.040,19
2016	14.876,31	22.595,58	20.561,50
2017	20.265,53	27.875,40	31.904,92
2018	23.503,25	30.599,14	30.196,04
2019	24.799,24	40.683,23	42.256,36
2020	38.974,68	45.194,94	49.714,30
2021	44.413,82	58.383,43	56.341,78
2022	46.122,95	61.259,14	73.874,76
2023	39.504,33	63.035,57	67.300,32
Média Do Total	27.435,61	39.560,13	40.883,73
Evol (%) (2013-2023)	53,7	70,9	68,1

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Conforme os resultados apresentados, observa-se um crescimento expressivo no valor médio das operações em todos os territórios ao longo do período. O valor médio nacional aumentou 53,7%, passando de R\$ 25.709,70 em 2015 para R\$ 39.504,33 em 2023. No mesmo intervalo, a Região Sul registrou uma elevação de 70,9%, enquanto o Rio Grande do Sul apresentou uma variação de 68,1%.

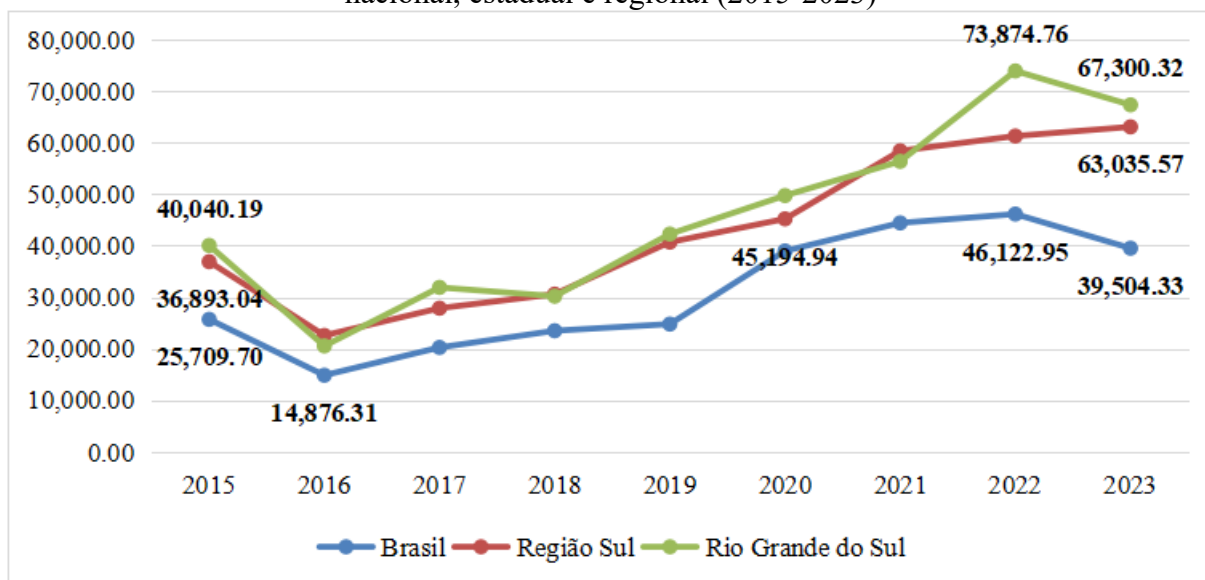
Além do crescimento percentual, destaca-se que tanto a região quanto o estado mantiveram valores médios superiores à média nacional em todos os anos analisados. Os resultados sugerem que os contratos firmados nos territórios analisados, além de mais frequentes, tendem a envolver propostas tecnicamente mais robustas ou unidades produtivas com maior capacidade de captação de recursos, o que contribui para reforçar o padrão de concentração qualitativa e quantitativa do crédito agroecológico.

A análise temporal indica ainda que o valor médio nacional sofreu uma queda acentuada entre 2015 e 2016, recuperando-se progressivamente nos anos seguintes até atingir o pico em 2022, com R\$ 46.122,95 por contrato. Já na Região Sul e no Rio Grande do Sul, apesar de também haver variações, o crescimento foi mais consistente, especialmente a partir de 2019, quando os valores médios passaram a superar com folga a média nacional.

Em 2022, o Rio Grande do Sul alcançou R\$ 73.874,76 por contrato, o valor mais alto de toda a série histórica entre os três recortes geográficos. O fato de os valores médios seguirem em elevação mesmo em contextos de redução no número total de contratos, como ocorreu entre 2019 e 2022, evidencia um redirecionamento da política para menos beneficiários, porém com maior volume de crédito por operação.

A tendência descrita acima pode ser melhor visualizada no Gráfico 15, que apresenta a evolução do valor médio dos contratos do Pronaf Agroecologia no Brasil, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2015 e 2023. A figura permite observar as diferenças nos patamares de financiamento médio entre os três níveis analisados, assim como as tendências de crescimento ou retração ao longo do tempo.

Gráfico 15 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf agroecologia em nível nacional, estadual e regional (2015-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Observa-se uma trajetória de crescimento generalizado no valor médio dos contratos, com destaque para os territórios da Região Sul. Tanto a Região Sul, quanto o estado gaúcho mantiveram valores sistematicamente superiores à média nacional durante todo o período analisado. A partir de 2019, a diferença torna-se mais acentuada, especialmente no Rio Grande do Sul, que atingiu o pico da série em 2022, com valores médios superiores a R\$ 70 mil por contrato. A curva nacional, embora também apresente elevação, permanece abaixo dos demais recortes, revelando uma discrepância estrutural entre os perfis de financiamento nas diferentes escalas geográficas.

A discrepância gráfica observada não se limita a uma diferença quantitativa, mas aponta para variações qualitativas na forma de acesso e utilização dos recursos. Em territórios com maior presença de cooperativas, suporte técnico contínuo e estrutura institucional consolidada, os valores médios por operação tendem a ser superiores (Baccarin e Oliveira, 2021). A configuração dos valores médios indica que o Pronaf Agroecologia tem favorecido segmentos da agricultura familiar com maior articulação socioprodutiva, o que revela um funcionamento seletivo da política. Os resultados da pesquisa reforçam, portanto, os limites estruturais da política pública de crédito em alcançar com equidade as diferentes regiões onde residem os agricultores familiares presentes nos diversos territórios brasileiros, mantendo a concentração no sul do país em detrimento de regiões como o Nordeste, que possui mais da metade dos agricultores familiares do país (Valadares, 2021; Aquino *et al.*, 2022).

Embora o aumento dos valores médios por contrato possa ser interpretado como um indicativo de qualificação no uso dos recursos, os dados também evidenciam um processo de exclusão progressiva de públicos historicamente mais vulnerabilizados. Nesse sentido, a Tabela 10 apresenta a distribuição dos contratos do Pronaf Agroecologia por unidade federativa do Brasil entre os anos de 2015 e 2023, revelando uma expressiva desigualdade regional no acesso à linha de crédito, com forte concentração em determinados estados e ausência completa ou participação mínima em diversos outros.

Tabela 10 – Contratos do Pronaf Agroecologia por União Federativa do Brasil (2015-2023)

Contratos										
UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total por UF
AL	0	2	36	26	0	0	0	0	0	64
AM	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
BA	0	0	4	0	3	0	2	4	7	20
CE	0	9	4	2	6	0	2	0	22	45
ES	6	23	15	14	2	3	7	2	4	76
GO	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
MA	0	0	1	1	0	0	3	0	22	27
MG	0	6	5	3	9	4	1	7	3	38
MS	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
PA	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
PB	16	46	77	108	103	29	8	13	34	434
PE	0	0	5	36	0	0	0	0	3	44
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
PR	3	6	6	11	7	10	7	7	7	64
RJ	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
RN	0	12	3	2	0	0	4	0	23	44
RO	0	0	0	7	1	2	0	0	0	10
RS	19	43	42	42	38	39	23	14	19	279
SC	8	18	22	23	19	22	11	1	13	137
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SP	1	2	1	2	2	1	0	0	3	12
Total por ano	53	167	224	279	191	113	68	48	167	1310

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

No período analisado, o estado da Paraíba destacou-se como o estado com o maior número de contratos firmados, totalizando 434 operações. O número de contratos da Paraíba pode ser explicado devido a ampla presença de organizações e redes territoriais engajadas na promoção de práticas sustentáveis, que atuam na formação, mobilização e assistência técnica a agricultores (as) experimentadores (as). A partir de 2010, a Emater-PB também passou a desempenhar papel estratégico ao vencer editais de ATER voltados à agroecologia, promovendo capacitações e assessoramento técnico em territórios como o Cariri e a Borborema. O ambiente institucional favorável e articulado contribuiu diretamente para ampliar o acesso ao crédito específico do Pronaf Agroecologia no estado (Alves *et al.*, 2022).

A Região Sul se destaca, apesar do baixo número de acessos, principalmente pelo Rio Grande do Sul, entretanto fica a atenção para Santa Catarina, que por sua vez, acumulou 137 contratos entre 2015 e 2023, reforçando o protagonismo da região sulista no acesso ao Pronaf Agroecologia. Outros estados com volume moderado de contratos incluem Espírito Santo, com 76 acessos, e Minas Gerais, com 38. Os números apresentados dos contratos, embora distantes dos maiores centros de concentração, demonstram alguma penetração da linha agroecológica em áreas com presença de organizações não governamentais e experiências locais de transição agroecológica. Ainda assim, observa-se que o Sudeste, como um todo, tem participação relativamente modesta, indo contra limitações na difusão da política mesmo em regiões com maior poderio econômico.

Por outro lado, grande parte dos estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, apresenta números bastante reduzidos ou sequer registra contratos no período. Em unidades federativas como Acre, Amapá, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Distrito Federal, não há registro de acessos à linha Pronaf Agroecologia entre 2015 e 2023, evidenciando a inexistência de políticas regionais articuladas que favoreçam a inserção da política pública. Estados como Amazonas, Alagoas, Maranhão e Piauí apresentaram registros pontuais, com baixíssima continuidade, sugerindo ações isoladas e pouco sustentadas no período.

A expressiva concentração de contratos do Pronaf Agroecologia reforça a desigualdade na distribuição territorial da política. A visualização permite identificar as descontinuidades e oscilações significativas ao longo do tempo. O caso da Paraíba, por exemplo, evidencia picos sucessivos em 2017, 2018 e 2019, o que não se repete com a mesma intensidade nos anos posteriores, embora o estado continue figurando entre os que mais acessam o crédito agroecológico.

O que permite observar padrões de instabilidade na maioria das unidades federativas, com anos pontuais de acesso seguidos por longos intervalos sem registros. A descontinuidade

pode ser interpretada como um reflexo da fragilidade das políticas de assistência técnica idealizadas pelo PNAPO e da ausência de continuidade nos arranjos institucionais que sustentam o acesso ao crédito, pois a assistência técnica é considerada uma das ferramentas mais importantes na promoção da Agroecologia (Guimarães, 2019; Pereira *et al.*, 2023).

A distribuição territorial dos contratos analisados reforça o diagnóstico de que o Pronaf Agroecologia não se efetiva de maneira igualitária entre os estados brasileiros. A presença de contratos em alguns poucos territórios, aliada à ausência ou fragilidade de acessos na maioria das unidades federativas, revela uma limitação da política e compromete seu potencial de indução de uma transição agroecológica em escala nacional. Com base no cenário descrito acima, a Tabela 11 apresenta o montante do Pronaf Agroecologia por unidade da federação do Brasil no período de 2015 a 2023. Ela reúne os valores financeiros contratados por estado ao longo dos anos, permitindo observar a distribuição territorial dos recursos destinados ao crédito agroecológico em cada localidade onde houve acesso.

Tabela 11 – Montante do Pronaf Agroecologia por União Federativa do Brasil (2015-2023)

Montante (R\$)										
UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total por UF
AL	-	7.617	365.585	790.029	-	-	-	-	-	1.163.231
AM	-	-	4.560	-	-	-	-	-	-	4.560
BA	-	-	96.890	-	21.113	-	42.213	61.456	320.951	542.623
CE	-	73.448	11.850	14.007	12.176	-	29.377	-	481.482	622.340
ES	153.662	435.320	1.046.265	618.899	104.486	211.728	234.064	181.204	330.672	3.316.300
GO	-	-	-	4.677	33.170	15.449	-	-	-	53.296
MA	-	-	-	68.571	-	-	6.606	-	644.311	719.488
MG	-	147.251	98.287	55.415	101.711	134.478	15.964	586.510	217.275	1.356.891
MS	-	-	-	-	-	48.102	-	-	-	48.102,00
PA	-	-	17.314	13.705	-	-	-	-	-	31.019
PB	61.525	290.001	669.238	1.828.478	1.725.322	630.620	54.262	114.139	900.922	6.274.507
PE	-	-	216.836	724.005	-	-	-	-	82.870	1.023.711
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	289.669	289.669
PR	165.922	101.071	144.720	381.400	161.779	437.518	457.835	320.218	449.171	2.619.634
RJ	-	-	12.800	-	-	-	-	-	-	12.800
RN	-	21.366	30.426	13.388	-	-	38.339	-	532.459	635.978
RO	-	-	-	42.657	44.597	127.379	-	-	-	214.633
RS	760.764	884.144	1.340.007	1.268.234	1.605.742	1.938.858	1.295.861	1.034.247	1.278.706	11.406.563
SC	143.213	506.093	466.551	675.901	836.207	832.465	756.791	54.496	730.510	5.002.227
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	81.005	81.005
SP	77.530	18.033	18.150	58.042	65.553	27.543	-	-	257.221	522.072
Total por ano	1.362.616	2.484.344	4.539.479	6.557.408	4.711.856	4.404.140	2.931.312	2.352.270	6.597.224	35.940.649

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A distribuição do montante do subprograma reforça os entraves estruturais no acesso a políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil, principalmente sobre a desigualdade regional existente no programa. Embora o Pronaf Agroecologia tenha sido instituído para fomentar sistemas produtivos sustentáveis por meio do crédito rural, os valores financiados demonstram que seu alcance ainda é limitado e concentrado em poucos estados.

O estado gaúcho é o principal destaque, com acesso sistemático e contínuo ao crédito em todos os anos do período analisado, totalizando montantes superiores a um milhão de reais em diversos anos. Ainda que os valores não sejam expressivos quando comparados aos recursos movimentados pelo Pronaf em sua totalidade, o Rio Grande do Sul se mantém como principal beneficiário da linha agroecológica. A Paraíba, embora seja o estado que mais acessou o subprograma em número de contratos, obteve praticamente metade dos recursos destinados ao Rio Grande do Sul. Ainda assim, apresenta posição de destaque, especialmente entre 2017 e 2019, com valores anuais superiores a um milhão e setecentos mil reais, somando, nesse período, alguns dos maiores aportes do país.

No mesmo sentido, Santa Catarina também se destaca pelo acesso consistente aos recursos, com montantes expressivos e regularidade anual. O estado, que possui forte tradição no cooperativismo e uma agricultura marcada pela diversidade produtiva, apresentou em 2023 um montante superior a setecentos mil reais, mesmo após uma queda acentuada em 2022. No entanto, a quantidade de contratos também sofreu redução no período recente, evidenciando uma tendência semelhante à observada no Rio Grande do Sul: a concentração dos valores em um número cada vez menor de operações.

Em contraste, observa-se que diversos estados das regiões Norte e Centro-Oeste, como Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, apresentaram acessos nulos ou pontuais ao longo do período analisado. De modo geral, os estados da região Norte permanecem com participação irrelevante nos financiamentos da linha agroecológica. Além disso, verifica-se uma instabilidade no acesso aos recursos entre os anos, com vários estados exibindo comportamento oscilante ou, em alguns casos, ausência total de contratos em determinados períodos.

O padrão na distribuição do crédito evidencia que não há uma linearidade ou tendência contínua de crescimento no volume total dos financiamentos em âmbito nacional. Em muitos estados, os picos de financiamento ocorrem de forma pontual e episódica, alternando anos com valores mais expressivos e outros com repasses irrisórios. Essa irregularidade é perceptível, por exemplo, nos casos de Minas Gerais e Maranhão, que apresentam barras

significativamente elevadas em determinados anos, mas não mantêm regularidade no acesso ao longo da série histórica.

Ainda que os contratos e os recursos sejam baixos no total do período, observa-se a leve emergência de novas unidades federativas no cenário recente, com destaque para Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte, que, embora com histórico limitado de participação, passam a figurar com valores mais expressivos em 2022 e 2023. Essa realidade pode indicar esforços de descentralização ou o início de processos de mobilização local para o uso do subprograma.

Há de se destacar a presença de diversos estados com barras inexistentes ou quase imperceptíveis ao longo de todo o período — como Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Goiás — o que ilustra a dificuldade de inserção de parte significativa do território brasileiro na política de fomento à agroecologia via crédito rural. A invisibilidade reforça a necessidade de articulação mais efetiva entre as esferas governamentais e as organizações da sociedade civil para garantir equidade territorial na implementação do Pronaf Agroecologia.

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre os rumos assumidos por essa linha de crédito no cenário nacional, torna-se pertinente examinar, além da distribuição regional, as finalidades específicas às quais os recursos têm sido destinados. Para tanto, apresenta-se a seguir a sistematização das finalidades financiadas no período, descritas na Tabela 12. A categorização adotada visa organizar os contratos segundo o tipo de aplicação dos recursos, possibilitando a identificação dos focos predominantes de investimento da linha.

Tabela 12 – Finalidades acessadas do Pronaf Agroecologia em nível nacional (2015-2023)

Categoria	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Infraestrutura da unidade de produção	17	56	99	89	88	60	32	33	82	556
Pecuária e Criações	8	20	39	50	29	16	1	10	50	223
Máquinas e Equipamentos	10	35	31	49	24	13	4	1	5	172
Fruticultura	2	31	19	41	20	17	21	4	13	168
Serviços e Capital	7	18	25	26	19	2	1	0	1	99
Veículos	9	7	11	24	10	3	1	0	1	66
Escolas Rurais	-	-	-	-	-	2	6	3	15	26
Total	53	167	224	279	190	113	66	51	167	1310

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Dentre os resultados, constata-se que a categoria "Infraestrutura da unidade de produção" foi a mais recorrente entre as finalidades financiadas, com um total de 556 contratos no período analisado, correspondendo a aproximadamente 42% das operações registradas. Um dos possíveis motivos para essa expressiva presença é o fato de essa categoria

abranger uma ampla variedade de finalidades. Contudo, esse dado revela que o crédito agroecológico tem sido majoritariamente orientado a investimentos físicos e estruturais nas unidades produtivas, como sistemas de cercamento, galpões, composteiras e estufas, considerando a importância da ampliação da infraestrutura produtiva para a viabilidade da prática agroecológica — uma das razões pela qual o crédito costuma ser tomado (Scheuer *et al.*, 2017; Fontoura *et al.*, 2024).

Em seguida, observam-se as categorias "Pecuária e Criações", com 223 contratos, e "Fruticultura", com 168 registros, que configuram os demais eixos relevantes de destinação dos recursos. Por outro lado, finalidades relacionadas a "Serviços e Capital", "Veículos" e, especialmente, "Escolas Rurais" mantiveram representatividade bastante reduzida ao longo da série histórica.

No caso da categoria "Escolas Rurais", trata-se de uma finalidade que não se enquadrou em nenhuma das demais classificações adotadas, em razão de seu caráter singular. Esta categoria passou a ser registrada apenas a partir de 2020, com um total de 26 contratos até 2023, sinalizando uma frágil articulação entre o financiamento agroecológico e as dimensões sociais e educacionais dos territórios rurais. A criação de escolas no campo pode ser imprescindível para o resgate dos saberes tradicionais das comunidades rurais, visando combater as degradações ambientais causadas pelo sistema produtivo intensificado (Santos; Sousa; Ferreira, 2021).

Quanto à categoria "Máquinas e Equipamentos", verificou-se uma predominância expressiva de acessos na Região Sul do país, a qual concentrou os maiores volumes de recursos contratados pelo Pronaf e pelo Pronaf Agroecologia no período do presente estudo. Com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada o perfil dessas aplicações na região que mais acessa a linha, a Tabela 13 apresenta a distribuição das finalidades categorizadas no contexto sulista.

Tabela 13 – Finalidades do Pronaf Agroecologia em nível regional (2015-2023)

Categoria	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Infraestrutura da unidade de produção	8	21	31	28	21	39	22	18	28	216
Máquinas e Equipamentos	10	24	23	31	22	11	3	2	1	127
Fruticultura	2	14	8	10	10	16	16	3	8	87
Veículos	4	2	3	4	8	2	1	-	-	24
Pecuária e Criações	1	1	3	3	2	3	1	-	2	16
Serviços e Capital	4	4	2	-	1	-	-	-	-	11
Escolas Rurais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	29	66	70	76	64	71	43	23	39	481

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Dentre os resultados, assim como no contexto nacional, a finalidade com maior número de contratos foi "Infraestrutura da unidade de produção", com um total de 216 registros no período, representando aproximadamente 45% do total regional. Esse dado corrobora a tendência nacional de priorização de investimentos em estruturas físicas básicas nas unidades produtivas. A concentração nessa categoria indica que os recursos da linha agroecológica têm sido utilizados, predominantemente, para assegurar condições materiais mínimas à viabilidade técnica da produção familiar com enfoque agroecológico. Tal orientação, ainda que de maneira incipiente, pode estar relacionada aos direcionamentos da política instituída pelo primeiro Planapo, que destacava a implantação de infraestruturas produtivas como elemento central para o fortalecimento e a ampliação da produção agroecológica (CIAPO, 2013; França; Marques; Del Grossi, 2016; Aquino; Gazolla; Schneider, 2021).

A segunda categoria mais expressiva foi "Máquinas e Equipamentos", com 127 contratos registrados, concentrando cerca de 26% do total da região. A significativa presença dessa finalidade no Sul indica a priorização de tecnologias mecânicas e de modernização produtiva, o que pode ser interpretado tanto como um esforço de aprimoramento técnico quanto como indício de uma orientação voltada a formas de produção mais capitalizadas, ainda que sob o selo agroecológico. Esse comportamento tende a beneficiar agricultores familiares com maior capacidade de investimento e inserção nos circuitos formais de crédito.

Em seguida, "Fruticultura" aparece com 87 contratos, equivalendo a aproximadamente 18% do total. Sua presença ainda é proporcionalmente inferior às categorias com enfoque estrutural e mecanizado, o que sugere limites na expansão de culturas mais alinhadas à diversidade e ao consumo local. As demais categorias — "Veículos", "Pecuária e Criações" e "Serviços e Capital" — apresentaram participação residual. "Veículos" contou com apenas 24 contratos, enquanto "Pecuária e Criações" registrou 16 contratos e "Serviços e Capital" teve somente 11 contratos ao longo de nove anos.

É importante destacar que não houve registro de contratos para a categoria "Escolas Rurais" na Região Sul durante o período analisado, o que evidencia a ausência de investimentos do programa voltados à dimensão educativa e social da agroecologia no território. No Sul do país, o estado do Rio Grande do Sul concentra a maior parte dos acessos do Pronaf Agroecologia no período estudado, com o intuito de destripar esses dados, a Tabela 14 demonstra os acessos das finalidades do estado gaúcho.

Tabela 14 – Finalidades do Pronaf Agroecologia em nível estadual (2015-2023)

Categorias	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Infraestrutura da unidade de produção	4	13	19	15	14	18	7	12	14	116
Máquinas e Equipamentos	7	13	16	17	10	9	2	1	-	75
Fruticultura	2	11	3	8	9	9	13	1	5	61
Veículos	2	-	2	2	3	-	1	-	-	10
Serviços e Capital	3	4	2	-	-	-	-	-	-	9
Pecuária e Criações	1	2	-	-	2	3	-	-	-	8
Escolas Rurais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	19	43	42	42	38	39	23	14	19	279

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Seguindo as tendências do país e da região, a categoria "Infraestrutura da unidade de produção" aparece novamente como a principal finalidade financiada no estado, com 116 contratos, representando 41,5% do total estadual. Assim como na Região Sul, a segunda categoria mais acessada foi "Máquinas e Equipamentos", com 75 contratos (26,9%), refletindo a orientação técnica da linha em direção à mecanização e à modernização das unidades produtivas. Tal direcionamento também pode ser interpretado como uma estratégia necessária para que o agricultor familiar permaneça inserido no processo produtivo e não seja excluído, visto que as máquinas e equipamentos são importantes para otimizar o trabalho em sistemas biodiversos baseados na agroecologia (Silva Neto, 2014; Padovan *et al.*, 2024).

Na sequência, observa-se a categoria "Fruticultura", com 61 contratos (21,9%), o que indica certa abertura para sistemas produtivos mais compatíveis com os princípios da agroecologia. Dentro dessa categoria, uma das finalidades mais recorrentes foi o cultivo de uva, cuja presença expressiva no estado pode ser atribuída à herança cultural italiana, que historicamente vinculou a produção de uvas e vinhos ao modo de vida da agricultura familiar (Salvagni; Johansson; Cunha, 2021). Não por acaso, o Rio Grande do Sul é responsável por aproximadamente 90% da produção de vinho do país, atividade diretamente relacionada ao cultivo da uva (Mello e Machado, 2020).

Em contraste com essas três categorias mais expressivas, as demais apresentaram níveis reduzidos de contratação. "Veículos" somou apenas 10 contratos, enquanto "Serviços e Capital" contabilizou 9, e "Pecuária e Criações", apenas 8 contratos em todo o período. Não houve qualquer registro de financiamento para "Escolas Rurais" no estado, repetindo o padrão observado em âmbito regional. A baixa expressividade é evidente no caso da categoria "Pecuária e Criações". Destaca-se o número limitado de contratos destinados a essa finalidade no âmbito do Pronaf Agroecologia no estado do Rio Grande do Sul durante o período

analisado. Embora a pecuária extensiva constitua a principal estratégia produtiva do Bioma Pampa há mais de três séculos, tal predominância pode estar relacionada justamente à sua incompatibilidade com os sistemas alternativos de produção, uma vez que se trata de um modelo produtivo tradicional, oposto à lógica agroecológica (Moreira; Matte; Conterato, 2023).

Portanto, ainda que o Rio Grande do Sul concentre parte considerável dos contratos e dos valores do Pronaf Agroecologia, o perfil das finalidades financiadas permanece centrado na estrutura das unidades produtivas, na aquisição de máquinas e na incorporação de tecnologias. Mesmo que de forma mais pontual, observa-se que o Pronaf Agroecologia reproduz padrões do Pronaf convencional ao direcionar o financiamento para a aquisição de tecnologias voltadas à produção (Vieira; Visentini; Lenz, 2021).

Essa configuração, marcada pela ênfase em aspectos produtivos e estruturais, contrasta com a realidade de municípios como Santana do Livramento, onde, mesmo com o predomínio de grandes propriedades voltadas à pecuária extensiva e ao cultivo de *commodities* como soja e arroz, a produção agroecológica se faz presente por meio de experiências desenvolvidas por agricultores familiares comprometidos com a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e a valorização dos saberes locais (Troian e Breitenbach, 2018; Maciel; Troian; Viana, 2024). Como parte desse cenário, destacam-se também instituições que atuam no município com foco na agroecologia, seja por meio da assistência técnica, da extensão rural ou do apoio à comercialização no território (Castro *et al.*, 2024).

Entre as instituições atuantes no município, destacam-se a Emater, responsável pela assistência técnica e extensão rural; o Organismo de Controle Social (OCS), que viabiliza a certificação agroecológica; além dos órgãos ligados à organização das feiras livres, como a Associação Santanense de Produtores Hortifrutigranjeiros (ASPH) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que articulam a participação de agricultores familiares na comercialização por meio de cadeias curtas (Becker; Neske; Guimarães, 2015; Troian; Aguirre; Oliveira, 2023).

A atuação dessas instituições reflete nos dados desta pesquisa, na qual três agricultores foram identificados como certificados na produção agroecológica, sendo os únicos com esse reconhecimento no município — o que evidencia o elevado nível de exigência para a validação dessa prática nas unidades produtivas. A certificação é realizada por meio do Organismo de Controle Social, que opera com base na responsabilidade compartilhada, envolvendo visitas anuais conduzidas por técnicos, consumidores e pelos próprios agricultores (Becker *et al.*, 2021). A OCS constitui o principal mecanismo de reconhecimento

e legalidade da produção agroecológica, sendo responsável por estabelecer uma relação de confiança entre produtores e consumidores no território (Maciel; Troian; Breitenbach, 2023).

O município conta com uma rede de consumidores de alimentos orgânicos, feiras livres ativas e agricultores sensibilizados com as questões ambientais. Esses atores sociais tendem a buscar alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e adubos químicos, seja por preocupações com a saúde ou por motivos relacionados às mudanças climáticas (Terra e Da Costa, 2017; Alves *et al.*, 2018). No entanto, apesar da presença da agroecologia no território, o crédito específico destinado à sua promoção — o Pronaf Agroecologia — permanece ausente em Santana do Livramento.

Portanto, no próximo capítulo, a partir dos relatos de agricultores agroecológicos e de agentes de desenvolvimento vinculados a diferentes instituições do município, serão abordadas questões relacionadas ao crédito, à produção e à comercialização no contexto da agroecologia. Com base nas narrativas dos atores envolvidos com a causa agroecológica em Santana do Livramento, busca-se compreender os fatores que explicam a ausência de acesso ao crédito específico para a produção agroecológica, bem como refletir sobre a importância dessa linha de financiamento para o fortalecimento da agroecologia no território.

5 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O ACESSO AO PRONAF EM SANTANA DO LIVRAMENTO: PERCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo apresenta a análise qualitativa da pesquisa que versa sobre o acesso ao Pronaf Agroecologia e a produção agroecológica no município de Santana do Livramento, a partir das percepções de agricultores familiares e agentes de desenvolvimento com atuação no território. A abordagem qualitativa possibilita compreender aspectos subjetivos, institucionais e territoriais que influenciam a efetivação da política pública e a dinâmica da produção agroecológica no Bioma Pampa.

Os resultados estão organizados em duas seções. A primeira apresenta os dados obtidos por meio das entrevistas com os agricultores familiares agroecológicos do município, abordando suas vivências, práticas produtivas, dificuldades e estratégias relacionadas ao acesso ao crédito e à transição agroecológica. A segunda seção expõe os resultados das entrevistas com os agentes de desenvolvimento local, buscando compreender suas interpretações sobre a operacionalização do Pronaf, os desafios enfrentados pelos agricultores e o papel das instituições no fomento à agroecologia. Embora a seção 4.3 tenha evidenciado a ausência de contratos da linha Pronaf Agroecologia em Santana do Livramento, o capítulo atual revela, por meio dos relatos dos entrevistados, a existência de práticas agroecológicas e de agricultores familiares engajados nesse modelo produtivo.

5.1 A produção agroecológica e o acesso ao Pronaf: caracterização e percepção dos agricultores familiares agroecológicos de Santana do Livramento/RS

A presente seção caracteriza os agricultores familiares agroecológicos participantes da pesquisa, abordando as características sociais, origens, vínculos com a agroecologia, bem como os cultivos produzidos e comercializados. Em seguida, são analisadas suas percepções acerca das práticas produtivas adotadas e dos desafios enfrentados para a consolidação da agroecologia como um modelo sustentável de produção.

O Quadro 9, apresentado a seguir, tem como intuito caracterizar os agricultores familiares agroecológicos entrevistados no município de Santana do Livramento/RS. São informações sociodemográficas como sexo, número de moradores na unidade de produção, nível de escolaridade, tempo de residência na unidade e município de origem, permitindo compreender o contexto de vida e trabalho dos sujeitos que compõem o estudo.

Quadro 9 – Caracterização dos agricultores familiares agroecológicos envolvidos na pesquisa

Entrevistado	Sexo do entrevistado	Nº de membros na família	Escolaridade do entrevistado	Tempo na unidade de produção (anos)	Município de Origem
AF01	Feminino	3	Fundamental completo	18	Palmeira das Missões
AF02	Masculino	10	Fundamental completo	19	Três Passos
AF03	Masculino	4	Superior completo	1	Santana do Livramento
AF04	Masculino	2	Fundamental completo	27	São Vicente do Sul
AF05	Feminino	9	Especialização	26	Santa Rosa
AF06	Feminino	2	Especialização	30	Santana do Livramento

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa de campo.

Os participantes da pesquisa evidenciam a diversidade de trajetórias e perfis presentes entre os agricultores familiares agroecológicos do município. Observa-se um equilíbrio quanto a questão de gênero, com três mulheres e três homens entre os entrevistados, o que evidencia a participação ativa das mulheres na produção agroecológica, contrariando a invisibilização frequentemente imposta às trabalhadoras do campo (Santos e Aragão, 2023). Em relação à composição das unidades de produção, nota-se uma variação expressiva: enquanto alguns núcleos familiares são reduzidos, com dois a quatro integrantes (AF03, AF04 e AF06), outros contam com famílias maiores, como nos casos de AF02 e AF05, que relataram envolver cerca de dez e nove pessoas, respectivamente.

A escolaridade também se mostra heterogênea, indo do ensino fundamental completo à pós-graduação, sendo que duas entrevistadas (AF05 e AF06) possuem formação em nível de especialização. Os resultados apontam para a presença de diferentes níveis de escolaridade no campo, o que de certa forma contraria o que dizem as pesquisas sobre o baixo nível educacional no campo (Santos, 2021).

Quanto ao tempo de permanência na unidade de produção, predominam longos vínculos territoriais: quatro dos seis entrevistados residem há mais de 18 anos em suas unidades de produção, o que reforça o caráter de pertencimento e identidade cultural da agricultura familiar (Lima, 2021). Por fim, destaca-se que apenas dois entrevistados são naturais do próprio município de Santana do Livramento, o que evidencia a presença significativa de migrantes oriundos de outras regiões do Rio Grande do Sul – como Palmeira das Missões, Três Passos, São Vicente do Sul e Santa Rosa – contribuindo para a heterogeneidade cultural e produtiva do território agroecológico local. Os agricultores AF01 e

AF02 chegaram ao município por meio da política de reforma agrária, sendo assentados em áreas destinadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para aprofundar a compreensão do vínculo dos agricultores familiares do município com a agroecologia, o Quadro 10, apresentado a seguir, traz informações sobre o tempo de envolvimento com práticas agroecológicas, o *status* de certificação e as motivações que sustentam a adoção desse modelo produtivo. Os dados complementam a caracterização dos entrevistados e permitem compreender além do perfil técnico, como as dimensões simbólicas, políticas e culturais que orientam sua trajetória no campo da agroecologia.

Quadro 10 – Vínculo dos agricultores familiares com a agroecologia

Entrevistado	Identificação	Tempo produzindo agroecológicos (Anos)	Motivação para a produção agroecológica
AF01	Não certificada; assentada	2	Meio ambiente; saúde pessoal e da família
AF02	Não Certificado; Assentado	2	Meio ambiente; saúde pessoal e da família; prática tradicional familiar
AF03	Certificado	8	Saúde pessoal e da família; Influência da área de formação universitária
AF04	Certificado	27	Convicção pessoal e prática tradicional familiar
AF05	Não certificada	3	Meio ambiente; Agroecologia como terapia
AF06	Certificada	18	Valorização do campo; Meio ambiente; Prática tradicional familiar

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa de campo.

Três agricultores possuem certificação agroecológica pela OCS (AF03, AF04 e AF06), enquanto os demais operam em sistemas não certificados, embora adotem práticas consideradas agroecológicas. A certificação via Organismo de Controle Social (OCS), adotada pelos agricultores de Santana do Livramento, é considerada uma das formas mais acessíveis de reconhecimento, porém sua validade é restrita à venda direta, não autorizando o uso do selo oficial de produto orgânico nas embalagens (Costa; Santos; Rodrigues, 2024). A Imagem 2 apresenta o selo de certificação orgânica obtido pelo agricultor AF04 por meio do Organismo de Controle Social (OCS). Como possui uma agroindústria certificada, ele está autorizado a comercializar seus produtos orgânicos em qualquer estabelecimento, ampliando seu acesso a diferentes mercados.

Imagem 2 – Cultivos e certificação de agricultor familiar agroecológico



Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao tempo de envolvimento com a agroecologia, há uma ampla variação: de dois a vinte e sete anos. O caso de AF04 é emblemático, com quase três décadas de produção agroecológica, revelando um comprometimento de longa data com a prática, ancorado em convicções pessoais e em uma tradição familiar de não uso de insumos químicos. Por outro lado, agricultores como AF01 e AF02 estão em fase mais recente de transição agroecológica, ambos com dois anos de experiência, devido ao processo de busca por alternativas sustentáveis diante dos limites do modelo convencional.

As motivações declaradas reforçam que a adesão à agroecologia transcende a dimensão comercial, estando fortemente associada a valores éticos, ambientais e afetivos.

Questões como saúde pessoal e da família, valorização do campo, herança familiar e até mesmo a agroecologia como forma de terapia (caso de AF05) revelam a complexidade subjetiva que sustenta essa escolha. Tais resultados estão em consonância com estudos que destacam a agroecologia como forma de vida, que vão além do modo de produção alternativo (Diedrich; Biondo; Bulhões, 2021).

Visando aprofundar o entendimento sobre a produção agroecológica, o Quadro 11 apresenta os principais cultivos desenvolvidos pelos agricultores familiares agroecológicos entrevistados, bem como a finalidade produtiva atribuída a cada um: se voltados ao consumo próprio, à comercialização ou a ambos. Esta sistematização permite compreender as estratégias produtivas adotadas em cada unidade familiar, revelando os níveis de diversificação das atividades, o papel da produção para autoconsumo e a inserção dos agricultores nos circuitos curtos de comercialização, como feiras e programas institucionais.

Quadro 11 – Cultivos e finalidades produtivas dos agricultores familiares agroecológicos envolvidos na pesquisa

Agricultor	Principais cultivos	Consumo e comercialização
AF01	Milho verde, cabotiá, batata doce, mandioca, tempero verde, alface, repolho, espinafre, couve, tomate cereja, melancia	Comercializa o excedente do que não consome; Comercializa via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Feira da Agricultura Familiar
AF02	Porco, galinha, boi, ovelha, suco de cana, frutas (pêssego, laranja, bergamota, limão, butiá, banana, melancia), abóbora, batata doce, cabotiá, milho, hortaliças (tempero verde, alface, rúcula, couve, repolho, cenoura, beterraba)	Comercializa o excedente do que não consome; Comercializa via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Feira da Agricultura Familiar
AF03	Alface, tempero, repolho, rúcula, milho, mandioca, batata doce, abóbora, cenoura, beterraba, tomate, pimentão, pepino, melão, melancia, frutas (pêssego, laranja, bergamota, abacate)	Toda a produção é voltada à comercialização; Comercializa via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
AF04	Mandioca, feijão miúdo, citrus (laranja, bergamota, limão), frutas diversas (uvaia, jabuticaba, cáqui, nozes, araticum, etc.)	Foco na comercialização de citrus, mandioca e feijão; Comercializa via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Feira do Agricultor Familiar, Mercados, armazéns, feiras e açougues.
AF05	Mandioca, espinafre, brócolis, alface (diversas variedades), repolho, beterraba, tempero verde (em retomada), morango (perdido por doença)	Comercializa o excedente do que não consome; Comercializa via Feira da Agricultura Familiar
AF06	Alface, rúcula, mostarda, couve, espinafre, tempero, aromáticas, beterraba, rabanete, tomate cereja, abóbora cabotiá, pepino (sazonal)	Toda a produção é voltada à comercialização; Comercializa via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa de campo.

A análise dos dados evidencia a diversidade produtiva entre os entrevistados, com destaque para cultivos de hortaliças, frutas, raízes e criação de pequenos animais, confirmando a policultura como uma característica estruturante da produção agroecológica (Santos *et al.*, 2023). Dos seis agricultores, três afirmam comercializar praticamente toda a produção (AF03, AF04 e AF06), enquanto os demais priorizam o consumo familiar, destinando à venda apenas os excedentes, em especial por meio dos programas de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os mercados institucionais desempenham um papel estratégico no fortalecimento da agroecologia, ao assegurarem escoamento estável da produção e promoverem a adoção de práticas cooperativas e sustentáveis entre os agricultores familiares (Christoffoli *et al.*, 2021). A Imagem 3 ilustra a dinâmica proporcionada pelos mercados institucionais aos agricultores familiares. Entre os elementos destacados, estão as encomendas realizadas por meio do PNAE, destinadas ao abastecimento das escolas na semana subsequente.

Imagem 3 – Alimentos destinados para as escolas e cultivos de agricultor familiar assentado



Fonte: Pesquisa de campo.

A distinção nas finalidades também se relaciona com os perfis e trajetórias dos entrevistados. Os agricultores que vivem exclusivamente da produção (como AF03 e AF06) direcionam suas estratégias para a venda contínua em feiras, escolas e comércio local, enquanto outros, como AF01 e AF02, mantêm a produção articulada ao autoconsumo, prática historicamente central para a segurança alimentar das famílias do campo (Grigol *et al.*, 2022). Os dados também mostram que a escolha pelo que é comercializado está condicionada tanto à sazonalidade quanto às exigências dos mercados institucionais, que operam com listas pré-definidas de alimentos aceitos.

A combinação entre autoconsumo e inserção parcial ou integral em mercados reflete a flexibilidade dos sistemas produtivos agroecológicos. Além disso, confirma que, mesmo com dificuldades estruturais, os agricultores agroecológicos constroem modelos produtivos sustentáveis e adaptados às realidades locais. Para melhor compreensão dos aspectos que envolvem a produção agroecológica no município, a partir da análise dos discursos dos entrevistados, foi possível identificar sete categorias analíticas, que evidenciam a diversidade de experiências, estratégias e obstáculos vivenciados pelos trabalhadores rurais no que diz respeito a produtividade, assistência técnica, incertezas climáticas, comercialização, valorização da agroecologia e certificação agroecológica.

Portanto, as categorias analíticas são: a) Assistência técnica para a produção agroecológica; b) Exigências físicas e tecnológicas da produção agroecológica; c) Circuitos curtos de comercialização e fortalecimento da agroecologia; d) Condições climáticas e conflito com cultivos convencionais; e) Saúde, soberania alimentar e valorização social da agroecologia; f) Importância da certificação agroecológica; g) Entraves na transição agroecológica. O Quadro 12 sistematiza as categorias analíticas emergentes das entrevistas com os agricultores familiares agroecológicos, expressando suas percepções sobre as práticas produtivas, os desafios enfrentados e o acesso às políticas públicas, especialmente ao crédito rural. Cada categoria está acompanhada do número de representantes, dos perfis envolvidos, de uma fala representativa retirada das entrevistas e das referências teóricas que dialogam com as categorias.

Quadro 12 – Categorias analíticas das percepções produtivas e comerciais dos agricultores familiares agroecológicos

Categoria	Número de representantes	Perfis representados	Discurso representativo	Referência teórica
Assistência técnica para a produção agroecológica	6	Certificados (3); Assentados (2); Agricultora Familiar (1)	“A engenheira agrônoma está dando assistência pelo SENAR. [...] só uso biológico.” (AF05)	Castro e Pereira (2017); Gurgel, Nunes e Silva (2022)
Exigências físicas e tecnológicas da produção agroecológica	6	Certificados (3); Assentados (2); Agricultora Familiar (1)	“As nossas ferramentas eram uma enxada, uma pá [...] sonho é comprar um trator [...]” (AF03)	Padovan (2022); Pereira <i>et al.</i> (2024); Abramovay (1992); Bolfe, Jorge e Sanches (2022); Araujo e Clementino (2024)
Circuitos curtos de comercialização e fortalecimento da agroecologia	5	Certificados (3); Assentados (2)	“[...] vamos entrar em combinação: cada um fica um dia [...] comercializo pra prefeitura, colégios, açougues [...]” (AF04)	Camargo, Baccarin e Silva (2016); Pedroso e Antqueira (2025); Troian, Aguirre e Oliveira (2023)
Condições climáticas e conflito com cultivos convencionais	4	Assentados (2); Certificados (1); Agricultora Familiar (1)	“[...] passaram veneno lá perto [...] as alface tostou tudo [...] couve queimou tudo [...]” (AF01)	Nicholls <i>et al.</i> (2015); Cintrão <i>et al.</i> (2024)
Saúde, soberania alimentar e valorização social da agroecologia	3	Assentados (2); Agricultora Familiar (1)	“Primeiro lugar é o nosso consumo [...] quem prova, gosta [...] nosso negócio é saúde.” (AF02)	Caporal (2009); Ferreira-Bellé (2021); Meirelles (2004); Rocha <i>et al.</i> (2025); Thies, Grisa e Gazolla (2023)
Importância da certificação agroecológica	3	Certificados (3)	“[...] com o certificado da OCS [...] se não for orgânico, perde o selo.” (AF03)	Lima <i>et al.</i> (2024)
Entraves na transição agroecológica	2	Assentados (2)	“[...] indo para o lado do orgânico [...] tem que fazer quebra-vento [...]” (AF01)	Borsatto <i>et al.</i> (2019); Altieri e Nicholls (2021)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa de campo.

A categoria **assistência técnica para a produção agroecológica** é representada por seis entrevistados. Os relatos convergem ao reconhecer o papel estratégico da assistência técnica no apoio à agricultura familiar agroecológica. Os agricultores relatam que, mesmo com dificuldades operacionais e institucionais, os profissionais técnicos têm contribuído com orientações relevantes, especialmente na adoção de práticas sustentáveis e no uso de insumos biológicos. A declaração da agricultora expressa sua percepção: *“Eu não utilizo um veneno, nenhum tipo de veneno, não utilizo o adubo químico. A engenheira agrônoma está dando assistência pelo SENAR. Ela só receita produtos biológicos, eu só uso biológico. Então tem essa assistência externa”* (AF05, agricultora familiar).

A declaração evidencia a relevância do apoio técnico especializado como ferramenta de fortalecimento das práticas agroecológicas. A difusão de conhecimentos adequados ao contexto produtivo da agricultura familiar pode contribuir para a superação de práticas convencionais e estimular a transição agroecológica. Como destacam Castro e Pereira (2017) e Gurgel, Nunes e Silva (2022), a assistência técnica promove a articulação entre os saberes locais e os conhecimentos científicos, sendo fundamental para a consolidação da produção agroecológica e o fortalecimento da autonomia dos agricultores.

Nesse mesmo cenário de ferramentas de apoio para o avanço da agroecologia, emerge a categoria **exigências físicas e tecnológicas da produção agroecológica**, representada por seis entrevistados. Expressando os desafios físicos e operacionais enfrentados pelos agricultores na condução da produção agroecológica, bem como a importância do maquinário adaptado à realidade da agricultura familiar. O manejo agroecológico exige grande esforço físico, sobretudo em razão da predominância de processos manuais e da não utilização de insumos químicos. Nesse contexto, os agricultores destacam a importância de tecnologias apropriadas para aliviar a carga de trabalho e melhorar a eficiência produtiva. A fala abaixo sintetiza essa realidade:

As nossas ferramentas eram uma enxada, uma pá pra fazer a horta e fazer tudo, aí tu calcula o trabalho... nossos canteiros eram 30 metros de comprimento [...] Claro, sonho é comprar um trator, mas antes do sonho tem outras coisas, menores mas que são prioridades [...] sombrite, telar a lavoura, irrigação, tudo facilita. [...] O trator tem o retorno, ele ‘se paga’. [...] Utilizaríamos o crédito para esses fins aí, irrigação, sombrite, estufas, isso tudo a gente tem que comprar... e maquinário [...] (AF03, agricultor familiar certificado).

A declaração expressa o esforço necessário para manter a produção orgânica desde o início da atividade, ressaltando a limitação de recursos e o predomínio do trabalho manual. Ao mesmo tempo, evidencia a mecanização como alternativa estratégica para mitigar o

desgaste físico imposto pelas práticas agroecológicas. Como destacam Padovan (2022) e Pereira *et al.* (2024), o trabalho na agroecologia demanda maior dedicação de tempo e esforço físico, exigindo reconhecimento e suporte específico. Nesse sentido, Abramovay (1992) argumenta que a agricultura familiar pode incorporar inovações tecnológicas sem descaracterizar sua lógica produtiva. Pois a introdução de equipamentos adaptados à escala familiar contribui para ampliar a produtividade e melhorar as condições de vida da família no campo (Bolfe; Jorge; Sanches, 2022; Araujo e Clementino, 2024).

Ampliando a compreensão sobre os fatores que promovem a produção agroecológica, destaca-se a categoria **circuitos curtos de comercialização e fortalecimento da agroecologia**, representada por cinco entrevistados. Nesse contexto, os programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são mencionados como garantidores de renda e estabilidade, ao passo que as feiras e vendas para comércios locais possibilitam a aproximação entre produtor e consumidor, fomentando vínculos territoriais. A experiência do entrevistado ilustra essa realidade:

[...] Eu vou te ser bem sincero, a gente vai mais para incentivar. [...] (A feira) Não é pelo dinheiro, eu nem quero. [...] Agora no que eles fizeram a feira diária, [...] vou dar pra eles (para o espaço da feira) um forno elétrico e um fogão industrial. [...] Queremos ter Feira todos os dias aqui, vamos entrar em combinação: cada um fica um dia, porque a gente tem que trabalhar (no campo), não pode ficar a semana inteira. [...] Eu comercializo aqui pra prefeitura, pros colégios e também pra açougues e armazéns, [...] e em particular eu vendo pra alguns conhecidos. [...] A mandioca mesmo é um absurdo o que vende (AF04, agricultor familiar certificado).

A fala expressa a compreensão da feira como espaço de educação, solidariedade e identidade, onde a agroecologia é promovida não apenas como modo de produzir, mas como modo de viver. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são pilares da soberania alimentar, por assegurarem mercado para alimentos saudáveis e de base local (Camargo; Baccarin; Silva, 2016; Pedroso e Antiqueira, 2025). Além disso, Troian, Aguirre e Oliveira (2023) destacam que os circuitos curtos e feiras livres operam como instrumentos centrais de reprodução da agricultura familiar, ao reforçarem a confiança entre produtores e consumidores e fortalecerem economias solidárias e sustentáveis.

Contudo, para além dos desafios da comercialização, os agricultores enfrentam fatores externos que extrapolam seu controle direto, como evidenciado na categoria **condições climáticas e conflito com cultivos convencionais**, representada por quatro entrevistados. Os

agricultores familiares agroecológicos enfrentam desafios expressivos relacionados à instabilidade do clima, como longos períodos de estiagem e chuvas intensas que inviabilizam a colheita, além dos prejuízos causados pela expansão de cultivos convencionais de larga escala, especialmente a soja. Os relatos apontam que a imprevisibilidade do tempo e os impactos externos da agricultura convencional — como a pulverização aérea de agrotóxicos — comprometem os cultivos agroecológicos, afetando tanto a produtividade quanto a saúde das famílias. A fala da agricultora a seguir sintetiza essas dificuldades:

O clima não ajuda. Pois o clima não está ajudando, não é?! Aí temos investido, a gente investe, investe pra produzir e não consegue tirar (produzir e realizar colheita) [...] Além de que[...] porque por exemplo, essa soja mata todo mundo, tu sabe que passaram veneno lá perto de casa e nem sei que veneno usaram, mas as alface tostou tudo assim [...] ficou tudo amarelo (as alfaces) e os cinamomos caíram as folhas. As couve queimou tudo e foi do veneno, veio pelo ar (AF01, agricultora familiar assentada).

A declaração revela como os agricultores agroecológicos estão submetidos a uma dupla vulnerabilidade: às variações climáticas intensas e à contaminação gerada pelo modelo convencional de produção. Sistemas de base ecológica, que operam em equilíbrio com os ciclos naturais, tornam-se ainda mais frágeis diante da ausência de políticas de proteção territorial. Como destacam Nicholls *et al.* (2015) e Cintrão *et al.* (2024), os impactos das mudanças climáticas e da contaminação por agrotóxicos exigem estratégias de adaptação que combinem manejo ecológico, solidariedade entre agricultores e regulamentações mais rígidas contra práticas que prejudiquem o meio ambiente.

Além dos impactos diretos sobre a produtividade, as adversidades climáticas também reforçam a importância do que representa a categoria **saúde, soberania alimentar e valorização social da agroecologia**, composta por três entrevistados, evidencia como a prática agroecológica está diretamente associada ao cuidado com a saúde das famílias agricultoras e dos consumidores, à produção de alimentos seguros e ao fortalecimento de vínculos de confiança entre campo e cidade. A prioridade conferida ao autoconsumo demonstra que a produção agroecológica extrapola a lógica mercantil e se fundamenta em princípios de soberania alimentar, conforme observado na ênfase em cultivar alimentos diversificados e sem agrotóxicos para o consumo próprio. A comercialização aparece como estratégia secundária, porém relevante, especialmente no contato direto com consumidores que reconhecem o valor dos produtos agroecológicos. A declaração a seguir expressa esse entendimento:

Primeiro lugar é o nosso consumo, né? Sempre foi, sempre vai ser. E depois o excedente é que vai para venda. [...] A pessoa que consome uma vez, ela vai querer consumir sempre. [...] Porque quem prova, gosta e a nossa produção é isso: o que a gente planta, a gente consome. A gente não usa veneno. O nosso negócio é saúde. (AF02, agricultor familiar assentado).

O relato evidencia uma compreensão ampliada do papel da agroecologia, que se orienta pelo bem-estar familiar e pela oferta de alimentos saudáveis, além de contribuir para uma reconexão ética entre produtores e consumidores. Segundo Caporal (2009) e Ferreira-Bellé (2021), a agroecologia promove a saúde e resgata práticas alimentares que valorizam a diversidade, o cuidado e a autonomia. Ainda, conforme Meirelles (2004) e Rocha *et al.* (2025), os mercados locais que se estruturam a partir de vínculos de confiança ampliam a conscientização sobre os riscos dos agrotóxicos e reforçam o papel dos agricultores como agentes de transformação social. Ao priorizar o autoconsumo, os agricultores reafirmam o princípio da soberania alimentar, como destacam Thies, Grisa e Gazolla (2023), protagonizando a definição de seus próprios sistemas produtivos e alimentares.

No processo de valorização da produção agroecológica e de aproximação com os consumidores, destaca-se também a categoria **importância da certificação agroecológica** é ressaltada por três entrevistados. Os relatos dos agricultores certificados exaltam que a certificação, especialmente por meio do Organismo de Controle Social (OCS), é considerada um instrumento central para garantir a credibilidade da produção, assegurar a confiança do consumidor e legitimar o compromisso com práticas sustentáveis. Os agricultores destacam que o selo de certificação representa não apenas um reconhecimento formal, mas também uma responsabilidade contínua de manter os padrões exigidos, reforçando o compromisso ético com a produção agroecológica. A fala a seguir sintetiza essa percepção: *“Mas aí com o certificado da OCS, a gente consegue ter o aporte por trás (que certifique que o produto é orgânico), se a gente não tiver produzindo um alimento orgânico, a gente perde o selo OCS”* (AF03, agricultor familiar certificado).

A declaração evidencia que a certificação não é apenas um requisito comercial, mas um elemento estruturante da identidade e da prática agroecológica. A certificação pela OCS é a garantia do produto orgânico, onde a produção de base agroecológica é auditada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) anualmente, esse certificado é a garantia que não foi utilizado nenhum agrotóxico na área produtiva (Lima *et al.*, 2024).

Entretanto alguns agricultores possuem maior dificuldades no seu cotidiano produtivo, a categoria **entraves na transição agroecológica** também expressa a dificuldade para a promoção da agroecologia. As falas de dois agricultores convergem ao evidenciar que,

embora exista o compromisso com práticas sustentáveis e o abandono do uso de agrotóxicos, os processos exigidos para consolidar a transição agroecológica formal — especialmente no que diz respeito à certificação — impõem entraves técnicos, estruturais e burocráticos. Os agricultores relatam que a implementação de exigências como barreiras naturais, documentação e adequações produtivas são etapas complexas e custosas, o que acaba por desestimular ou postergar o reconhecimento oficial da prática agroecológica. A agricultora expõe essa dificuldade no relato abaixo:

Nós temos numa transição (agroecológica), porque como a gente vinha do convencional, agora a gente está [...] indo para o lado da produção do orgânico. [...] Mas não temos nada de certificado ainda. [...] Tem que fazer quebra-vento, tem um monte de coisa até chegar lá (AF01, agricultora familiar assentada).

A declaração ressalta que, mesmo adotando práticas condizentes com a agroecologia, a formalização do processo de transição ainda é marcada por barreiras estruturais. A falta de apoio técnico contínuo, de recursos para adequação da propriedade e de compreensão institucional sobre a realidade das famílias rurais dificulta a consolidação do modelo agroecológico. A constituição de uma infraestrutura institucional seria importante para o aumento de sistemas de produção mais sustentáveis (Borsatto *et al.*, 2019). Tanto que, nas últimas três décadas a agroecologia vem sendo considerada o modelo agroalimentar que é capaz de garantir a produção, a distribuição e o consumo de alimentos abundantes, saudáveis e acessíveis para a sociedade (Altieri e Nicholls, 2021).

A diversidade de perfis, motivações e vínculos com o território reforça a capacidade de adaptação dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que revela a necessidade de políticas públicas que reconheçam e potencializem suas especificidades. Nesse sentido, o acesso ao crédito rural surge como um elemento central na viabilização das práticas agroecológicas. A próxima seção aprofunda essa discussão, analisando como os agricultores familiares agroecológicos percebem, acessam e utilizam os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com especial atenção à linha Pronaf Agroecologia, evidenciando tanto suas contribuições quanto os obstáculos enfrentados em sua efetivação.

5.2 A dinâmica do crédito rural na perspectiva dos agricultores familiares agroecológicos em Santana do Livramento/RS

A presente seção analisa as percepções dos agricultores familiares agroecológicos sobre o acesso ao crédito rural, com ênfase nas experiências vivenciadas e nas expectativas relacionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, especialmente no que se refere à sua linha específica voltada à produção agroecológica, o Pronaf Agroecologia. As falas evidenciam tanto os avanços proporcionados pelo programa, quanto os obstáculos enfrentados no processo de solicitação e uso do crédito.

As categorias que emergem das entrevistas ilustram as dimensões envolvidas nessa dinâmica, desde a importância do crédito para a estruturação produtiva até os entraves burocráticos e institucionais que limitam sua efetividade no contexto agroecológico. Conforme demonstra o Quadro 13, identificou-se sete categorias analíticas sobre o crédito, a seguir: a) acesso ao Pronaf convencional; b) mudança de vida a partir do acesso ao crédito rural; c) expectativas de expansão e diversificação com uso do Pronaf Agroecologia; d) burocracia e lentidão no acesso ao crédito; e) desconhecimento do Pronaf Agroecologia; f) percepção de risco no crédito de custeio; g) impossibilidade de acesso ao Pronaf.

Quadro 13 – Categorias analíticas das percepções sobre o crédito por parte dos agricultores familiares agroecológicos

Categoria	Número de representantes	Perfis representados	Discurso representativo	Referência teórica
Acesso ao Pronaf convencional	4	Assentados (2); Certificados (2)	“[...] utilizei o Pronaf duas vezes e agora vou utilizar a terceira [...]” (AF01, agricultora familiar assentada)	Pretto; Horn (2020); Noskoski <i>et al.</i> (2024)
Mudança de vida a partir do crédito rural	4	Assentados (2); Certificados (2)	“[...] sem o Pronaf nós não tinha se mudado ainda [...]” (AF03, agricultor familiar certificado)	Guanziroli (2007); Gaspar; Silva; Nascimento (2024)
Expectativas de expansão e diversificação com uso do Pronaf Agroecologia	3	Certificados (2); Assentado (1)	“Eu quero pra expandir nossa produção [...] um trator médio, pra gente não passar tanto trabalho também [...] e irrigação que ajuda bastante [...]” (AF06, agricultora familiar certificada)	Fernandes e Michellon (2024)
Burocracia e lentidão no acesso ao crédito	3	Certificados (2); Assentado (1)	“[...] inventavam exigência, pediam papelada desnecessária [...]” (AF03, agricultor familiar certificado)	Schinatto e Carrara (2021)
Desconhecimento do Pronaf Agroecologia	3	Certificados (2); Assentada (1)	“[...] eu sei pouco do Pronaf agroecologia [...]” (AF06, agricultora familiar certificada)	Stoffel; Rambo; Eberhardt (2020); Alves <i>et al.</i> (2025)
Percepção de risco no crédito de custeio	2	Assentados (2)	“[...] Custeio tem o prazo curtinho [...] muito perigoso [...]” (AF02, agricultor familiar assentado)	Fossá; Comerlatto; Mattei (2018); Andrade (2021)
Impossibilidade de acesso ao Pronaf	1	Agricultora Familiar (1)	“[...] quando tentei financiar a terra, me disseram: 'você não tem condições' [...]” (AF05, agricultora familiar)	Santos e Aragão (2023)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa de campo.

A categoria **acesso ao Pronaf convencional** é representada por quatro entrevistados. Os relatos tratam sobre motivações dos agricultores familiares agroecológicos acessarem à modalidade convencional do programa para estruturar suas unidades produtivas. O crédito é utilizado principalmente para investimentos básicos, como aquisição de animais, infraestrutura e equipamentos, sendo percebido como instrumento essencial para a continuidade da produção e a sustentabilidade econômica das famílias no campo, tal como relata a agricultora assentada:

Eu já utilizei e agora eu fiz outro projeto para comprar vaca de leite. Agora com um ano de carência e prazo de sete anos para pagar. Utilizei o Pronaf duas vezes e agora vou utilizar a terceira. E o retorno vem rápido, por causa que nem nós investimos no leite, as vacas se pagam. Em pouco tempo, as vacas se pagam. E se tu manter elas nutridas se paga e sempre sobra. Tem que se organizar para sobrar um pouquinho para guardar, para quando chegar a data e pagar, tem que ter guardado o dinheiro (AF01, agricultora familiar assentada).

A exposição transmite familiaridade com o uso do crédito e planejamento financeiro por parte da agricultora, sinalizando que o Pronaf, mesmo desarticulado das práticas agroecológicas formalmente reconhecidas, tem relevância para a reprodução social no campo. O uso recorrente do financiamento indica também uma relação consolidada do agricultor com o programa, o que favorece a continuidade de novos projetos. A recorrência por parte dos agricultores para o uso do Pronaf, revela porque o programa se consolidou como o principal instrumento de política pública da agricultura familiar brasileira (Pretto; Horn, 2020; Noskoski *et al.*, 2024).

Como prova dos efeitos dessa política de acesso ao crédito, é sintetizada a categoria **mudança de vida a partir do acesso ao crédito rural**, representada por quatro entrevistados. As falas convergem ao evidenciar que o Pronaf, ainda que operado por meio de suas modalidades convencionais, tem desempenhado um papel significativo na transformação das condições de vida dos agricultores familiares agroecológicos. O crédito não apenas possibilitou a aquisição de bens produtivos, mas também foi determinante para a construção de moradias, implantação de infraestrutura básica, quitação de dívidas e ampliação das atividades no campo. Os recursos financeiros do crédito rural permitiram mudanças estruturais nas unidades de produção e contribuíram para a permanência das famílias no meio rural, conforme a declaração do agricultor certificado:

Sim, acessamos o Pronaf, por meio do Terra Brasil para a compra do campo aqui [...] foi algo que nos ajudou muito pra gente para começar aqui (a horta). [...] Conseguimos fazer o galpão, fazer a casa, fazer toda a infraestrutura né [...] não

tinha outro recurso [...] sem o Pronaf nós não tinha se mudado ainda. [...] o material financiamos todo com o recurso do Pronaf. [...] conseguimos pagar as dívidas até de cartão e construir a casa (AF03, agricultor familiar certificado).

A fala expressa a relevância do crédito na vida rural. O Pronaf aparece como ferramenta transformadora, viabilizando desde a estruturação produtiva até a segurança habitacional. Conforme afirmam Guanziroli (2007) e Gaspar, Silva e Nascimento (2024), o Pronaf, quando efetivamente acessado pelos agricultores familiares, possui a capacidade de melhorar suas condições de vida e promover transformações significativas na realidade rural, oferecendo uma base mais sólida para o desenvolvimento territorial sustentável.

A categoria **expectativas de expansão e diversificação com uso do Pronaf Agroecologia** é expressa por três entrevistados. As declarações convergem ao evidenciar que o acesso ao crédito rural específico para agroecologia é visto como uma possibilidade concreta de ampliar a capacidade produtiva, qualificar a infraestrutura das unidades de produção e facilitar o trabalho cotidiano. Os agricultores mencionam uma série de investimentos desejados — como aquisição de sementes, irrigação e substituição de maquinários — que atualmente estão fora do alcance por limitações financeiras, mas que poderiam ser viabilizados por meio do Pronaf Agroecologia. A agricultora familiar certificada expressa o seu anseio:

Eu quero pra expandir nossa produção, mas quero me informar sobre esse Pronaf Agroecologia ainda [...] para aquisição de sementes... também nessa parte instrumental, nesses implementos [...] a gente tem um tratorito [...] mas eu não consigo, não tenho força pra lidar com ele [...] o trator pra nós seria ideal. [...] um trator médio, pra gente não passar tanto trabalho também [...] e irrigação que ajuda bastante, que eu preciso também (AF06, agricultora familiar certificada).

A reflexão da agricultora expõe o desejo por equipamentos que aliviem o esforço físico no trabalho diário, especialmente diante das limitações de força exigidas no campo. A expectativa de acesso ao Pronaf Agroecologia está associada ao fortalecimento da autonomia produtiva, à ampliação da eficiência no manejo agroecológico e à busca por maior estabilidade na geração de renda. Nesse contexto, o crédito específico se apresenta como instrumento de apoio a esse modelo de produção, permitindo que os agricultores obtenham melhores resultados produtivos sem comprometer o seu físico (Fernandes e Michellon, 2024).

Apesar do potencial transformador, a categoria **burocracia e lentidão no acesso ao crédito** expressa tal dificuldade a partir da declaração de três entrevistados. Os agricultores evidenciam que, embora o Pronaf seja uma política pública direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar, o processo de liberação dos recursos é frequentemente marcado por

entraves burocráticos, desinformação institucional e longos períodos de espera. Os agricultores relataram que, mesmo possuindo o direito formal ao crédito, enfrentaram dificuldades recorrentes junto às instituições financeiras, com exigência excessiva de documentos, resistência dos funcionários e falta de preparo sobre as especificidades das linhas destinadas aos agricultores iniciantes. A fala do agricultor expõe o cenário para acesso ao crédito:

Demoramos mais de seis meses pra liberar o crédito. Nós já tínhamos o direito, já era pra estar garantido. Mesmo assim, inventavam exigência, pediam papelada desnecessária, e a gente correndo atrás de tudo. [...] Enquanto isso, outros produtores estavam acessando normalmente, passando na frente. [...] A gente queria investir em infraestrutura, comprar ovelha, começar a produção, e perguntavam como eu ia criar ovelha sem já ter produção. Mas justamente por estar começando é que eu me enquadrava na linha. [...] Só depois de muita insistência, de acionar outras instâncias, é que liberaram. Até disseram que não sabiam o que era o Pronaf A. Imagina! Se pra mim, que tenho estudo, já foi difícil, tu imagina pra quem não tem acesso, não sabe lidar com papelada, com sistema, aí desiste mesmo (AF03, agricultor familiar certificado).

A exposição clarifica o desalinhamento entre a formulação da política pública e sua efetiva operacionalização. O excesso de burocracia e a falta de preparo dos agentes envolvidos transformam o acesso ao crédito em um processo excludente, sobretudo para agricultores com menor escolaridade ou familiaridade com os trâmites administrativos. Corroborando esse diagnóstico, Schinatto e Carrara (2021) apontam que muitos agricultores familiares deixariam de ser excluídos do Pronaf se os procedimentos fossem menos burocráticos — tanto no que se refere às exigências documentais quanto à complexidade técnica envolvida. Além disso, o próprio acesso às instituições financeiras representa uma barreira adicional, tornando o crédito inacessível para parte significativa dos beneficiários em potencial.

Nesse cenário de difícil acesso ao crédito, emerge a categoria **desconhecimento do Pronaf Agroecologia**, representada pela fala de três agricultores. Tratando-se do crédito específico para quem pratica a agroecologia, as declarações expõem um desconhecimento generalizado sobre a existência da linha específica de crédito rural voltada à agroecologia. A falta de informação acessível e de orientação por parte das instituições financeiras e técnicas impede que os produtores saibam que têm direito a esse tipo de financiamento, o que acaba os direcionando, quando muito, ao Pronaf convencional. O relato a seguir sintetiza essa percepção: *“Não, eu sei pouco do Pronaf Agroecologia, até tenho que ver mais, ler mais sobre [...] Às vezes eu entro e consigo alguma informação, mas só no Pronaf normal já*

consegui, mas eu não sabia que a gente podia entrar nesse crédito específico...” (AF06, agricultora familiar certificada).

A declaração revela que a desinformação sobre o Pronaf Agroecologia é um entrave importante para o acesso ao crédito rural compatível com a realidade dos sistemas produtivos sustentáveis. Mesmo produtores com estufas, maquinário e prática consolidada desconhecem as condições e critérios da linha agroecológica, demonstrando falhas na comunicação institucional. Como apontam Stoffel, Rambo e Eberhardt (2020) e Alves *et al.* (2025), a baixa adesão às linhas alternativas do Pronaf, como o Pronaf Agroecologia, não está relacionada apenas à oferta ou à demanda por crédito, mas também à ausência de ações efetivas de divulgação que aproximem os agricultores da política.

Entretanto, outro fator que pode afastar o agricultor da busca por recursos é a **percepção de risco no crédito de custeio**, representada por dois entrevistados. As declarações evidenciam que a modalidade de financiamento voltada ao custeio da produção é vista com cautela, sendo associada a prazos curtos e alto risco¹², especialmente diante das incertezas climáticas que afetam diretamente a produção agropecuária. O crédito de custeio, nesse contexto, é evitado pelos agricultores por ser considerado incompatível com a realidade da agricultura familiar agroecológica. O agricultor assentado demonstra seu receio: *“Se eu pudesse dizer para alguém. Eu diria que não se envolva no custeio. É muito ‘braboso’. Custeio tem o prazo curtinho, ainda mais hoje nessa questão climática que tu não tem certeza de nada, então é muito perigoso”* (AF02, agricultor familiar assentado).

O relato revela que, na percepção dos agricultores, a lógica financeira do crédito de custeio impõe uma pressão significativa, especialmente diante das incertezas que envolvem a produção agroecológica. O receio de contrair dívidas sem a garantia de retorno inibe o uso dessa modalidade de crédito, mesmo quando a necessidade de recursos é evidente para manter as atividades produtivas. Como observam Fossá, Comerlato e Mattei (2018), embora o crédito rural seja essencial para viabilizar os meios de produção, muitos agricultores familiares ainda manifestam resistência em acessá-lo devido ao temor do endividamento. Esse cenário está entre as críticas mais recorrentes às disfunções do Pronaf, que, além de excluir os agricultores em maior vulnerabilidade, em alguns casos incentiva a tomada de crédito mesmo diante do alto risco de inadimplência, muitas vezes por influência de agentes de crédito mal orientados (Andrade, 2021).

¹² Uma das principais formas de prevenção ao risco na tomada de crédito é o seguro rural, considerado um instrumento essencial de gestão para o produtor. Ele oferece cobertura contra prejuízos decorrentes de fatores climáticos, sanitários, geológicos, de mercado, entre outros, que afetam diretamente a produtividade das lavouras e da pecuária (Da Silva *et al.*, 2022).

O receio de endividamento não é o único impeditivo para a tomada de crédito rural. Um problema maior que a escolha de não acessar o recurso, é expresso pela **impossibilidade de acesso ao Pronaf**, representada por uma entrevistada. A declaração evidencia que, embora haja interesse e histórico de atuação na produção agroecológica e na agroindústria familiar, a falta de regularização fundiária e a ausência de Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) têm impedido o acesso ao crédito rural. A ausência de assistência técnica efetiva e o não reconhecimento institucional como agricultora foram apontados como fatores de exclusão, mesmo com participação ativa na produção e comercialização de alimentos. A agricultora expõe sua dificuldade no relato abaixo:

Nunca utilizei [o Pronaf] porque eu não me enquadro, quando tu precisa de algo, [a assistência técnica] não está. A agroindústria foi montada por nós, mas quando saiu o documento, meu nome não estava. Disseram: 'você não faz parte!' [...] Quando tentei financiar a terra, me disseram: 'você não tem condições'. [...] Hoje minha irmã acessa o Pronaf, mas eu não consigo porque negaram a DAP. (AF05, agricultora familiar).

A declaração revela um processo de exclusão silenciosa, no qual a burocracia e os critérios formais de acesso operam como barreiras ao reconhecimento institucional do trabalho realizado por mulheres no campo. Como destacam Santos e Aragão (2023), a exigência do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e de outros documentos como condição para acessar políticas públicas reforça desigualdades históricas no meio rural. Muitas mulheres enfrentam obstáculos para obter tais registros, o que contribui para sua invisibilidade institucional e as exclui, na prática, das políticas voltadas à agricultura familiar.

As análises apresentadas evidenciam que, apesar de o crédito rural representar um importante instrumento de fomento à agricultura familiar, sua efetividade no contexto agroecológico ainda esbarra em diversos entraves, como burocracia, desinformação e falta de adequações específicas às realidades produtivas locais. Ao mesmo tempo, os relatos dos agricultores apontam para o potencial transformador do Pronaf, sobretudo quando acessado de forma planejada e articulada às necessidades do campo. A fim de compreender melhor os fatores institucionais que influenciam sobre essas dinâmicas, a próxima seção apresenta a atuação dos agentes de desenvolvimento atuantes em Santana do Livramento/RS, abordando sua formação, vínculos institucionais e ações relacionadas ao apoio à produção agroecológica e ao acesso ao crédito rural no município.

5.3 A caracterização e atuação dos agentes de desenvolvimento no apoio à produção agroecológica

O item apresenta a caracterização dos agentes de desenvolvimento que atuam no município de Santana do Livramento/RS, com destaque para sua trajetória profissional, formação, vínculo institucional e funções exercidas. A partir dessa caracterização, analisa-se a atuação desses agentes no acesso ao crédito rural e na promoção da agroecologia, evidenciando seu papel no apoio à agricultura familiar. Embora o Pronaf Agroecologia não tenha sido acessado no município durante o período analisado, os relatos evidenciam esforços institucionais e individuais no incentivo a práticas produtivas sustentáveis e na articulação com políticas públicas. Para melhor compreender o perfil dos agentes, o Quadro 14 apresenta a caracterização dos agentes de desenvolvimento envolvidos na pesquisa, reunindo informações sobre suas instituições de atuação, formação, cargos ocupados e o tempo de exercício das funções.

Quadro 14 – Caracterização dos agentes de desenvolvimento envolvidos na pesquisa

Código	Instituição	Escolaridade	Cargo e tempo de atuação (em anos)	Ações junto à agricultura familiar e agroecologia
AD01	Câmara de Vereadores	Ensino Superior	Vereador (9 anos)	Atuação política articulada com o MST e movimentos sociais; defesa da reforma agrária e políticas públicas para agricultura familiar
AD02	Emater/RS	Especialização	Técnico da Emater (12 anos)	Assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico; apoio à certificação e programas de comercialização como PAA
AD03	SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Especialização	Técnica da ATEG/SENAR (6 meses)	Prestação de ATER técnica e gerencial em horticultura; apoio à gestão produtiva e financeira de propriedades agroecológicas
AD04	Sicredi Essência	Especialização	Gerente de negócios rurais (10 anos)	Oferta de crédito rural; proximidade com associados produtores; fomento à inclusão produtiva via cooperativismo de crédito

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa de campo

Ao analisar as trajetórias institucionais entre os agentes entrevistados, percebe-se que maior parte deles já estão atuando há bastante tempo em apoio à agricultura familiar. O AD01, por exemplo, exerce seu terceiro mandato como vereador, totalizando nove anos de atuação política vinculada à luta pela reforma agrária e à defesa da agricultura familiar, com forte articulação junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua atuação evidencia o papel do legislativo municipal como espaço de disputa e mediação das políticas públicas no campo, ainda que com limitações operacionais.

AD02, técnico da Emater há doze anos, representa a atuação da extensão rural oficial, com ênfase na agroecologia e no fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, como o PAA. Sua longa trajetória na região e sua vinculação com experiências agroecológicas anteriores à Emater reforçam sua credibilidade técnica junto aos agricultores. Já AD03, vinculada ao SENAR, apresenta uma inserção recente (seis meses), porém com formação especializada em agroecologia e foco na assistência técnica e gerencial em horticultura. Sua atuação aponta para abordagens integradas que associam produção e gestão, fundamentais para a sustentabilidade dos empreendimentos familiares.

Por fim, AD04 atua no setor do crédito rural, como gerente de negócios do Sicredi, com dez anos de experiência no sistema cooperativo. Sua função destaca o papel das cooperativas de crédito na viabilização de financiamentos para a agricultura familiar, embora nem sempre com foco específico na agroecologia.

As instituições representadas — Câmara de Vereadores, Emater, SENAR e Sicredi — embora distintas em natureza e abordagem, contribuem de maneiras complementares ao fortalecimento da agricultura familiar. As ações relatadas apontam para uma rede institucional que, mesmo diante da ausência de contratos ativos do Pronaf Agroecologia no município, desenvolve iniciativas voltadas ao apoio técnico, financeiro e político dos agricultores. Tais elementos reforçam a necessidade de integração entre as diferentes frentes de atuação e de políticas públicas mais estruturadas para ampliar o acesso e o fomento à agroecologia no território (Aquino *et al.*, 2023).

A fim de compreender o fomento da agroecologia, de políticas públicas e em especial o crédito rural, foi utilizada a análise dos discursos, a qual permitiu a identificação de onze categorias analíticas, a saber: a) atendimento ao Pronaf; b) assistência técnica; c) incentivo para a prática agroecológica; d) burocracia como obstáculo ao acesso ao crédito; e) desconhecimento da linha Pronaf Agroecologia; f) informação sobre o crédito; g) ausência de políticas institucionais e ações locais; h) consciência ambiental; i) dificuldade de acesso ao crédito; j) facilidade de acesso ao crédito; k) benefícios do Pronaf Agroecologia. O Quadro 15 apresenta as categorias construídas a partir das entrevistas com os agentes de desenvolvimento, as quais refletem distintas dimensões relacionadas ao acesso ao crédito rural e à promoção da agroecologia em Santana do Livramento, evidenciando tanto os avanços quanto as limitações das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Quadro 15 – Categorias analíticas das percepções dos agentes de desenvolvimento

Categoria	Número de representantes	Perfis representados	Discurso representativo	Referência teórica
Atendimento ao Pronaf	4	Vereador, engenheiro agrônomo, engenheira agrônoma, agente de crédito.	“[...] o ideal assim, se a gente pudesse estar sempre junto com todos no campo, visitando o associado, estaríamos, entretanto, é inviável” (AD04, agente de crédito).	Aquino; Gazolla; Schneider, (2017); Bacen, (2025)
Assistência técnica	3	Vereador, engenheiro agrônomo, engenheira agrônoma.	“[...]especificar recursos e estratégias de ATER específicas para a produção de base agroecológica” (AD02, engenheiro agrônomo)	Pollnow <i>et al.</i> , (2022); Pereira <i>et al.</i> , (2024); Oliveira, Grisa e Niederle, (2020); Ávila <i>et al.</i> , (2024)
Incentivo para a prática agroecológica	3	Vereador, engenheiro agrônomo, agente de crédito.	"Acredito que sim (existe o incentivo) [...] o agricultor gosta de quando ele consegue produzir e oferecer o produto aqui para o consumidor urbano." (AD01, vereador)	Caporal e Dambrós, (2017); Laranja, (2024)
Burocracia como obstáculo ao acesso ao crédito	3	Vereador, engenheiro agrônomo, engenheira agrônoma.	"É uma questão de persistência e isso tem a ver com o problema na execução da política pública." (AD02, engenheiro agrônomo)	Stoffel, Rambo e Eberhardt, (2020); Conceição, (2025)
Desconhecimento do Pronaf Agroecologia	2	Engenheira agrônoma, agente de crédito.	"[...]fui pesquisar. [...] foi uma linha que eu nunca atendi." (AD04, agente de crédito)	Sambuichi <i>et al.</i> , (2020); Alves <i>et al.</i> , (2025)
Informação sobre o crédito	2	Vereador, engenheira agrônoma.	"Eu procuro ajudar [...] encaminhei eles, mandei eles nos bancos verem [...] pois cada banco tem a sua particularidade." (AD03, engenheira agrônoma)	Capelasso; Cazella; Schneider, (2020); Gaspar; Silva; Nascimento, (2024)
Ausência de políticas institucionais e ações locais	2	Engenheira agrônoma, agente de crédito	"Criar um programa estruturado, também municipal [...] grupos de associados [...] troquem boas práticas." (AD04, agente de crédito)	Azevedo <i>et al.</i> , (2022)
Consciência ambiental	2	Vereador, engenheiro agrônomo.	“ [...]precisa parar um pouco de só incentivar a política do agronegócio [...] quem que produz comida que pensa na agroecologia é a agricultura familiar.” (AD01, vereador)	Altieri (2012); Fonseca <i>et al.</i> (2025)
Facilidade de acesso ao crédito	1	Engenheiro agrônomo.	" [...] foi facilitado muito [...] agora apenas 50% da renda familiar vindo da atividade agropecuária." (AD02, engenheiro agrônomo)	Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, (2014); Silva <i>et al.</i> , (2023)
Dificuldade de acesso ao crédito	1	Engenheira agrônoma	" [...] tem uma certa dificuldade. [...] os bancos pedem avalistas [...]" (AD03, engenheira agrônoma)	Sousa, (2020); Ekert; Mofka; Silva, (2025)
Benefícios do Pronaf Agroecologia	1	Engenheiro agrônomo	"O Pronaf Agroecologia [...] é a metade dos juros de diferença [...]" (AD02, engenheiro agrônomo)	Santana; Da Silva Andrade; Andrade, (2023)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

A categoria **atendimento ao Pronaf** é representada por quatro entrevistados. As falas convergem ao indicar que o atendimento ao agricultor familiar requer integração entre conhecimento técnico e financeiro, o que nem sempre ocorre de maneira fluida. As limitações operacionais das instituições, especialmente no campo, impõem desafios à continuidade do acompanhamento. A fala da entrevistada a seguir resume essa realidade: “[...]o associado chega aqui com uma ideia, com um projeto técnico e nós vamos fazer ali no que ele mais se adapte [...] é ideal assim, se a gente pudesse estar sempre junto com todos no campo, visitando o associado, estaríamos, entretanto, é inviável” (AD04, agente de crédito).

A fala revela que, apesar da intenção de proximidade e orientação, o processo de atendimento enfrenta obstáculos logísticos e operacionais. A ausência de acompanhamento técnico continuado nos territórios fragiliza a relação entre financiamento e transformação produtiva, especialmente no que se refere à agroecologia. A efetividade do crédito rural depende da proximidade da cooperativa de crédito com o seu público, para conhecer suas necessidades e formar uma rede de relação social, formando um ambiente institucional para o funcionamento dos programas (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017; Bacen, 2025)

Nesse sentido, ao considerar os entraves no atendimento direto aos agricultores, destaca-se a relevância da assistência técnica como elemento fundamental para superar tais desafios. A categoria **assistência técnica** como base para a agroecologia é representada por três entrevistados. Para esses agentes, o fortalecimento da assistência técnica pública e o investimento em estratégias específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural são essenciais para o avanço da agroecologia e para a efetivação das políticas públicas no meio rural. A ausência de profissionais suficientes e a inexistência de programas com foco específico em produção sustentável são apontadas como limitações estruturais. A fala do entrevistado a seguir evidencia a centralidade da assistência técnica no estímulo à produção agroecológica: “[...]Fortalecer a assistência técnica, atualizar as estratégias de ATER, atualizar os recursos humanos nos bancos [...] aumentar recursos humanos nos bancos também [...] especificar recursos e estratégias de ATER específicas para a produção de base agroecológica” (AD02, engenheiro agrônomo).

A valorização da ATER aparece como estratégia indispensável para a transição agroecológica, especialmente quando vinculada a políticas de crédito rural e a mecanismos de formação continuada (Pollnow *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2024). Nesse sentido, o reconhecimento das especificidades territoriais e a presença de técnicos capacitados e comprometidos são elementos fundamentais. Como argumentam Oliveira, Grisa e Niederle (2020) e Ávila *et al.* (2024), a agroecologia exige uma assistência técnica estruturada e

persistente, capaz de articular os saberes locais com o conhecimento técnico e as oportunidades institucionais, fortalecendo o protagonismo dos agricultores familiares.

A partir dessa compreensão sobre a importância da assistência técnica qualificada, observa-se que alguns agentes enxergam a importância de ações voltadas ao fortalecimento da agroecologia. A categoria **incentivo para a prática agroecológica** é representada por três entrevistados. As falas revelam que, apesar das limitações institucionais, há ações em curso que incentivam, direta ou indiretamente, a adoção de práticas agroecológicas por parte dos agricultores familiares. Essas ações incluem o acompanhamento técnico, a realização de atividades demonstrativas, a defesa política da agroecologia e a articulação com políticas públicas, mesmo que de forma incipiente. A fala a seguir sintetiza essa percepção:

Acredito que sim (existe o incentivo), acredito que tenho visto o trabalho do departamento técnico [...] nós temos uma unidade incubadora aqui para nós trazer melhor formação [...] o agricultor ele gosta muito de quando ele consegue produzir e ele chegar e lhe oferecer o produto dele aqui para o consumidor urbano. Com qualidade, produto fresquinho [...] e a gente é o que a gente consome, se a gente se alimenta bem, a gente vive bem (AD01, Vereador).

A declaração evidencia que o incentivo à agroecologia se expressa na valorização simbólica e prática da produção saudável, próxima e diversificada. A presença de agentes técnicos e políticos comprometidos com essa pauta, ainda que de modo não sistemático, representa um vetor de estímulo às práticas agroecológicas. Segundo Caporal e Dambrós (2017) e Laranja (2024), o apoio técnico, o reconhecimento dos saberes locais e a valorização do alimento limpo e justo são elementos centrais para a consolidação de sistemas sustentáveis no meio rural.

No entanto, apesar desses esforços pontuais de incentivo, os obstáculos operacionais ainda persistem no cotidiano dos agricultores familiares. A categoria **burocracia como obstáculo ao acesso ao crédito** é representada por dois entrevistados. As falas demonstram que, apesar da existência formal das políticas públicas de crédito rural, o excesso de exigências, a lentidão dos processos e a rigidez institucional funcionam como barreiras práticas para os agricultores familiares. A seguir, a fala selecionada evidencia essa percepção:

Se tiver política pública que a Emater seja mediadora, vai conseguir acessar! Daí você tem que ter pouco de persistência, não é também? [...] o projeto de um agricultor querendo crédito fundiário, demorou um ano para sair o dinheiro [...] é uma questão de persistência e isso tem a ver com o problema na execução da política pública. (AD02, engenheiro agrônomo).

A fala revela que os trâmites excessivamente demorados, somados à baixa efetividade na execução das políticas, contribuem para a desmotivação dos agricultores. Mesmo quando

há apoio técnico, como no caso da Emater, a burocracia atua como elemento desestimulador e afasta os sujeitos da política. De acordo com Stoffel, Rambo e Eberhardt (2020) e Conceição (2025), o excesso de burocracias nos programas de crédito comprometem a efetividade das políticas públicas, tornando o acesso desigual e dependente de mediações persistentes e capacitadas.

Nesse contexto de limitações operacionais, outro entrave relevante é o desconhecimento sobre instrumentos específicos de apoio à produção agroecológica. A categoria **desconhecimento da linha Pronaf Agroecologia** é representada por duas entrevistadas. As falas evidenciam que, mesmo entre agentes de instituições técnicas e financeiras com atuação direta junto a agricultores familiares, a linha específica voltada à agroecologia ainda é pouco conhecida ou nunca foi operacionalizada. O desconhecimento institucional contribui para explicar a baixa adesão ao Pronaf Agroecologia no município. A fala a seguir sintetiza essa ausência de informação: *“Tu sabe que quando a gente recebeu esse questionamento, eu fui atrás porque fui pesquisar. Porque foi uma linha que eu nunca atendi, o associado nunca teve, não tem nenhum associado da minha carteira que tenha”* (AD04, agente de crédito).

A ausência de conhecimento sobre a linha específica do Pronaf revela uma falha na comunicação institucional, que compromete a efetividade da política. Como é destacado o Pronaf Agroecologia, para alcançar sua finalidade, depende não apenas da existência normativa, mas de sua presença concreta nas práticas de orientação técnica e operacionalização bancária. Entretanto não há o interesse dos bancos em financiar os projetos não convencionais (Sambuichi *et al.*, 2020; Alves *et al.*, 2025). Quando nem os agentes que intermediam o crédito conhecem a linha, ela se torna inviável na prática.

Essa deficiência comunicacional também se manifesta de maneira mais abrangente no acesso ao crédito rural como um todo. A categoria **informação sobre o crédito** é representada por dois entrevistados. As falas demonstram que a ausência de conhecimento técnico e a limitada divulgação das políticas públicas constituem entraves relevantes ao acesso ao crédito rural, especialmente no caso dos agricultores familiares mais isolados ou com menor grau de escolaridade. Muitos produtores desconhecem as linhas disponíveis, os critérios de acesso e até mesmo o funcionamento básico de instrumentos bancários como o talão do produtor. A fala da entrevistada abaixo sintetiza essa realidade:

Eu procuro ajudar, cheguei uns quantos e olha uns 3, 4 ou 5 produtores que eu incentivei, me informei dos créditos, encaminhei eles, mandei eles nos bancos verem [...] tem muita falta de informação ainda na região do campo [...] lógico teria que

haver alguma forma e divulgar mais a questão do crédito para os produtores rurais que eles não sabem e eles não sabem como descobrir, não é? (AD03, engenheira agrônoma).

A declaração evidencia que o desconhecimento sobre os programas governamentais de financiamento atinge até mesmo produtores que já têm experiência produtiva. A ausência de ações informativas sistemáticas, aliada à distância institucional entre bancos e agricultores, contribui para a exclusão de parte da agricultura familiar. Pois não basta que as linhas de crédito apenas existam, é preciso que sejam compreendidas e acessadas por quem delas necessita, o que pressupõe necessidade de maior informação e conhecimento sobre o crédito por parte dos agricultores (Capelasso; Cazella; Schneider, 2020; Gaspar; Silva; Nascimento, 2024).

Um dos motivos da falta de informação sobre o crédito específico do Pronaf Agroecologia, podem ser elucidados pela ausência de políticas institucionais e ações locais consolidadas que promovam, de forma sistemática, a transição agroecológica. A categoria **ausência de políticas institucionais e ações locais** é representada por duas entrevistadas. A fala destaca a importância de criar mecanismos territoriais para fomentar o intercâmbio entre agricultores, promover boas práticas e fortalecer redes locais de aprendizagem. Para a entrevistada, o estímulo ao conhecimento comunitário, articulado com políticas locais, pode ampliar o interesse e a adesão à agroecologia. A fala a seguir sintetiza essa percepção. “*Criar um programa estruturado, também municipal. [...] fazer grupos de associados, que daqui a pouco eles conversem entre eles, troquem boas práticas [...] se cada município também atender a sua necessidade, acho um bom negócio*” (AD04, agente de crédito).

A fala aponta que, além das diretrizes nacionais, a construção de políticas públicas eficazes para a agricultura familiar exige a atuação direta dos municípios, por meio da valorização de experiências locais e da criação de espaços de diálogo entre os agricultores. Conforme argumenta Azevedo *et al.* (2022), o desenvolvimento territorial sustentável passa necessariamente pela valorização dos saberes locais e pela construção de redes de interações sociais que estimulem o protagonismo dos sujeitos na comunidade.

Além das questões de acesso ao crédito, as discussões sobre crédito rural também dizem respeito a reflexões mais amplas sobre os modelos de produção agrícola e suas implicações socioambientais. A categoria **consciência ambiental** é representada por dois entrevistados. As falas revelam uma preocupação crescente com os impactos das mudanças climáticas e a necessidade de adoção de práticas sustentáveis na produção de alimentos. Os entrevistados associam a agroecologia não apenas a um método produtivo, mas a uma visão de mundo que exige compromisso ético com o meio ambiente. A defesa da agroecologia

surge como uma resposta à crise ambiental, apontando para a urgência de alternativas que promovam equilíbrio ecológico e segurança alimentar. A fala abaixo expressa essa compreensão ampliada:

Falta também de melhor divulgação, falta de conhecimento melhor e de nós compreender que esse nosso planeta, ele está aquecendo cada vez mais. [...] então nós temos que entender essa situação do planeta. Para nós saber que nós vamos precisar parar um pouco de só incentivar a política do agronegócio [...] quem que produz comida que pensa na agroecologia é a agricultura familiar. E esses pensam em produzir comida de verdade. (AD01, vereador).

A fala destaca a agroecologia como uma resposta política e ecológica frente aos efeitos do modelo convencional de produção agrícola. A crítica à lógica do agronegócio – baseado em monoculturas, mecanização intensiva e uso de agrotóxicos – está articulada à valorização da agricultura familiar como produtora de alimentos saudáveis e promotora da sustentabilidade ambiental. Essa perspectiva encontra respaldo em autores como Altieri (2012) e Fonseca *et al.*, (2025), que sustentam que os sistemas agroecológicos são mais resilientes às mudanças climáticas e mais eficazes na regeneração dos recursos naturais.

Paralelamente as questões de meio ambiente e impacto social, também se denotam os aspectos operacionais sobre o alcance das políticas públicas no meio rural. A categoria **facilidade de acesso ao crédito** é representada por um engenheiro agrônomo. A fala evidencia a percepção de que os critérios para enquadramento no Pronaf foram flexibilizados ao longo do tempo, ampliando o acesso à política por parte de diferentes perfis de agricultores. O entrevistado indica que os requisitos atuais não representam barreiras significativas, e que o programa passou por adaptações que facilitaram a inclusão. A fala a seguir sintetiza esse entendimento: “São acessíveis até demais, eu acho. [...] No caso do Pronaf, foi facilitado muito, não? O Pronaf começou com 100%, depois 90%, depois 70% e agora apenas 50% da renda familiar vindo da atividade agropecuária” (AD02, engenheiro agrônomo).

A percepção do agrônomo aponta para uma ampliação do escopo do programa, que passou a abranger agricultores com menor vínculo exclusivo com a atividade rural. No entanto, a flexibilização excessiva dos critérios pode esvaziar o sentido original da política, desviando recursos de seus destinatários prioritários (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014; Silva *et al.*, 2023).

Enquanto um dos entrevistados considera que o crédito é facilmente acessado — inclusive por sujeitos que não se enquadrariam como prioritários —, outro aponta para a dificuldade de acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares, evidenciando

visões contrastantes sobre a efetividade e a equidade no acesso ao crédito rural. Nesse sentido a categoria **dificuldade de acesso ao crédito** é representada por dois entrevistados. As falas indicam que, apesar da existência de programas como o Pronaf, o acesso aos recursos ainda esbarra em entraves operacionais, exigências bancárias e assimetrias entre perfis de agricultores. Destaca-se que, para muitos produtores, especialmente os não assentados, as exigências como avalistas, seguros e documentação representam barreiras que os afastam do sistema de crédito rural. A fala da entrevistada ilustra esse cenário: “[...] *o pequeno produtor que não está dentro de assentamento tem uma certa dificuldade [...] os bancos, digamos, eles pedem avalistas, outros seguros que muitas vezes o produtor e pequeno produtor até nem consegue*” (AD03, engenheira agrônoma).

A declaração evidencia um quadro recorrente de exclusão estrutural, em que os instrumentos de acesso ao crédito não se adaptam à realidade concreta dos agricultores familiares. O acesso desigual aos recursos produtivos, como a terra e o crédito, tende a reproduzir padrões históricos de marginalização no meio rural (Sousa, 2020). A dificuldade enfrentada por produtores, inclusive o que não tem o suporte do assentamento como apoio, escancara as limitações das políticas públicas em lidar com a heterogeneidade da agricultura familiar (Ekert; Mofka; Silva, 2025).

Nesse contexto de exclusões e entraves no acesso ao crédito, é relevante observar que, mesmo com dificuldades operacionais, algumas linhas específicas como o Pronaf Agroecologia apresentam vantagens estruturais que podem favorecer a transição produtiva. A categoria **benefícios do Pronaf Agroecologia** é representada por um entrevistado. A fala evidencia as vantagens econômicas da linha específica, tanto em relação às taxas de juros reduzidas quanto à flexibilidade para produtores em processo de transição agroecológica. O entrevistado destaca que o acesso ao crédito agroecológico não exige certificação orgânica formal, desde que haja assistência técnica que comprove a transição. A fala abaixo sintetiza esses aspectos:

[...] tu cobra meio por cento a menos de juro. Dependendo da comparação, até 3% a menos [...] o Pronaf agroecologia investimento fica a três, então é a metade dos juros de diferença [...] tu pode estar em transição, desde que tu tenha uma assistência técnica que comprove a transição [...] a Emater consegue atestar que existe uma transição agroecológica na produção” (AD02, engenheiro agrônomo).

Essa percepção mostra que o Pronaf Agroecologia, embora pouco acessado, possui elementos estruturais que o tornam atrativo, especialmente no que diz respeito ao custo do crédito e à inclusão de agricultores em fase de transição produtiva. Como argumentam Santana, Da Silva Andrade e Andrade (2023), uma política pública só se torna instrumento de

transformação quando considera as diferentes etapas do processo de mudança agroecológica. A exigência de acompanhamento técnico, neste caso, torna-se um facilitador, e não uma barreira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, historicamente marcada por processos de marginalização no campo brasileiro, possui papel estratégico na produção de alimentos, na preservação ambiental e na promoção da soberania alimentar. Em regiões como o Bioma Pampa, onde predominam unidades produtivas de menor extensão, tal forma de organização produtiva permanece como um dos principais pilares da reprodução social no meio rural, ainda que enfrente desafios significativos, como o acesso limitado a políticas públicas, as desigualdades no crédito rural e a invisibilidade institucional.

Nesse cenário, a permanência no campo, a continuidade das práticas produtivas e a garantia de alimentos para autoconsumo e comercialização dependem, em grande medida, da capacidade dos agricultores familiares resistirem às pressões do agronegócio e das políticas que o favorecem. O crédito rural, nesse sentido, se configura não apenas como um instrumento econômico, mas como uma condição fundamental para a continuidade dos modos de vida no campo. Quando articulado a políticas públicas estruturantes que dialoguem com as especificidades socioprodutivas do meio rural, pode fortalecer práticas sustentáveis e garantir a autonomia das famílias.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desde sua criação, busca oferecer condições específicas de financiamento à agricultura familiar, reconhecendo suas particularidades econômicas, sociais e produtivas. No entanto, ao longo de sua trajetória, o Pronaf também reproduziu contradições que evidenciam a disputa entre diferentes projetos de agricultura, ora favorecendo práticas convencionais voltadas à produtividade mercantil, ora abrindo espaço — ainda que de forma limitada — para iniciativas sustentáveis e de base agroecológica.

Com base na investigação realizada no município de Santana do Livramento/RS, foi possível analisar em que medida o Pronaf tem contribuído para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos no território. Os dados revelam que, mesmo no âmbito da agricultura familiar, o programa tende a priorizar cultivos associados aos mercados convencionais, como a pecuária bovina e, especialmente, o avanço da soja, cuja participação nos financiamentos aumentou significativamente ao longo do período analisado. Tal cenário evidencia uma das disfunções mais recorrentes do Pronaf, ao direcionar recursos majoritariamente para cadeias produtivas alinhadas à lógica do agronegócio, em detrimento do fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis e adaptados às realidades locais.

Embora os referidos contratos sejam formalmente enquadrados no Pronaf, seus efeitos socioambientais evidenciam distorções do programa frente aos objetivos de fortalecimento da

agricultura sustentável. A expansão da soja no município tem avançado sobre áreas do Bioma Pampa, comprometendo a biodiversidade local e intensificando o uso de agrotóxicos e a degradação do solo. Trata-se de um modelo produtivo incompatível com os princípios da agroecologia e da soberania alimentar, uma vez que substitui cultivos diversificados por monoculturas destinadas à exportação.

Além do exposto, agricultores familiares agroecológicos relataram dificuldades para proteger seus cultivos da contaminação por deriva aérea de agrotóxicos oriunda de lavouras de soja vizinhas. Tais relatos revelam não apenas a fragilidade das políticas públicas em garantir territórios livres de contaminação, mas também os limites institucionais do Pronaf quando sua execução não está alinhada com os princípios agroecológicos.

É nesse cenário que se insere o Pronaf Agroecologia, linha específica voltada à transição de sistemas produtivos convencionais para modelos baseados nos princípios da agroecologia. O subprograma, embora represente um avanço normativo ao reconhecer a importância dos sistemas sustentáveis, ainda enfrenta obstáculos para sua consolidação prática. A partir deste estudo, constatou-se o potencial do crédito rural, se acessado adequadamente, especialmente do crédito voltado à agroecologia, para fomentar práticas sustentáveis no meio rural — aspecto ressaltado tanto pelos agentes de desenvolvimento quanto pelos agricultores familiares. No entanto, a linha específica do Pronaf Agroecologia ainda enfrenta entraves em sua efetivação, como demonstrado em Santana do Livramento/RS.

Em âmbito nacional, os dados analisados demonstram que o acesso ao Pronaf Agroecologia permanece concentrado em poucos estados, revelando desigualdades estruturais no financiamento da agroecologia. O Rio Grande do Sul se destaca como principal beneficiário, com acesso sistemático à linha ao longo de todo o período analisado, e com montantes que superam R\$ 1 milhão em diversos anos. Além disso, observa-se que mesmo nos estados com maior volume de recursos, como o caso gaúcho, a distribuição permanece concentrada em determinados territórios, revelando desigualdades internas. Exemplo disso é o município de Santana do Livramento, onde não foram identificadas contratações na linha agroecológica entre 2015 e 2023.

Ainda assim, entre os recursos efetivamente aplicados, nota-se que a maior parte foi destinada à estruturação produtiva, sendo o Rio Grande do Sul um dos principais exemplos dessa tendência, com ênfase na aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Tal direcionamento não deve ser interpretado como uma dissociação dos princípios agroecológicos, mas sim como reflexo da necessidade de fortalecimento da base material da produção familiar.

A mecanização adequada à pequena escala e às práticas sustentáveis constitui um elemento estratégico para a autonomia produtiva e para a melhoria das condições de trabalho no campo. Conforme apontado pelos participantes da pesquisa, o acesso a maquinários de menor porte, adaptados às características das unidades produtivas familiares, é essencial para ampliar a eficiência e garantir a compatibilidade com os sistemas de base agroecológica. Dessa forma, a alocação de recursos para equipamentos pode representar um avanço na consolidação da agroecologia, desde que alinhada às especificidades socioeconômicas e produtivas do público beneficiário.

Contudo, observa-se que o acesso ao crédito específico voltado à agroecologia ainda é extremamente limitado no cenário nacional, representando uma parcela irrisória diante do total de financiamentos do Pronaf. O que evidencia um descompasso entre a existência formal da política e sua execução prática nos territórios, o que compromete o potencial de fortalecimento da agroecologia por meio do crédito rural.

Além disso, a ausência de operacionalização consolidada do Pronaf Agroecologia reforça a invisibilidade institucional das práticas sustentáveis e limita as possibilidades de expansão e diversificação nas unidades familiares de prática agroecológica. Ao concentrar-se em poucas regiões, o subprograma – assim como o Pronaf total – expressa sua dificuldade de adaptar-se às dinâmicas socioprodutivas locais, por essa razão, a política pública corre o risco de permanecer restrita à sua existência, sem ser executada de fato.

No contexto de Santana do Livramento, a ausência de contratações na linha Pronaf Agroecologia revela um cenário ainda mais crítico do que aquele observado nos âmbitos nacional e regional. O vazio de operações contratuais evidencia uma lacuna institucional e operacional que compromete profundamente a efetividade da política pública em escala local. Tal situação torna-se ainda mais contraditória diante da presença de agricultores familiares agroecológicos no território, alguns dos quais possuem certificação por meio do Organismo de Controle Social e mantêm participação ativa nas feiras e mercados do município.

Nesse contexto, ressalta-se a possibilidade de iniciativas locais, com ênfase em políticas públicas municipais capazes de dialogar diretamente com as especificidades territoriais. A partir da escuta ativa dos sujeitos do campo e da valorização dos saberes locais, essas ações teriam maior capacidade de adaptar-se às realidades das unidades produtivas, superando a rigidez dos programas nacionais. Como apontado por uma das agentes de desenvolvimento, políticas desenhadas no próprio município tenderiam a ser mais eficazes por sua proximidade com os agricultores, permitindo maior agilidade nas respostas às demandas e maior reconhecimento das práticas já consolidadas nos territórios.

Durante a realização desta pesquisa, foi possível acompanhar diferentes realidades, experiências e obstáculos enfrentados por agricultores familiares agroecológicos do município. Apesar das adversidades, há resistência, criatividade e compromisso com práticas sustentáveis. Independentemente das certificações formais ou dos contextos produtivos específicos, todos os agricultores demonstraram relação intrínseca com a agroecologia, compreendida não apenas como um modelo de produção, mas como um modo de vida, pautado em valores sociais, culturais, ambientais e alimentares. Essa pluralidade de vivências evidencia a riqueza de perspectivas que coexistem no interior da agricultura familiar.

Entretanto, há de se ressaltar que os agricultores certificados tendem a apresentar uma perspectiva mais voltada à comercialização e ao mercado, enquanto os não certificados, em especial os assentados, revelam vínculos mais profundos com as dimensões sociais, culturais e alimentares da própria agricultura familiar. Tal diferença não deve ser interpretada como oposição, mas como expressão da diversidade de projetos e valores que compõem o universo da reprodução social no campo.

A diversidade de princípios e convicções também se refletiu nas percepções dos agentes de desenvolvimento entrevistados, que revelaram a complexidade do acesso ao crédito agroecológico. Suas falas mostram que há diferentes compreensões sobre as dificuldades e facilidades no uso das políticas públicas. Enquanto alguns destacam entraves como burocracia e desinformação, outros apontam avanços nos critérios de enquadramento e na atuação institucional. A pluralidade de visões reforça a ideia de que o êxito do Pronaf Agroecologia não depende apenas da sua regulamentação, mas também da articulação entre os atores que compõem o sistema local de desenvolvimento rural.

Destaca-se, inclusive, que uma das agentes entrevistadas, ainda que comprometida com a agricultura familiar no município, não conhecia a linha Pronaf Agroecologia antes de participar da pesquisa e, a partir desse contato, passou a indicá-la aos agricultores. Esse fato, ainda que pontual, demonstra o potencial da pesquisa acadêmica em produzir efeitos concretos na realidade, contribuindo para ampliar o acesso e a visibilidade de políticas públicas pouco conhecidas. Tal impacto evidencia o valor da interação entre universidade, campo e instituições locais.

Do ponto de vista do pesquisador, essa caminhada também implicou transformações. Como alguém de origem urbana e com pouco contato prévio com as dinâmicas do meio rural, foi necessário um processo intenso de imersão, escuta e aprendizado. Cada entrevista, visita de campo e conversa informal ajudou a construir um entendimento mais profundo sobre o cotidiano, os desafios e as estratégias dos agricultores familiares agroecológicos. Ao final,

restou a certeza de que a agroecologia vai muito além de uma prática produtiva — trata-se de um projeto político, ético e social.

Por fim, a presente dissertação buscou contribuir para o debate sobre o acesso ao crédito rural para a produção agroecológica, trazendo à tona elementos quantitativos e qualitativos que ajudam a compreender os limites e potencialidades do Pronaf Agroecologia. Embora os resultados revelem desafios significativos, também apontam caminhos possíveis para o fortalecimento dessa política pública, a partir da valorização dos saberes locais, do investimento em assistência técnica de base agroecológica e da construção de redes municipais de apoio à expansão agroecológica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. **De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar**. Petrolina: Embrapa, 2007.

ALBUQUERQUE, R. C. A companhia das índias ocidentais: uma sociedade anônima? **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 105, p. 25-38, 2010.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, n. 16, p. 22–32, 2012.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PtA: fase, 1989.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolvimento e Meio ambientes**, Curitiba, v. 57, 2021.

ALVES, L. R.; BECKER, C.; NASCIMENTO, S. G. S.; ÁVILA, M. R. Percepção ambiental e agricultura familiar: O caso da cooperativa “Agroecologia, Terra, Pampa e Fronteira”. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 8, n. 3, 2018.

ALVES, M. O. *et.al.* **PRONAF e ater pública na área de atuação do BNB: principais desafios para a transição agroecológica e proposições baseadas na experiência da Paraíba**. Fortaleza: BNB, 2022. (Documentos do Etene, n.34)

ALVES, P. F.; ROCHA, E. G. A importância socioambiental das redes de agroecologia: Um estudo sobre a Rede Asa-Brasil. In: SOUZA FILHO, C. F. M. (Org.) *et al.* **Agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar**. Curitiba: Cepedis, 2021.

ALVES, F.; SILVA, S. P.; VALADARES, A. A.; BASTIAN, L. Análise da relação entre créditos do Pronaf e diversificação da produção agrícola em estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil de 2006 a 2017. In: SANTOS, G. R.; VALADARES, A. A.; SILVA, S. P. (ORGS.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. v. 2, p. 165–189, 2025.

ANDRADE, N. H. S. **Seletividade, exclusão e inadimplência no Pronaf**: as disfunções do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Brasil sob perspectiva econômica. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

AQUINO, H. *et al.* A Política Nacional de Agroecologia e produção orgânica e sua integração com outras políticas de apoio à agricultura familiar. **Agroecologia: Produção e Sustentabilidade em Pesquisa**, Guarujá, SP, v.3, p. 14-30. Editora Científica Digital, 2023.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. In:

SAMBUICHI, R H R. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: Ipea, 2017. p. 197-228.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 163-189, jan./abr. 2021.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de extensão e estudos rurais**. Viçosa, MG, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

ARAÚJO, T. M. F.; CLEMENTINO, V. D. R. Análise do uso de inovações tecnológicas pela agricultura familiar: Uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, São José, SC, v. 6, n. 3, p. 01–25, 2024.

AZEVEDO, T. *et al.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil e Combate à Pobreza Rural. **Agroecologia: produção e sustentabilidade em pesquisa**, Guarujá/SP, v. 2, 2022.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021.

BACEN – Banco Central do Brasil - MCR - Manual de Crédito Rural, 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de crédito rural – MCR**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4862.htm>>

BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil – período de 1985 a 2003. **Revista Teoria e Evidências Econômicas**, Passo Fundo, RS, v. 14, n. 26, p. 43-69, maio 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BANCO DO BRASIL. AGRONEGÓCIOS, Diretoria. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 13, n. 4, p. 4-17, 2004.

BASTOS, P. P. Z. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica dos anos 1930. **Revista Economia**, Campinas, SP, v. 9, n. 4, p. 183-214, 2008.

BECKER, C. *et al.* Processo de regularização da produção orgânica pelos agricultores familiares: um estudo de caso sobre o OCS–Santana do Livramento, RS. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, n. 10, p. 75, 2020.

BECKER, C.; NASCIMENTO, S. G. S.; ACOSTA, L. S.; DE ÁVILA, M. R. Experiência de ajudatórios agroecológicos na fronteira do Brasil com Uruguai: O caso de Santana do Livramento. **Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania**, Ponta Porã, PR, v. 5, n. 8, p. 94–111, 2021.

BECKER, C; NESKE, M. Z.; GUIMARÃES, L. A. Inovações agroalimentares na agricultura do Pampa Gaúcho: construção coletiva de um mecanismo de certificação participativa em Santana do Livramento, RS. **Cadernos de Agroecologia**, Belém, v. 10, n. 3, 2015.

BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2016.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF; MDA, 2015.

BNDES PRONAF. Banco Nacional de Desenvolvimento Social –**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, 2024. Disponível em:
<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>

BOATENG, G. O. *et al.* **Best practices for developing and validating scales for health, social, and behavioral research: a primer**. Lausanne, Suíça, v.6, 1-18, 2018.

BOLFE, E. L.; JORGE, L. A. C.; SANCHES, I. D. A. Tendências, desafios e oportunidades da Agricultura Digital no Brasil. **Revista Eletrônica Competências Digitais Para Agricultura Familiar**, Tupã, SP, v. 7, n. 2, p.15-36, 2021.

BOLTER, J. HAAS, J. Organização e atuação da Fetraf-Brasil e da Fetraf-Sul. In: TEDESCO, J.C.; SEMINOTTI, J.J., ROCHA, H.J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 59-81.

BORSATTO, R. S.; ALTIERI, M. A.; DUVAL, H. C.; PEREZ-CASSARINO, J. Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 39, n. 1, p. 99–113, 2019.

BRAMBILLA, M. A.; MICHELLON, E. Focalização do Pronaf na região Sul do Brasil. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 40, n. 72, p. 115-133, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 3.272, de 5 de outubro de 1885**, 1885. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3272-5-outubro-1885-543469-publicacaooriginal-53793-pl.html>>

BRASIL. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível em < [BRASIL. **Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <\[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm\]\(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm\)>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Pr ograma%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art.></p>
</div>
<div data-bbox=)

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Brasília, DF, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14829.htm.

BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2024. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério**, 2019. Acesso em: em 18 março de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Safra 2003/2004**. Brasília: MAPA, 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório de avaliação: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/subsidios/relatorio_avaliacao-cmas-2020-pronaf.pdf.

BUAINAIN, A. M. *et al.* **Alternativas de financiamento agropecuário. Experiências no Brasil e na América Latina**. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), San Jose, Costa Rica, 2007.

BUAINAIN, A. M. **Trajetória recente da política agrícola brasileira**. 1999. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

BÚRIGO, F. L. Sistema Nacional de Crédito Rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades. In: VOLLES, A. *et al.* (Orgs.). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**, Francisco Beltrão/PR: Infocof, 2010.

BÚRIGO, F. L. *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 636-668, 2021.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, n. 32, p. 34-55, 2016.

CAMPAGNOLLA, C.; MACÊDO, M. M. C. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 26952, 2022.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. J. Ambiguidade de referenciais tecnológicos da ação pública no meio rural: agricultura familiar e limites à sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, v.36, p. 167-187, abr. 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./maio, 2002.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão rural agroecológica: experiências e limites. **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 22, n. 2, p. 275-297, 2017.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: Embrapa, 2008.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.) **Agroecologia: os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 267-311.

CASTRO, B. *et al.* Ações remotas para o incentivo da Agroecologia. **Revista Extensão e Cultura da UFRB**, Cruz das Almas, BA, v. 25, n. 1, p. 176–188, 2024.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER Brasília**: Rio de Janeiro: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 14, n. 1, p. 26-44, 2009.

CAVINATO, N. R.; CAPITANI, D. H. D. Eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil: uma análise sob a ótica regional. **Economia e Sociedade**, Campinas/SP, v. 32, n. 2, p. 429-455, 2023.

CHIACCHIO, M. A.; LÍRIO DE SOUSA, A. A expansão da soja e os efeitos no mercado de terras na Amazônia. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon/PR, v. 17, n. 02, 2024.

CHURCHILL, G A; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para o cliente**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CIAPO - Câmara Interministerial De Agroecologia E Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília: MDS, CIAPO, 2013. Disponível em: <<http://www.agroecologia.gov.br/plano>>

CINTRÃO, R. P. *et al.* O poder da soja no Paraná e o uso de agrotóxicos: um desafio à agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.

CLAUDINO, L. S. D.; WAGNER, D.; CAETANO, R. C. Um panorama da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO): reflexões e perspectivas alternativas aos agrotóxicos. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Análise das linhas de crédito do Plano ABC+ para agricultura familiar**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2024. (Texto para discussão, n. 3079).

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 24, n. 3, p. 12-34, 2019.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A *commoditização* do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó/SC, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

CORREA, A. T. **A Agricultura familiar e seu papel na produção rural paraense: uma análise a partir do censo agropecuário de 2017**, 2024. Dissertação, (Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

COSTA, E. A.; SANTOS, P. F.; RODRIGUES, G. H. S. Certificação orgânica por OCS ou por SPG? O caso do grupo-bem-estar, Ladário/MS. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente/SP, v. 8, n. 1, n.p, 2024.

CRESWELL, J. W. **Procedimentos de métodos mistos**. Creswell, JW Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, pp. 211-227.

CHRISTOFFOLI, P. I. *et al.* Efeito indução do PAA e PNAE à adoção da cooperação e da agroecologia por agricultores familiares assentados. In: ... **Anais** do III Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, online. Publicação no prelo, 2021.

CRUZ, N. B.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Diferenças regionais na agricultura familiar e no uso do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 33, p. e01975, 2024.

DALCIN, D.; HARTMANN, R. J. Captação e características do Pronaf no Corede Missões/RS (2013-2018). **Revista Grifos**, Chapecó/SC, v. 30, n. 51, p. 301-326, 2021.

DA SILVA, G. F. *et al.* A importância do seguro rural no Brasil. In: ... **Anais** da Semana Universitária e Encontro de Iniciação Científica, v. 1, n. 1, 2022.

DELANOY, M.; VIANA, J. G. A.; TROIAN, A. Sustentabilidade de sistemas pecuários no Rio Grande do Sul e perspectivas de políticas públicas regionais. **Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**, Belém, v.9 n.2, p. 141-160, 2020.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G (Org.) **Brasil Rural em Debate**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, Brasília, 2010.

DELGADO, N. G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G.; ROMANO, J.; KATO, K; Dinâmicas recentes de territorialização e desterritorialização e processos de construção de resiliência no território da Borborema (PB). IN:GRISA, C. *et al.*; **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

DIAS, T. K. M. *et al.* O impacto da posse da terra do agricultor familiar sobre o acesso ao crédito rural. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v.58, p.33-71, 2021.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 18, n. 3, jul/set, p. 230-255, 2021.

EMBRAPA. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**: por uma transição nas práticas agrícolas convencionais. Brasília: Embrapa, 2022.

EKERT, G. D.; MOKFA, S. A.; SILVA, N. L. S. A contribuição da Agricultura Familiar de pequena escala para a soberania alimentar no Brasil e a invisibilidade da heterogeneidade no campo. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, n.p., 2025.

FAVARETO, A. *et al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, n. 47, p. 348-381, 2019.

FAVARETTO, A. O combate à pobreza rural na América Latina e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – a necessidade de um enfoque relacional. **Revista Grifos**, Chapecó/SC, v. 27, n. 45, p. 13-52, 2018.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Divisão Geopolítica do Estado do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>

FERNANDES, P.G. A.; MICHELLON, E. Análise comparativa entre o Pronaf e o Pronaf Agroecologia de 2015 a 2021. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 33, p. e01945, 2024

FERREIRA-BELLÉ, Á. M. Segurança alimentar e nutricional: produção para autoconsumo de famílias agricultoras do município de Ampére-PR, 2021. Dissertação, (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

FERREIRA, G. L. Pronaf: Uma política pública aplicada de maneira excludente. **Revista Iuris Novarum**, Cacoal/RO, v. 3, n. 1, p. 22-22, 2023.

FIGUEIRÓ, A. S. **Transformações na paisagem do Pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território**. In: WIZNIEWSKY, C.R.; F.; FOLETO, L. M. (Org.) s. Olhares sobre o Pampa: um território em disputa. Porto Alegre: Editora Evangraf, p.140-168, 2017.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa e quantitativa. In: FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, R. B. *et al.* Agroecologia e Mudanças Climáticas no Semiárido: a Contribuição da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 20, n. 1, 2025.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.17-27, 2008.

FONTOURA, L. M. *et al.* Circuito de turismo e agroecologia em Maricá-RJ: perspectivas e oportunidades para o desenvolvimento local. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro v. 19, n. 1, 2024.

FOSSÁ, J. L. **A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo PRONAF em Santa Catarina**. 2021. Tese (Doutorado em Administração) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FOSSÁ, J. L.; COMERLATTO, D.; CHEMIN, P. Crédito rural no Brasil: das concessões à institucionalização de políticas. In: ... **Anais do I Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, 2016.

FOSSÁ, J. L.; COMERLATTO, D.; MATTEI, L. F. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 670-693, 2018.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, Santa Maria/RS, 29, e1-e27, 2022.

FOSSÁ, J. L. *et al.* (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 20, n. 2, p. 189-203, abr./jun. 2023.

FOSSÁ, J. L. *et al.* Agricultura familiar em circuitos curtos de abastecimento alimentar: comercialização agroecológica em Chapecó/SC. **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 28, n. 1, 23 out. 2023.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, Chapecó/SC, v. 30, n. 54, p. 73-93, 2021.

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A. Análise da distribuição do crédito rural nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Campo-Território**, Uberlândia/MG, v. 19, n. 55, p. 51–75, 2024.

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A. Fortalecendo o quê? O Pronaf na capital nacional da Agricultura Familiar (Canguçu/RS). **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa/MG, v. 22, n. 1, p. 1–21, 2024.

FRANÇA, C. G.; MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. Crédito e garantia de renda para a agricultura familiar. **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, p. 53-79, 2016.

FRANÇA, C. G.; MARQUES, V. P. M. A.; GRISA, C. O Pronaf em questão: contribuições para novas pesquisas. **Raízes**, Campina Grande/PB, v. 43, n. 2, p. 311–328, 2023.

FREITAS, E. P. Agronegócio e geopolítica do liberalismo transnacional: biodiversidade e soberania alimentar em risco na América do Sul. **Revista Tramas y Redes**, Buenos Aires, Argentina, n. 1, p. 69-84, 2021.

GAMA, A. L. *et al.* O GLOBAL E O LOCAL: riscos e desafios das megafusões no setor agroalimentar para a segurança alimentar no Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 80, p. 176-188, 2022.

GASPAR, A. S.; SILVA, J. A. P.; NASCIMENTO, T. A. Acesso ao crédito rural e seus impactos socioeconômicos para Agricultores Familiares de Cacoal, Rondônia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 6638–6652, 2024.

GAZOLLA, M.; VIGANÓ, C.; MARINI, M. J. PRONAF no estado do Paraná: quais lógicas de desenvolvimento têm sido fortalecidas? **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, SC, v. 10, p. 751-773, 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre, Ufrgs, 2000.

GONÇALVES, L. R. *et al.* Futuros imaginados: A agroecologia como referencial para uma nova geração de políticas públicas e ações coletivas. In: **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Rio de Janeiro, p.48-76 ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, 2022.

GONÇALVES, T. L. **Captação desigual de crédito do PRONAF em municípios brasileiros: uma análise a partir dos dispositivos legais e da distribuição territorial por períodos governamentais**, 2023. Dissertação, (Agronomia: Energia na Agricultura) – Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, SP, 2023.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15.n. 43, 2001.

GRIGOL, N. S. *et al.* Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v. 60, n. 2, p. e233195, 2022.

GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão na agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo (2004–2016). **Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 24, p. 7-30, 2017.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.83-109, 2010.

GRISA, C, *et al.* **A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações.** Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v.52, n.1, p. 125.146, 2014.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v. 45, p. 301-328, 2007.

GUIMARÃES, D. M. N. **Avaliação dos impactos do plano nacional de agroecologia e produção orgânica nos serviços de assistência técnica no âmbito da reforma agrária nos estados do Acre e Pará.** 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

GURGEL, R. F. de S.; NUNES, E. M.; SILVA, V. M. da. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da EMATER e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) no Território da Cidadania Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte. **Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 29, n. 1, p. e3, 2022.

HAIR JR., J. F.; WOLFINBARGER, M.; ORTINAU, D. J.; BUSH, R. P. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

HEYDT, D.; HOFF, D. N.; TROIAN, A. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, RS, v. 2, n. 1, 17 jul. 2019.

IAZDI, O.; GOMEZ, R. E.; PAIXÃO, M. A. S.; Distribuição do crédito e o Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (Pronaf) no período de 2013 a 2024. **Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania**, Ponta Porã, PR, v. 8, n. 1, p. 113–134, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**, 2019. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>

KATO, K. Y. M.; DELGADO, N. G.; ROMANO, J. O. Territorial approach and rural development challenges: Governance, state and territorial markets. **Sustainability**, [s.l.] v. 14, n. 12, p. 7105, 2022.

LARANJA, R. L. B. *et al.* Intercâmbio de Saberes e Práticas em Sistemas Produtivos Sustentáveis: Fortalecimento da Agroecologia na Baixada Cuiabana. **Cadernos de Agroecologia**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 2, 2024.

LANGBECKER, T. B.; ARBAGE, A. P.; VIANA, João Garibaldi Almeida. Rotinas e processos inovativos na pecuária familiar na Campanha Gaúcha. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, PR, v. 19, n. 1, p. 01-17, 2023.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LIMA, M. H. *et al.* Organização de controle social (OCS): suas ferramentas de controle e importâncias para certificações na região do triângulo Mineiro. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.

LIMA, R. E. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. **Revista Ensaios de Geografia**. Niterói, RJ, v. 7, n 13, p.31-42, 2021.

LITRE, G.; BURSZTYN, M. Percepções e adaptação aos riscos climáticos e socioeconômicos na pecuária familiar do bioma pampa. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 55–80, jul. 2015.

LOPES, M. R. C. A.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O financiamento da produção sustentável na agricultura familiar: uma análise do PRONAF no estado da Bahia. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, SC, v. 13, p. 63–84, 2023.

LOURENÇO, A. V.; Grisa, C.; Schmitt, C. J. Políticas públicas voltadas às/aos trabalhadoras/es do campo, das florestas e das águas: precedentes e desmontes. In: Lourenço *et al.* **(Orgs.) Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Rio de Janeiro, ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, 2022.

MACIEL, M. D. A. **Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar: o caso de Santana do Livramento/RS**, 2022. Dissertação, (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2022.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A. A produção de novidades da agricultura familiar: O protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. **Desafio Online**, Campo Grande, MS, v. 10, n. 3, 2022.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Inovação e sustentabilidade: As práticas da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento/RS. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 32, n. 60, p. 01-23, 2023.

MACIEL, M. D.A.; TROIAN, A.; MAIA, J. F. Dinâmica econômica-social e ecológica-cultural dos agricultores familiares agroecológicos em Santana do Livramento, RS, Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 39, n. 90, p. 372-400, 2024.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; VIANA, J. G. A. As práticas inovadoras da agricultura familiar agroecológica: o contramovimento em Santana do Livramento, RS. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 2, n.p., abr. 2024.

MAIA, J. F. **O Pampa Gaúcho e a contribuição da agricultura e da pecuária familiar no processo de desenvolvimento territorial**, 2022. Dissertação, (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2022.

MAIA, J. F.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A. A imaterialidade do material: o Pampa Gaúcho na prática e no imaginário dos agricultores e pecuaristas familiares agroecológicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 20, n. 1, 2024.

MAIA, J. F.; TROIAN, A. Transformações no cenário rural em Dom Pedrito: efeitos da modernização da agricultura. In: ... **Anais** do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, Santana do Livramento/RS, v. 12, n. 2, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8ª. ed. – Barueri/SP: Atlas, 2022.

MATOS, P. F.; PESSOA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MATOS VASCONCELLOS, I.; JANUARIO, É. C.; LOPES, V. J.; GOMES JUNIOR, N. M.; RUELLA, P. R. Educação financeira e acesso ao crédito na agricultura familiar: reflexões sobre o PRONAF e as barreiras institucionais. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, SP, v. 27, n. 2, p. 39-60, 2024.

MATTEI, L. F. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA; Nead, 2005

MATTEI, L. F. O Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91. 2014.

MATTEI, L. F. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 35, p. 01-15, 2015.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, p. 57–66, nov. 2008.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **PRONAF agroecologia. Cadernos da agricultura familiar, volume 1** – Brasília-DF, 2016.

disponível em: </

<http://www.contag.org.br/imagens/campanhas/Caderno1PronafAgroecologiaweb.pdf/>>

- MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. **Campo-território: Revista De Geografia Agrária**. Uberlândia, MG, v. 14, n. 34, p. 6-35, dez. 2019.
- MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 11-14, 2004.
- MELLO, L. M. R. MACHADO, C. A. E. **Vitivinicultura brasileira: panorama 2019**, Bento Gonçalves/RS: Embrapa, 2020.
- MONTEIRO, A. P.; FEITOSA, M. M.; SOUSA, E. C.; LEMOS, J. J. S. Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões e os estados brasileiros. **Revista Caribeña de las Ciencias Sociales**, Miami, Estados Unidos da América, v. 12, n. 3, p. 1524-1547, 2023.
- MOREIRA, J. G.; MATTE, A.; CONTERATO, M. A. Avanço da soja e estratégias de adaptação da pecuária de corte no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 19, n. 1, 2023.
- NEVES, E. C. C.; SCHMITZ, H. Um Balanço da operacionalização do PRONAF em Marabá e suas implicações em um assentamento rural entre 2013 e 2019. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, SP, v. 24, n. 2, p. 84-104, 2021.
- NICHOLLS, C. I. *et al.* Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Agriculturas, Cadernos para Debate**, Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 2, 2015.
- NIEDERLE, P. *et al.* *Narrative disputes over family-farming public policies in Brazil: conservative attacks and restricted countermovements.* **Latin American Research Review**, Cambridge, Inglaterra, v. 54, n. 3, p. 707-720, 2019.
- NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. J. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 42, n. Especial, p. 507-520, 2022.
- NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2018.
- NÓBREGA, M. F. **Desafios da Política Agrícola**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985.
- NOSKOSKI, L.E. C. *et al.* O PRONAF no estado do Rio Grande do Sul: uma revisão sistemática da literatura. **GeSec: Revista de Gestão e Secretariado**, São José dos Pinhais, PR, v. 15, n. 5, 2024.
- OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.
- OLIVEIRA, M. A. C. D. Política de crédito rural para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável. **Hegemonia**, Brasília, n. 13, p. 29, 2014.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas Teorias do Desenvolvimento Regional. **Informe GEPEC**, Toledo, PR, v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021.

OLIVEIRA SANCHES, F.; VERDUM, R.; FISCH, G. Chuvas extremas em Alegrete (RS): um estudo sobre sua ocorrência no Século XX. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 327-339, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **As Nações Unidas no Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

PADOVAN, M. P. Agroecologia, agricultura familiar e o desenvolvimento local e regional sustentável. In: CARDOSO, R.; QUINTELA, J. B. (Org.). **Open Science Research IX**. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2022, v. 9, p. 1372-1394.

PADOVAN, M. P. *et al.* Propostas para o fortalecimento da agroecologia e do desenvolvimento sustentável diante da emergência climática. In: ... **Anais do Agroecol 2024**, Campo Grande, MS, v. 2, n. 16, 2024.

PARENTE, S. Financiamento e crédito para produção e comercialização da agricultura familiar agroecológica/orgânica. In: KÜSTER, A.; MARTÍ, J. F.; FICKERT, U. (Orgs.) **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no norte e nordeste do Brasil**. Fortaleza: FKA, 2004. p. 97-109

PEDROSO, N. A.; ANTIQUEIRA, L. M. O. R. Sementes Crioulas: Conservação, Soberania alimentar e Agrobiodiversidade na região dos Campos Gerais, Paraná, Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 28, n. 1, 2025.

PEREIRA, G. M. C. L. *et al.* Assistência técnica e extensão rural agroecológica na perspectiva da soberania e segurança alimentar: uma experiência em Pernambuco–Brasil. **Revista De Estudos Interdisciplinares**, Campinas, SP, v. 5, n. 3, p. 168-190, 2023.

PEREIRA, M.; *et al.* Crédito verde – políticas públicas voltadas à agroecologia. In: ... **Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.

PEREIRA, M. G. R. *et al.* Agroecologia e desenvolvimento sustentável: por uma transição nas práticas agrícolas convencionais. **Agroecologia: produção e sustentabilidade em pesquisa**, Guarujá, SP, v. 3, 2022.

PESSETTI, M. Modernização da agricultura e seus desdobramentos no espaço agrário. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, SP, v. 5, p. 1–26, 2021.

PICANÇO, A. B.; DE SOUZA, P. M. Agricultura familiar e associativismo: obstáculos e avanços na experiência das associações de agricultores de Itaperuna–RJ. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS, v. 20, n. 4, p. 215-237, out./dez 2023.

PICOLOTTO, E.; LAZZARETTI, M. O sindicalismo da agricultura familiar no sul do Brasil no cenário recente. **Ejes de Economía y Sociedad**, Paraná, Argentina, v. 7, n. 12, p. 40–57, 2023.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v.52, p. 63-84, 2014.

PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.p, 2014.

POLICARPO, M. A. *et al.* **O Programa Nacional de Bioinsumos no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: origem, contribuições e potencialidades**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. 70 p. (Texto para Discussão, n. 2933).

PRETTO, J. M. **Amplitude e restrições ao acesso do PRONAF – investimento no Rio Grande do Sul**: um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PRETTO, J; HORN, C. H. V. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **COLÓQUIO, Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS, v. 17, n. 1, p. 35-39, 2020.

PROCHNOW, D. A. Análise do PRONAF e seu apoio à sustentabilidade da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, Curitiba v. 7, n. 5, p. 202-221, 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Plataforma Agenda 2030, 2021**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br>>

QUEVEDO, M. G. *et al.* Ganhos comerciais na rotação das culturas de arroz e soja no Rio Grande do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, MG, v. 24, 2022.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JR., G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa, 2010.

REDIVO, A. D. S.; FONSECA, P. C. D. A atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI): 1937-1969. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1080–1102, out. 2022.

REICHERT, L. J. A administração rural em propriedades familiares. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, RS, v. 5, n. 10, p. 67-86, mai. 1998.

ROCHA, G. *et al.* O Papel da agroecologia no combate à fome: revisão. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 20, n. 1, 2025.

ROCHA, J. M. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. In: ... **Anais da 1ª Jornada de Desenvolvimento Regional da FEE**, Porto Alegre, 2011.

RODE, G. F.; STOFFEL, J.; RAMBO, A. G. PRONAF Agroecologia: reflexões sobre o (não) acesso ao subprograma no território da cidadania Cantuquiriguaçu, PR. **Informe GEPEC**. Toledo, PR, v. 25, n. 1, p. 10-26, 2021.

RODRIGUES, S. T. S. **O crédito rural promotor do desenvolvimento e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 2013. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. Agricultura familiar brasileira: **Desafios e perspectivas de futuro**, Brasília. p.265-291, 2017.

SALGUEIRO, F. A. R. **Avaliação da execução da política de crédito rural pela Caixa Econômica Federal**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca, SP, 2020, p. 33-149.

SALVAGNI, J. *et al.* Corporações monopolistas: as consequências ao Brasil da hegemonia na produção e no consumo alimentar. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, RS, v. 19, n. 1, p. 225-244, 2022.

SALVAGNI, J.; JOHANSSON, M.; CUNHA, S. As formas associativas e de Cooperação no percurso da Agricultura Familiar da Região uva e vinho do Rio Grande do Sul, Brasil. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 77-95, 2021.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A contribuição do Planapo para o fortalecimento das linhas verdes do Pronaf. **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, SE. v. 15, n. 2, 2020.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O financiamento da transição agroecológica no Brasil: será que estamos no caminho certo? **Cadernos de Agroecologia**, Brasília, v. 13, n. 1, 2018.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 54, p. 1079-1096, 2020.

SANTANA, G. R.; DA SILVA ANDRADE, H. M. L.; ANDRADE, L. P. Agroecologia e agricultura familiar sustentável: percursos e estratégias para transição. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 55-72, 2023.

SANTOS, C. F. *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, abr. 2014.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M.S. Desenvolvimento: um conceito em construção. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, SC, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

SANTOS, G.; VALADARES, A.; SILVA, S. P. (Orgs.). **Agricultura e diversidades: análises e evidências a partir do Censo Agropecuário 2017**. Brasília: Ipea, 2025. v. 2, p. 83-97.

SANTOS, M. Educação do Campo: alguns indicadores. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 6, p. e10791, 2021.

SANTOS, R. G. *et al.* Policultura agroecológica na Agricultura Familiar: um relato de experiência na comunidade do Brejo Bezerra, Iuiu-BA. **Cadernos Macambira**, Serrinha, BA v. 8, n. 4, p. 57-58, 2023.

SANTOS, R. M. D. C.; ARAGÃO, P. C. Os reflexos das relações de gênero e poder no direito de acesso à terra das mulheres rurais. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 6, p. e2108, 2023.

- SANTOS, S. L. F.; SOUSA, R. P.; FERREIRA, P. C. Educação ambiental e agroecologia: uma proposta para o entrelaçar de saberes nas escolas rurais do município de Castanhal - PA. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, RS, v.38, n.1, p.244-265, jan./abr. 2021.
- SANTOS, S. M.; DEL GROSSI, M. E. O PRONAF e sua operacionalização na perspectiva dos agricultores familiares e atores envolvidos no processo. **Informe GEPEC**, Toledo, PR, v. 21, n. 2, p. 82–99, 2018.
- SCAPIN, B. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: o processo de (des) territorialização da agricultura de Nova Palma e Pinhal Grande/RS**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, 2021.
- SCAPIN, B.; TROIAN, A. O PRONAF na quarta colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, SC, v. 11, n. 1, p. 269–290, 2024.
- SCHEUER, J. M. *et al.* Estrutura produtiva e a agroecologia: um estudo de caso na associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant’Ana, Mato Grosso. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, RO. v. 11, n. 2, p. 50-66, 2017.
- SCHINATTO, A. G. C.; CARRARA, A. F. Acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): um estudo para o assentamento primavera, Rondonópolis - MT. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 41, n. 2, p. 422–446, 2021.
- SCHNEIDER, A. L. *et al.* Análise Da Funcionalidade Do Pronaf Agroecologia Em Uma Propriedade Na Região Noroeste Do Rio Grande Do Sul. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 10, n. 1, p. 164–174, 2020.
- SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 21, n. 3, p. 11-43, 2016.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99–122, fev. 2003.
- SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.
- SHIKI, S. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira Sobre o desenvolvimento humano. In: **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. Orgs: SAUER, S. BALESTRO, M V, Ed. Expresso Popular, São Paulo, 2010.
- SILVA, A. C.; SOUZA, M. A. de; LIMA, J. R. F. Construção de redes e agroecologia: o papel dos atores sociais no desenvolvimento rural. **Interações**, Campo Grande, MT v. 14, n. 2, p. 277-288, 2013.
- SILVA, A. R.; MACHADO L. S. F. Plano Safra 2023/2024: Impactos da Atuação do Banco do Nordeste na Agricultura Familiar. **Artigos do Etene**, Fortaleza: n.4, n.p, 2024

SILVA, B. L. *et al.* Uma análise dos recursos do PRONAF pelo modelo de opção pública: de 1995 a 2020. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 32, n. 60, p. 01-19, 2023.

SILVA, C. S.; VIANA, J. G. A. Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha-Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília v. 58, p. e214991, 2020.

SILVA NETO, B. Sistemas Agrários e Agroecologia: a dinâmica da agricultura e as condições para uma transição agroecológica no município de Porto Xavier (RS). **Revista Brasileira de Agroecologia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 15-29, 2014.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas.** 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUSA, D. N.; NIEDERLE, P.A. Pronaf e inclusão produtiva dos agricultores familiares: estudo de caso no Estado do Tocantins. **Grifos**. Chapecó, SC. Vol. 30, n. 51, p. 378-397, 2021.

SOUSA, D. N. Quilombolas e indígenas: análise dos públicos da agricultura familiar excluídos das políticas públicas em uma região da amazônia legal. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 16, p. 405-416, 2020.

SPOLADOR, H. F.S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura.** 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, SP. 2001.

STOFFEL, J.; RAMBO, A. G.; EBERHARDT, P. L. Condições de acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu/PR. **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 2, p. 809-831, 2020.

TENCHINI, F. P.; FREITAS, C. O. Agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 2, p. e266755, 2024.

TERRA, S. B.; DA COSTA, J. E. L. Nível de informação e consumo da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, PB, v. 12, n. 2, p. 311-318, 2017.

THIES, V. F.; GRISA, C.; GAZOLLA, M. Trajetórias da produção agrícola e do autoconsumo na agricultura familiar de Salvador das Missões/RS: uma análise longitudinal entre os anos de 2002 e 2017. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 26, n. 65, 2023.

TOLEDO, E. N.; ZONIN, V. J. O Pronaf: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 141-162, 2021.

TROIAN, A.; AGUIRRE, M. L. C.; OLIVEIRA, S. V. “Da Campanha” para a Cidade: as feiras da agricultura familiar em Santana do Livramento (RS). **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 28, 2023.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, p. 789-802, 2018.

TROIAN, A.; LUCIANE KLEIN, A.; DALCIN, D. Novidades e inovações na Agricultura Familiar: Debates e discussões da produção de tecnologias. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 1, n. 1, 2011.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 18, n. 50, p.109-128, 2020.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M. O crescimento do uso de agrotóxicos no Brasil: uma análise descritiva dos resultados do Censo Agropecuário 2017. In: SANTOS, G. R.; VALADARES, A. A.; SILVA, S. P. (ORGS.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. v. 2, p. 83–96, 2025.

VALADARES, A. A. **O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): uma revisão bibliográfica (2009-2019)**. Brasília: IPEA, 2021. (Texto para Discussão, n. 2706).

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

VERANO, T. C.; MEDINA, G. S.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. R. Can Family Farmers Thrive in Commodity Markets? Quantitative Evidence on the Heterogeneity in Long Agribusiness Supply Chains. **Logistics**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 17, 2022.

VERGARA, S. C. - **Métodos de Pesquisa Em Administração**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VIANA, J. G. A. *et al.* Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, PR, v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021.

VIEIRA, K. M.; VISENTINI, M. S.; LENZ, S. R. Percepções sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Uma análise multidimensional. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, MG, v. 23, p. e1790, 2021.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014.

WANDERLEY, M. de N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, Caxambu, ES, v. 3, p. 21-55, 1999.

WEID, J. M. V. D. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1820, abr. 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

WILKINSON, J. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, MG, v. 39, p. 26-34, 2010.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com agricultores familiares

Caracterização Socioeconômica dos Agricultores Familiares	
Fale sobre o(a) senhor(a), sua história de vida e sobre sua família.	
Quantas pessoas moram na unidade de produção? Quem são?	
Qual a sua escolaridade e dos outros membros da família?	
Há quanto tempo o(a) senhor(a) mora nesse nessa unidade de produção É natural de Santana do Livramento ou veio de outro local?	
Há quanto tempo o(a) senhor(a) está produzindo alimentos e produtos agroecológicos? Antes disso, o que fazia?	
O que motivou o(a) senhor(a) a produzir alimentos agroecológicos?	
Quais alimentos e produtos o(a) senhor(a) cultiva atualmente?	
O que produz para comercialização?	
Dinâmica da produção de alimentos agroecológicos	
O(a) senhor(a) prioriza a produção para autoconsumo, comercialização ou os dois?	
Quais foram as principais mudanças percebidas ao adotar práticas agroecológicas na sua unidade de produção familiar?	
Quais desafios enfrenta para manter sua produção agroecológica? E como busca superar eles?	
Acesso ao crédito e Pronaf	
O(a) senhor(a) já ouviu falar sobre o Pronaf?	
O(a) senhor(a) utiliza o Pronaf? Há quanto tempo?	
Agricultor acessa o Pronaf:	Agricultor não acessa o Pronaf
Quais linhas de crédito do Pronaf já acessou?	o. O(a) senhor(a) já considerou utilizar o Pronaf?
Como foi o processo de acesso ao Pronaf? Recebeu orientação ou apoio de alguma instituição?	o. O que o senhor percebe como impedimento para não acessar o crédito?
Já utilizou o Pronaf para custeio ou investimento?	o. Quais são as principais dificuldades ou barreiras que o(a) senhor(a) identifica para acessar o Pronaf?
Quais atividades foram financiadas?	o. Em sua opinião, de que forma o Pronaf poderia contribuir para sua produção, caso fosse acessado?
O(a) senhor(a) já utilizou o Pronaf Agroecologia?	o. O(a) senhor(a) conhece o Pronaf Agroecologia? Caso sim, por que ainda não acessou?
Financiou qual atividade com o crédito?	o. Existe algum outro tipo de apoio financeiro ou programa de incentivo que o(a) senhor(a) utiliza? Qual?
Se já utilizou, como avalia a importância dessa linha de crédito para sua produção?	o. O que deveria mudar para o(a) senhor(a) acessar o programa?
O Pronaf trouxe alguma mudança para a sua unidade de produção e sua família? Comente	o. Quais mudanças o(a) senhor(a) acredita que ocorreriam na sua unidade de produção com o acesso ao Pronaf?
Quais os principais desafios enfrentados para acessar o crédito rural?	o. O(a) senhor(a) acredita que teria condições de ampliar sua produção e diversificar os produtos ofertados caso tivesse acesso ao crédito rural?
Comercialização e impacto na produção	
Como acontece a comercialização de seus produtos?	
Participa de feiras, cooperativas ou vende seus produtos em algum estabelecimento (como nas escolas)? Se sim, há quanto tempo?	
O(a) senhor(a) percebe aumento da demanda por alimentos agroecológicos na região?	
Desafios e oportunidades	
Pretende expandir ou diversificar sua produção a partir do uso do Pronaf ou do Pronaf Agroecologia (ou pretenderia, caso acessasse)? De que forma?	
Quais melhorias o(a) senhor(a) acredita que poderiam ser implementadas para fortalecer a produção agroecológica, caso acessasse o Pronaf Agroecologia?	
Em sua opinião, como o crédito rural poderia melhorar a produção de alimentos?	

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com Agentes de Desenvolvimento

Perfil profissional e atuação
Fale um pouco sobre o(a) senhor(a), sua formação, instituição onde trabalha, cargo que ocupa e o tempo de atuação.
Quais atividades a organização desempenha?
Quais dessas atividades são específicas para atender agricultores familiares no município?
Apoio ao acesso ao crédito rural e produção agroecológica
Como é a demanda pelo Pronaf em Santana do Livramento? Em que nível ela é atendida?
Qual a percepção do(a) senhor(a) sobre os critérios de acesso ao Pronaf? São acessíveis aos agricultores familiares da região?
Os dados disponíveis no Banco Central e as pesquisas sobre o tema indicam que há pouca ou nenhuma procura pela linha Pronaf Agroecologia. Em sua opinião, quais fatores explicam essa baixa procura?
Em sua opinião o Pronaf Agroecologia apresenta benefícios claros em relação às linhas de crédito convencionais? Por quê?
Há incentivos para que produtores que não acessam crédito rural adotem práticas agroecológicas? Como são aplicados?
Desafios e sugestões
Quais são os maiores desafios enfrentados pelos agricultores familiares para acessar políticas públicas e praticar a agroecologia?
Que tipo de apoio a sua instituição oferece para facilitar o acesso ao crédito rural e fomentar práticas agroecológicas?
Que melhorias o(a) senhor(a) sugeriria para as políticas públicas voltadas ao crédito rural e à produção sustentável?